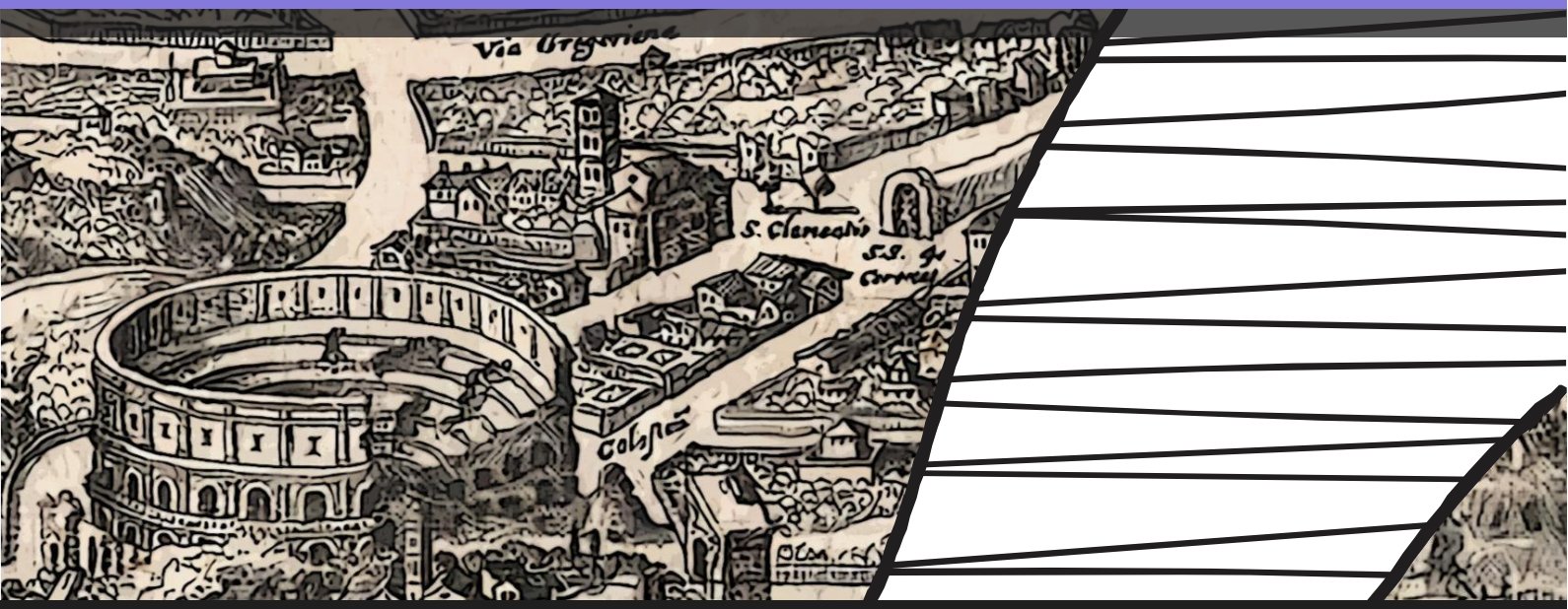
TEMÁTICA LIVRE



CADERNOS DE HISTÓRIA



Volume 25 • Número 42 •Dezembro. 2024 • ISSN: 2237- 8871

CADERNOS DE HISTÓRIA

Cadernos de História • v. 25 • n. 42 • p. 1-184 • Dez. 2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Chanceler

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor

Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

Chefe de gabinete do reitor

Prof. Guilherme Coelho Colen

Secretária-geral

Prof.ª Anne Shirley de Oliveira Rezende Martins

Pró-reitores e Secretários

Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Prof. Marcos André Silveira Kutova

Graduação – Prof. Eugênio Batista Leite

Pesquisa e Pós-graduação – Prof. Sérgio de Morais Hanriot

Extensão – Prof.ª Carolina Costa Resende

Gestão Financeira – Prof. Paulo Sérgio Gontijo do Carmo
Logística e Infraestrutura – Prof.Rômulo Albertini Rigueira
Recursos Humanos – Prof. Sérgio Silveira Martins

Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários – Prof. Jorge Sündermann

Secretaria de Comunicação: - Prof. Mozahir Salomão Bruck

Pró-reitores de *campi* e unidades:
Arcos: Prof. Jorge Sündermann

Barreiro: Prof. Luis Renato Junqueira

Betim: Prof.ª Claudia Ventur

Contagem: Prof. Martinho Campolina Rebello Horta

Poços de Caldas: Prof. Iran Calixto Abrão

Praça da Liberdade: Prof. Miguel Alonso de Gouvea Valle

São Gabriel: Prof. Tarcísio José de Almeida

Serro e Guanhães: Prof. Ronaldo Rajão Santiago

PUC Minas Virtual: Prof. Carlos Barreto Ribas

Diretor do Instituto de Ciências Humanas: Prof. Alexandre M. A. Diniz

Chefe do Departamento de História: Prof[a]. Júlia Calvo

Diretor do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica: Prof. Mario Cléber Martins Lanna Júnior

Editora PUC Minas

Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Núcleo de apoio aos periódicos PUC Minas - NAP

Alda Verônica G. de Miranda (Setor de Periódicos da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi) Javier Alberto Vadell (Estudos Internacionais)

Magali Rezende Gouvêa Meireles (ICEI – Instituto de Ciências Exatas e Informática)

Raquel Guimarães (Scripta)

CMPH – CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PUC MINAS • Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 26, subsolo da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi • 30535-901 Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4383 • E-mail: centrodememoria@pucminas.br ou cpesquisahist@pucminas.br.

EDITORA PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180, Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil • Tel.: (31) 3319-9904 Fax: (31) 3319-9907 • E-mail: editora@pucminas.br.

ISSN-e: 2237-8871 (OJS)

CADERNOS DE HISTÓRIA

Revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Temática Livre

Cadernos de História é uma publicação semestral do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro de Memória e de Pesquisa História da PUC Minas.

Conselho Editorial
Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues
Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro
Júlia Calvo
Jacyra Antunes Parreiras

Editor gerente:
Mário Cléber Martins Lanna Júnior

Editor Estagiário
Isabela Santana de Souza

Revisão e Normatização
Laiz Cardoso Toledo

Diagramação de Texto
Eduardo Oliveira da Silva Filho
Isabela Santana de Souza
Mário Cléber Martins Lanna Júnior

Capa
Anderson Luiz Barbosa Araújo

Imagem da capa
Merian, M A drawing or depicting of Rome in 1642

Conselho Consultivo Nacional
Dr. Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)
Dr. Alexandre Mansur Barata (UFJF)
Dr. Amaury Carlos Ferreira (PUC Minas)
Dr.a Ana Silvia Volpi Scott (UNISINOS)
Dr.a Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)
Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Dr. Antônio Carlos de Jucá Sampaio (UFRJ)
Dr. Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Dr. Caio César Boschi (PUC Minas/U.Porto)
Dr.a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)
Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP)
Dr.a Claudia Wasserman (UFRGS)
Dr. Christian Edward Cyril Lynch (UERJ/FCRB)Dr.
Douglas Cole Libby (UFMG)
Dr. Ilmar Rohloff de Mattos (PUC Rio)
Dr. João Adolfo Hansen (USP)
Dr. João Antônio de Paula (UFMG)Dr.
João Feres Júnior (UERJ)
Dr.a Liana Maria Reis (PUC Minas)
Dr.a Luciana Teixeira de Andrade, (PUC Minas)
Dr.a Lucilia de Almeida Neves Delgado (UNB)
Dr. Luiz Claudio Duarte (UFF)
Dr. Marco Antônio da Silveira (USCS)
Dr.a Maria Angelica Zubaran (ULBRA)
Dr.a Maria Celina Soares D'Araujo (PUC Rio)
Dr.a Maria Silvia Casagrande Bassanezi (UNICAMP)
Dr. Tarcisio Rodrigues Botelho, (UFMG)
Dr.a Marluza Marques Harres (UNISINOS)Dr.
Olavo Pereira Soares (UNIFAL)
Dr.a Renata Rodrigues Vereza (UFF)
Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (UFMG)Dr.
Rodrigo Patto Sá Motta, (UFMG)
Dr. Sérgio Odilon Nadalin, (UFPR)
Dr.a Solange Pereira da Rocha, (UFPB)
Dr.a Magda Maria Bello Almeida Neves (PUC Minas)

Conselho Consultivo Internacional
Dr. Filipe Themudo Barata, Universidade de Évora
Dr.a Florbela Cristina Veiga Frade, Universidade Nova de Lisboa
Dr. José Manuel Santos, Universidad de Salamanca
Dr.a Maria Marta Lobo de Araújo, Universidade do Minho
Dr.a Teresa Maria e Sousa Nunes, Universidade de Lisboa
Dr. Zephyr Frank, Stanford University
Dr. José Maria Amado Mendes, Universidade de Coimbra / Universidade Autónoma de Lisboa
Dr.a Claudia Damasceno Fonseca, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales

Indexadores: Periódicos CAPES, E-Revist@s, Latindex, DOAJ, PKP, Diadorim, Icap, Sumários.org, LivRe!, REDIB, SEER, IBICT, JournalTOCs, EZB.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

C122 Cadernos de História. – v.1, n.1 (1995-). Belo Horizonte:
PUC Minas, 1995- . V. 24, n. 40 (2023).
Semestral
ISSN 1679-5636 (Impresso)
ISSN 2237-8871 (Eletrônico)
1. História - Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
CDU: 93(05)

EDITORIAL

A presente edição da Revista Cadernos de História, do Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, traz uma coletânea de artigos que, ao mesmo tempo, amplia as fronteiras do conhecimento histórico e estabelece conexões interdisciplinares com outras áreas, como a biologia, a educação e a ciência política. A pluralidade temática e metodológica desta edição reflete o compromisso da revista em contribuir para o debate acadêmico e para o aprofundamento das discussões sobre temas relevantes na história social, cultural e ambiental.

O primeiro artigo destaca a relevância das coleções científicas do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas como fontes para os estudos de História Ambiental. Os autores exploram como especímens de animais e plantas podem revelar alterações ambientais provocadas por ações humanas, como no caso dos rompimentos de barragens em Mariana e Brumadinho. Este trabalho ressalta a importância de colaborações interdisciplinares para a compreensão dos impactos históricos e ambientais, além de promover a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos ecossistemas.

O segundo artigo revisita a trajetória do educador João Roberto Moreira, destacando sua contribuição para a educação comparada no Brasil. Analisando sua produção intelectual e atuação no INEP e no CBEP, os autores demonstram como Moreira utilizou o rigor metodológico para compreender a realidade educacional brasileira e influenciar decisões políticas no contexto de uma educação positivista e tecnicista.

O terceiro artigo se debruça sobre o jornal La Patria Italo-Brasiliana, publicado em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial, para analisar o nacionalismo italiano e a identidade dos imigrantes italianos. Por meio de uma leitura histórica e cultural, o autor investiga como o nacionalismo moldou a experiência desses imigrantes, destacando a transmissão de valores autoritários em contraposição aos ideais liberais de Mazzini.

O quarto artigo aborda o fundamentalismo islâmico a partir do movimento de despertar islâmico na Península Arábica, com ênfase na ideologia de Muhammad Ibn ‘Abd al-Wahhab e na aliança com a Casa de Saud. O autor analisa como essa ideologia moldou a política do Reino da Arábia Saudita, tanto em contextos históricos quanto contemporâneos, explorando as implicações culturais e políticas do wahhabismo na região.

O discurso da legalidade é explorado no quinto artigo, que investiga seu potencial como fonte para uma historiografia do político. O estudo propõe duas perspectivas: o discurso como ação política e como expressão de uma cultura política. Os autores também alertam para os riscos metodológicos ao tratar a legalidade a partir de conceitos culturais amplos, incentivando análises mais precisas sobre o poder.

A sexta contribuição apresenta um panorama do pensamento econômico de Rui Barbosa, com foco em sua atuação no Ministério da Fazenda. O artigo discute a relação entre as ideias liberais e as práticas reformistas do político, destacando a originalidade de suas propostas para o desenvolvimento econômico do Brasil no final do século XIX, apesar das controvérsias em torno da crise do Encilhamento.

O sétimo artigo volta-se para a experiência dos escravizados no Vale do Paraíba paulista, oferecendo uma

revisão sistemática da literatura sobre o tema. Com ênfase na dimensão cultural, étnica e identitária, o autor busca compreender as histórias e os imaginários dos escravizados, contribuindo para a história social e cultural brasileira.

A oitava contribuição analisa o papel das mulheres negras no movimento negro em Pernambuco durante o Regime Civil-Militar. O estudo mostra como, mesmo em um contexto de repressão, essas mulheres articularam resistências e contribuíram para o surgimento de pautas contemporâneas do feminismo negro, reafirmando sua importância na luta por igualdade.

Por fim, o nono artigo investiga as primeiras iniciativas filantrópicas de assistência à infância em Rio Branco, Acre, nas décadas de 1930 e 1940. O autor analisa o papel do jornal O Acre como fonte documental para reconstruir a história dessas instituições, evidenciando o caráter laico da filantropia e a participação feminina nessas iniciativas.

Esta edição, portanto, revela a riqueza e a diversidade da pesquisa histórica, apresentando abordagens que transcendem limites disciplinares e trazem novas perspectivas para a compreensão de fenômenos sociais, culturais e ambientais.

Mário C. M. Lanna J.

(Editor da revista *Cadernos de História*)

Sumário

ARTIGOS

As Coleções Biológicas do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas como fontes para a História Ambietal. **11**

MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS

CARLA FERRETTI SANTIAGO

O intelectual educador João Roberto Moreira (1912 – 1967) e seus estudos comparativos aplicados aos sistemas de educação **43**

LEZZIANY SILVEIRA

DANIEL

Identidade e Nacionalismo: a imprensa italiana em Porto Alegre durante a Grande Guerra. **64**

TAMARA ZAMBIASI

Movimento do despertar islâmico na Casa de Saud: doutrina wahhabita e política externa para o Irã pós-1979. **80**

DAVID NEDER ISSA FORTUNA

O discurso da legalidade como objeto de uma Historiografia do Político: possibilidades e riscos **97**

RAFAEL DILLY PATRUS

Rui Barbosa: um estadista do Império e da República **114**

MARCO VOLPINI MICHELE

NATÁLIA TAMMONE

Um estudo sobre pautas de mulheres no movimento negro em Pernambuco por meio dos periódicos 1964-1985) **135**

DAVILENE SOUSA SANTOS

Vestígios das primeiras iniciativas de filantropia e assistência à infância nas décadas de 1930 e 1940 **165**

GIANE LUCÉLIA GROTTI

JUAREZ TUCHINSKI DOS ANJOS

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

As Coleções Biológicas do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas como fontes para a História Ambiental	Marcelo Ferreira de Vasconcelos Carla Ferretti Santiago Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Resumo

A partir do uso de variadas fontes, proposto pela Escola dos *Annales*, e com base em diversos registros de poluição ou mudanças ambientais analisados a partir espécimes de animais e plantas depositados em museus de história natural, nós apresentamos o potencial das coleções científicas do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas como importantes fontes para estudos de História Ambiental. Alguns exemplos são apresentados, como as comparações de comunidades de peixes antes e após o rompimento das barragens de Fundão (Mariana/MG) e B1 (Brumadinho/MG); erosão da biodiversidade em áreas degradadas pela mineração de ferro; modificação de comunidades de aves amazônicas devido à implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos; e monitoramento ambiental de uma floresta urbana localizada no próprio *campus* da universidade. Ressalta-se a importância de parcerias entre historiadores, biólogos e outros pesquisadores para o aprofundamento de investigações em História Ambiental com base nas ricas coleções abrigadas nos museus de história natural. Além disso, é fundamental preservar e ampliar essas coleções, promovendo a pesquisa científica e contribuindo, assim, para a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos ecossistemas.

Palavras-chave: Biodiversidade; História Ambiental; História Natural; Museus.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

The Biological Collections of the Puc Minas Natural Sciences Museum assSources for Environmental History	Marcelo Ferreira de Vasconcelos Carla Ferretti Santiago Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Abstract

Using a variety of sources, proposed by the *Annales*, and based on various records of pollution or environmental changes analyzed from specimens of animals and plants deposited in natural history museums, we present the potential use of the scientific collections of the Museum of Natural Sciences of PUC Minas as important sources for Environmental History studies. Some examples are presented, such as comparisons of fish communities before and after the collapse of the Fundão (Mariana/MG) and B1 (Brumadinho/MG) dams; erosion of biodiversity in areas degraded by iron mining; changes in Amazonian bird communities due to the implementation of large hydroelectric projects; and environmental monitoring of an urban forest located on the university *campus*. The importance of partnerships between historians, biologists and other researchers is highlighted to deepen investigations in Environmental History based on the rich collections housed in natural history museums. Furthermore, it is essential to preserve and expand these collections, promoting scientific research and, thus, contributing to the conservation of biodiversity and the sustainable management of ecosystems.

Keywords: Biodiversity; Environmental History; Museums; Natural History.

1 INTRODUÇÃO

Museus de História Natural são mundialmente reconhecidos como espaços de educação, entretenimento e difusão do conhecimento, recebendo milhões de visitantes anualmente, com destaque para estudantes de escolas do ensino fundamental e médio (BAMBERGER, 2009; MACFADDEN *et al*., 2007; MUJTABA *et al*., 2018; TAL; MORAG, 2007). As imagens mais divulgadas desses museus são representadas por amplos salões contendo exposições de esqueletos de dinossauros e baleias, belas conchas e diversos animais empalhados. Indiscutivelmente, os acervos expositivos são muito importantes neste quesito, embora sejam constituídos - em sua maior parte ou totalidade - por peças sem valor para a investigação científica, muitas representadas por réplicas de material sintético ou por animais que vieram a óbito em cativeiro (SIMMONS; MUÑOZ-SABA, 2005).

Por outro lado, pouco é divulgado sobre os acervos de relevância para a investigação científica que estão depositados nestes museus, uma vez que eles não ficam expostos ao público para evitar sua deterioração devido à maior exposição a luz ou a agentes climáticos e ataques de pragas (HUXLEY *et al*., 2021; SIMMONS; MUÑOZ-SABA, 2005). Tais acervos são representados por coleções de fósseis originais e por animais e plantas oriundos de diversas regiões do planeta (SIMMONS & MUÑOZ-SABA, 2005). Ao contrário dos acervos expositivos, as coleções científicas são formadas por espécimes com dados precisos de origem, a exemplo de localidade (geralmente com suas respectivas coordenadas geográficas), data, habitat e diversas informações que não estão presentes nos exemplares usados para exposição (HUXLEY *et al*., 2021; SUAREZ; TSUTSUI, 2004). Assim, seu acesso é limitado a pesquisadores e não ao público geral (SIMMONS; MUÑOZ-SABA, 2005).

A importância dos acervos científicos dos museus é altíssima, uma vez que abrigam coleções de espécimes da fauna e da flora de diversos locais do planeta que foram completamente devastados por atividades humanas, representando uma "fotografia" temporal de biotas extintas nos últimos séculos (MARINONI; PEIXOTO, 2010).

Mais do que isso: os acervos científicos guardam os chamados "espécimes-tipos", que são exemplares usados para a descrição e "batismo" nomenclatural de todas as espécies de seres vivos que conhecemos. Isto significa que, para cada nome científico

associado a qualquer espécie, existe uma "âncora" em forma de exemplar de planta, animal ou microrganismo depositada em algum museu do mundo, sendo possível reavaliar a validade de qualquer espécie em futuras investigações ou revisões taxonômicas (DUBOIS; NEMÉSIO, 2007; ICZN, 2021).

Por todos estes motivos, as coleções científicas depositadas em Museus de História Natural devem ser compreendidas como "bibliotecas da biodiversidade", e não somente como "meras" coleções (HUXLEY *et al*., 2021; PEIXOTO, 2003; SEYMOUR, 1994; WINKER, 2004; ZAHER; YOUNG, 2003). Infelizmente, a importância dada a estes acervos é sempre menor que a direcionada a museus de arte (PINHEIRO; FALASCHI, 2011; SEYMOUR, 1994; WINKER, 2004), com tristes exemplos recentes no Brasil, onde acervos de alta relevância, montados ao longo de décadas ou séculos, foram completamente perdidos por incêndios catastróficos, a exemplo do Instituto Butantan, em 2010; do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 2018; e do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2020. A perda desse insubstituível material científico abalou as ciências biológicas de maneira irreparável, perdendo-se milhares de espécimes-tipo que representavam os únicos testemunhos de várias espécies de seres vivos, além de registros seculares de biotas que não mais existem nos locais onde foram amostradas.

Outro agravante atual é a falta de verba direcionada aos estudos de taxonomia, a ciência que trata da descoberta e da descrição de novas espécies. Na era das pesquisas em genômica e dos modelos matemáticos sobre efeitos de mudanças climáticas na distribuição dos seres vivos, o Brasil vem seguindo a "moda" da ciência contemporânea praticada em países do Hemisfério Norte, dando pouca atenção à pesquisa básica de história natural, descrição e levantamento de sua fauna e flora (LEWINSOHN; PRADO, 2002; TEWKSBURY *et al*., 2014; TRAVIS, 2020; TSCHINKEL; WILSON, 2014; VALDECASAS; CAMACHO, 2003; WILSON, 2017). No entanto, vale ressaltar que, ao contrário dos países europeus e norte-americanos, que possuem excelente conhecimento sobre sua biodiversidade, o Brasil ainda abriga muitas espécies a serem descobertas e descritas, incluindo de animais vertebrados, a exemplo de primatas, aves, serpentes, lagartos, peixes e anfíbios. Para piorar a situação, com o avanço dos desmatamentos e dos incêndios criminosos, muitas dessas espécies têm sido extintas antes mesmo de termos a chance de conhecê-las na natureza e muitas são descritas com base em exemplares

coletados no passado e depositados em museus (*e.g.*, BARNETT; BUZZETTI, 2014; LEWINSOHN; PRADO, 2002; SILVA; COELHO; GONZAGA, 2002).

No contexto atual, além da falta de verba para pesquisas em acervos científicos, a pandemia do Covid-19 impôs sérios limites à realização de viagens para atividades de campo e a diversas instituições. Diante de todas estas dificuldades, uma das opções para facilitar o acesso a dados de coleções biológicas foi baseada na iniciativa de disponibilizar informações a respeito de seus espécimes, tanto em nível global (GBIF, 2023; GRAHAM *et al*., 2004; HUXLEY *et al*., 2021; MILLER *et al*., 2020), quanto nacional (KURY, 2006; SPECIESLINK, 2021). No entanto, tais bases geralmente disponibilizam apenas bancos de dados de procedência do material, não sendo possível visualizar os exemplares, com raras exceções de fotos de coletas botânicas, depositadas em alguns herbários. Isso impossibilita a pesquisa taxonômica, uma vez que, para o taxonomista, é imprescindível avaliar os exemplares para o estudo de seus caracteres morfológicos, de coloração ou a tomada de medidas.

Na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), as coleções científicas do Museu de Ciências Naturais são uma fonte riquíssima da biodiversidade brasileira, em especial do estado de Minas Gerais, abrigando números expressivos de exemplares, a saber: 62.000 fósseis, 26.668 invertebrados, 4.834 peixes, 21.131 anfíbios, 6.413 répteis, 6.782 aves e 4.972 mamíferos, além de 7.791 amostras botânicas. No entanto, infelizmente, a maior parte destes acervos científicos é pouco conhecida na própria instituição e praticamente desconhecida da comunidade científica, apresentando um número de visitantes e pesquisadores ainda baixo em relação à sua relevância em níveis nacional e global. Neste quesito, a maior parte dos pesquisadores que utiliza coleções científicas brasileiras foca seus estudos nas coleções de três grandes instituições: o Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paraense Emilio Goeldi.

2 USOS DE COLEÇÕES BIOLÓGICAS COMO FONTES HISTÓRICAS

As coleções biológicas depositadas em museus possibilitam uma enorme gama de pesquisas científicas, indo muito além do campo das Ciências Biológicas. Merece destaque, neste sentido, as possibilidades de pesquisa no campo da produção do conhecimento histórico. Por muitos séculos, documentos escritos foram considerados como as únicas fontes possíveis para as pesquisas históricas, sendo supervalorizados em detrimento de outras fontes, especialmente no século XIX, com o advento da Escola Metódica francesa (BOURDÉ; MARTIN, 1983; DE LUCA, 2022; REIS, 2004). De fato, as coleções biológicas de museus e universidades guardam uma ampla gama de documentos desta natureza, incluindo diários de expedições, cadernos de preparação de exemplares, correspondência entre instituições e colaboradores, etiquetas anexadas aos espécimes, livros de tombo, dentre outros documentos que podem ser usados para cruzar informações, rastrear itinerários de expedições ou checar a veracidade de dados (*e.g.*, FISCHER; WARR, 2003; HALLEY, 2020; 2022; KRABBE, 2007; RASMUSSEN, PRŶS-JONES, 2003; WILEY, 2010).

Na perspectiva de superar os limites de uma historiografia tradicional, desde o século passado, a Escola dos *Annales* trouxe uma importante inovação à pesquisa histórica com a expansão do uso de não apenas documentos escritos, mas toda e qualquer fonte material ou oral, incluindo patrimônio arquitetônico e arqueológico, iconografia, filmes, dentre outros (BARROS, 2010; BURKE, 2017; DE LUCA, 2022; FEBVRE, 1989). Neste contexto, Lucien Febvre ressaltou que:

> A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metais por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, significa a presença, a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1989, p. 249).

A ampliação do universo das fontes pela Escola dos *Annales* veio acompanhada, também, pela dilatação dos campos de investigação dos historiadores. Assim, o crescente uso de novos objetos e metodologias de pesquisa da História, especialmente a partir da década de 1970, forneceu fortes subsídios para o emergente campo da História Ambiental (DRUMMOND, 1991; DUARTE, 2013).

A História Ambiental nasceu no mesmo contexto expansivo da Nova História Cultural, ou seja, no início da década de 1970, evocando uma visão mais pluralista da História em contraponto às abordagens tradicionais (PESAVENTO, 2008) e do surgimento da consciência ecológica, que veio à tona diante das ameaças globais ao meio ambiente, à biodiversidade e à própria humanidade (DRUMMOND, 1991; DUARTE, 2013; LEFF, 2005; OLIVEIRA, 2009; PÁDUA, 2010; ROBIN; CARRUTHERS, 2011; VIANA; MONTEIRO, 2005; WORSTER, 1991).

No entanto, vale destacar que a História Ambiental foi se consolidando como disciplina independente dos movimentos sociais e das demandas políticas, como ressaltou Donald Worster, um dos pioneiros no assunto:

> A história ambiental nasceu portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados (WORSTER, 1991, pp. 199-200).

Seu objetivo é estudar as relações entre as atividades humanas e os sistemas naturais, considerando as mudanças ambientais como um componente crucial das narrativas históricas. Para isso, recorre a uma variedade de abordagens teóricas e metodológicas, combinando conceitos da História, das Ciências Biológicas, da Geografia e de quaisquer disciplinas que sejam relevantes, dependendo da abordagem e do problema a ser investigado (DRUMMOND, 1991; PÁDUA, 2010; ROBIN; CARRUTHERS, 2011; WORSTER, 1991).

Apesar de sua juventude como campo de investigação, ressalva-se que a História Ambiental foi anteriormente abordada por diversos autores que incorporaram a natureza como um importante componente dos caminhos tomados pela humanidade e a humanidade como fator de alteração do meio ambiente, a exemplo do livro "Man and Nature", publicado em 1864 por George Perkins Marsh (1801-1882) (PÁDUA, 2010). A própria Escola dos *Annales* abordou bem a questão ambiental na busca pela História Total (ROBIN; CARRUTHERS, 2011), sendo "O Mediterrâneo", publicado em 1949 por Fernand Braudel (1902-1985), um dos melhores exemplos (WORSTER, 1991). No Brasil, pode-se citar as seguintes obras como pioneiras na abordagem de uma História Ambiental: "Capítulo de História Colonial" (1907), de João Capistrano de Abreu (1853-

1927); "Nordeste" (1937), de Gilberto Freyre (1900-1987); "Formação do Brasil contemporâneo" (1942), de Caio Prado Júnior (1907-1990); "Monções" (1945), "Caminhos e fronteiras" (1957) e "Visão do Paraíso" (1959), de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) (DRUMMOND, 1991; DUARTE, 2013; PÁDUA, 2010).

A História Ambiental emprega uma variedade de abordagens metodológicas para investigar as interações complexas entre a humanidade e o ambiente natural. Isso inclui o uso de fontes primárias e secundárias, como documentos históricos, relatos de viajantes, cartas, diários, mapas antigos, registros climáticos, iconográficos, fotográficos, entre outros, para reconstruir as mudanças ambientais e as práticas humanas a elas relacionadas (DRUMMOND, 1991; PÁDUA, 2010; ROBIN; CARRUTHERS, 2011; WORSTER, 1991).

Por outro lado, a análise de indicadores ambientais, como sedimentação, registros de pólen, dendrocronologia e geoquímica, também desempenha um papel muito importante na reconstrução de cenários ambientais passados que podem ter influenciado as atividades humanas (DRUMMOND, 1991; PÁDUA, 2010; ROBIN; CARRUTHERS, 2011; WORSTER, 1991). A análise de paisagens ecológicas e culturais também é valiosa para compreender as percepções e os usos tradicionais dos recursos naturais (WATT; RAYMOND; ESCHEN, 2004).

A História Ambiental está bem consolidada em países anglófonos, a exemplo do periódico *Environmental History*, que é o principal canal de publicação de pesquisas deste campo. A revista é publicada desde 1996, com quatro números por ano, pela Editora da Universidade de Chicago, em nome da Sociedade Americana de História Ambiental e da Sociedade de História Florestal dos Estados Unidos (UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS, 2023). Diante da diversificada produção apresentada por este periódico em nível global, artigos que tratam da realidade brasileira ou latino-americana são escassos, produzidos tanto por autores latino-americanos quanto por nativos do Hemisfério Norte (*e.g.*, AAGESEN, 1998; CABRAL, 2021; CUSHMAN, 2005; DRUMMOND, 1996; EAGLIN, 2019; FRANCO; DRUMMOND, 2008; 2009; KENNEDY; LUCKS, 1999; WILCOX, 1999; ZARRILLI, 2001).

Uma interessante análise feita por SUTTER (2003) apontou que a historiografia ambiental de fora dos Estados Unidos, incluindo a América Latina, a África e a Ásia, está centrada nas modificações ambientais ocasionadas pelo colonialismo e pelo

imperialismo. Focando na América Latina, Carey (2009) apontou que os temas mais recorrentes são: colonialismo, capitalismo e conservação. Foge deste aspecto, a contribuição de Warren Dean (2020) "A ferro e fogo", que, ao estudar a História da Mata Atlântica, incia sua análise muito antes do período colonial, abragendo aspectos biogeográficos daquele bioma e populações paleoindígenas e indígenas, numa típica abordagem de longa duração.

Neste sentido, há de se levantar a questão que trata do cerne deste artigo: como plantas secas e animais mortos podem contribuir para pesquisas em História Ambiental? Embora ainda muito restritas a publicações em revistas especializadas na área de Ciências Biológicas, alguns exemplos do uso destas fontes são apresentados abaixo.

Um dos primeiros usos de material biológico depositado em coleções científicas como fonte da História Ambiental foi o estudo da contaminação por DDT, que causou um forte declínio populacional em algumas espécies de aves. Esta pesquisa, conduzida na década de 1960, baseou-se na análise de centenas de ovos depositados em museus desde o século XIX, constatando que o uso indiscriminado daquele inseticida havia causado diminuição na espessura das cascas de ovos de diversas espécies de aves de rapina e piscívoras (GREEN; SCHARLEMANN, 2003; HICKEY; ANDERSON, 1968; RATCLIFFE, 1967). Tais análises só foram possíveis devido ao elevado número de amostras acumuladas em coleções biológicas ao longo de décadas.

Outros estudos sobre poluentes ambientais usaram penas de aves empalhadas para avaliar o acúmulo de metais pesados nesses animais (BERG *et al*., 1966; DOSCH, 2007; GREEN; SCHARLEMANN, 2003; WESTERMARK.; ODSJÖ; JOHNELS, 1975) e modificações na poluição atmosférica com base na impregnação de fuligem na plumagem dos espécimes (DUBAY; FULDNER, 2017). Em ambos os casos, também foram necessárias centenas de amostras acumuladas em coleções biológicas desde o século XIX. Plantas depositadas em herbários também preservam os poluentes atmosféricos, terrestres ou da água, que ficam acumulados em seus tecidos secos, podendo ser usadas para traçar níveis históricos de poluição ao longo das décadas (LANG *et al*., 2019).

Além de ser possível rastrear historicamente a poluição ambiental causada por fatores humanos, os espécimes de museus são amplamente usados para se compreender o surgimento e a expansão de diversas doenças, incluindo viroses de importância médica (ver revisões em SCHMITT *et al*., 2019; SUAREZ; TSUTSUI, 2004). Neste caso, não

apenas os patógenos que afetam a humanidade podem ser estudados com base no material depositado em coleções científicas, mas doenças infeciosas que se alastraram e contribuíram para declínios globais de populações de certos grupos animais, a exemplo da quitridiomicose, uma doença pandêmica, causada por fungos, que provoca infecções na pele de anfíbios, comprometendo os processos de regulação osmótica e respiração desses animais, levando-os à morte (BERGER *et al*., 1998).

Saindo do mundo microscópico para o macroscópico, as coleções biológicas também são extremamente importantes para se avaliar mudanças nas comunidades bióticas ao longo dos anos, possibilitando o registro de extinções e invasões biológicas, incluindo, neste último caso, espécies que atuam como pragas de lavouras (CAVARZERE *et al*., 2017; SCHMITT *et al*., 2019; SUAREZ; TSUTSUI, 2004). Exemplares coletados ao longo de décadas também permitem avaliar mudanças na distribuição geográfica e nas populações de várias espécies (*e.g.*, KHAROUBA *et al*., 2019; LANG *et al*., 2019; MEINEKE; DAVIS; DAVIES, 2018; SANTOS *et al*., 2017; SHAFFER; FISHER; DAVIDSON, 1998; TINGLEY; BEISSINGER, 2009), modificações nos padrões fenológicos de plantas (GARRETSON; FORKNER, 2021; HART *et al.*, 2014; LANG *et al*., 2019; MILLER-RUSHING *et al*., 2004; 2006; PARK *et al*., 2019; WILLIAMS; SCHLICHTING; HOLSINGER, 2021; WILLIS *et al.*, 2017) e alterações nos padrões de migração e no tamanho corporal de aves (*e.g.*, WEEKS *et al*., 2020; ZIMOVA *et al*., 2021). Muitas dessas modificações são atribuídas à perda ou à degradação de habitats naturais e, também, às mudanças climáticas (SANDERS *et al*., 2023; SCHMITT *et al*., 2019).

Assim, fica claro que o material biológico abrigado em coleções científicas não é útil apenas ao biólogo, mas, também, ao historiador ambiental. No próximo tópico, apresentamos potenciais usos das coleções do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas para este campo de pesquisa.

3 POTENCIALIDADES DAS COLEÇÕES DO MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS DA PUC MINAS PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA AMBIENTAL

O acréscimo dos acervos científicos das diversas coleções biológicas do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas possibilitou a formação de uma base de

conhecimento sobre diversas regiões de Minas Gerais e do Brasil que sofreram impactos advindos das atividades humanas e que estão sujeitas a um rápido processo de degradação ambiental e erosão da biodiversidade. Alguns casos são comentados abaixo, dando ênfase àqueles que possibilitarão importantes estudos sobre as alterações ambientais em futuras investigações regionais.

3.1 Peixes das bacias dos rios Doce e Paraopeba antes e após rompimentos de barragens

Na última década, o estado de Minas Gerais foi palco das duas maiores tragédias socioambientais do Brasil. Elas foram ocasionadas pelo rompimento de barragens de rejeito de mineração de ferro, localizadas no Quadrilátero Ferrífero, uma região de contato entre a Mata Atlântica e o Cerrado, dois importantes *hotspots* mundiais para a conservação da biodiversidade (MYERS *et al*., 2000).

O primeiro desastre ocorreu em 5 de novembro de 2015, com o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, no município de Mariana. Nele, foram despejados 43 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro que afetaram 668 km da bacia do Rio Doce, zonas costeiras e o Oceano Atlântico, com a morte de 19 pessoas e impactando, socioeconomicamente, a vida de milhares de pessoas e, ambientalmente, diversas áreas de proteção e de conservação da biodiversidade (CARMO *et al*., 2017; CARMO; LANCHOTTI; KAMINO, 2020).

A mortandade massiva de peixes foi registrada devido ao assoreamento provocado pela deposição da lama, por alterações físico-químicas da água e pela contaminação por metais (NEVES *et al*., 2016). Análises feitas com base em coletas efetuadas no médio Rio Doce, antes e após o impacto da construção de uma hidrelétrica, e do desastre de Fundão, mostraram que a comunidade de peixes se modificou bastante ao longo do tempo, ressaltando o importante material depositado na coleção ictiológica do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, que serve como registro temporal de diferentes períodos da biota aquática ocorrente naquela bacia (SALVADOR *et al*., 2022).

Uma espécie endêmica da bacia do Rio Doce e descrita apenas em 2017 (a piabanha, *Brycon dulcis* – Foto 1) possivelmente desapareceu da calha principal do rio logo após o desastre, sendo os tributários do Rio Doce os últimos refúgios para esta

espécie na ocasião do impacto (LIMA, 2017; PESSALI *et al*., 2021). Espécimes desta piabanha e de uma nova espécie de cascudo, ainda não descrita, do gênero *Harttia*, que vivia associada à calha do Rio Doce (Tiago Casarim Pessali, com. pess.), também se encontram depositados na coleção ictiológica do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas como importantes fontes para se avaliar futuras reocupações de populações em localidades onde foram coletadas antes dos impactos causados pelo rompimento da barragem.

Foto 1 - Exemplares da piabanha (*Brycon dulcis*), coletados no Rio Doce antes do desastre ambiental ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana.



Fonte: Fotografia de Tiago Casarim Pessali.

O segundo desastre de grandes proporções, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, envolveu o colapso da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, com o despejo de 12 milhões de metros cúbicos de rejeito, afetando 120 km ao longo da bacia do Rio Paraopeba (um importante tributário do Rio São Francisco) e levando à morte de mais de 250 pessoas (CARMO; LANCHOTTI; KAMINO, 2020; VERGILIO *et al*., 2020). Esse desastre causou alta mortandade de peixes devido à perda de habitat pelo depósito de rejeito, contaminação por metais pesados, aumento da turbidez e baixa oxigenação da água (PENIDO; PESSALI; ZAWADZKI, 2021; VERGILIO *et al*., 2020).

Pouco antes do acidente, duas novas espécies de peixes do gênero *Hypostomus* foram coletadas na bacia do Paraopeba (PENIDO; PESSALI; ZAWADZKI, 2021). Parte

do material-tipo, isto é, exemplares usados na descrição original das duas espécies, foi depositada na coleção ictiológica do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas. Os autores deste artigo relatam que indivíduos de uma das espécies descritas foram encontrados mortos em áreas afetadas pela lama do rejeito da barragem (PENIDO; PESSALI; ZAWADZKI, 2021). Este é um exemplo de como a avaliação de impactos ambientais desta magnitude ainda é subestimada, já que mal se conhece a biodiversidade de regiões próximas a grandes centros de pesquisa, incluindo novas espécies. O material coletado é uma importante fonte para futuras comparações morfológicas e toxicológicas que poderão ser detectadas nas populações destas e de outras espécies de peixes da bacia do Paraopeba.

3.2 Fauna e flora em áreas de vegetação nativa ameaçadas pela expansão de atividades minerárias

A biodiversidade associada a geossistemas ferruginosos no Brasil encontra-se altamente ameaçada pela expansão das atividades minerárias (CARMO; KAMINO, 2015; 2017). Nesse país, duas grandes províncias de exploração de minério são representadas pelo Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, e pela Serra dos Carajás, no Pará (CARMO; KAMINO, 2015). Em ambas as regiões, vastas áreas de vegetação metalófila sobre canga, além de florestas e savanas associadas aos geossistemas ferruginosos, já foram suprimidas pela mineração e a continuidade deste processo destrutivo está prevista a continuar em expansão nas próximas décadas (CARMO; KAMINO, 2015). Apesar do impacto localizado advindo da mineração, distinto daquele que abrange vastas áreas territoriais, a exemplo do agronegócio, as regiões ferríferas abrigam comunidades únicas de plantas e de animais, incluindo muitas espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção (BARBOSA *et al*., 2020; BORGES *et al*., 2017; CARMO; KAMINO, 2015; 2017; CARMO *et al*., 2018; GIULIETTI *et al*., 2019; JACOBI; CARMO, 2012; MARTINS *et al*., 2012; MOTA *et al*., 2018).

Neste contexto, as coleções botânicas e zoológicas do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas destacam-se por abrigar importante material testemunho do Quadrilátero Ferrífero, especialmente as de entomologia, herpetologia e ornitologia, atuando como referência mundial para a documentação de espécies provenientes de áreas que foram

totalmente suprimidas pelas atividades minerárias. Estas coleções constituem, ainda, um parâmetro para futuros monitoramentos, visando entender possíveis mudanças na biota de áreas protegidas, incluindo unidades de conservação, a exemplo do Parque Municipal das Mangabeiras, onde houve boa amostragem de anfíbios e de briófitas. Nesta Unidade de Conservação, especificamente, destacam-se exemplares de espécies descritas localmente, a exemplo de topotipos da rã (*Ischnocnema izecksohni*), e o material tipo da rã-do-riacho (*Hylodes uai*), depositados na coleção herpetológica.

No caso de Carajás, a coleção de aves sob a guarda do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas abriga séries de mais de 200 espécimes obtidos em áreas de canga, incluindo exemplares de espécies típicas de vegetações abertas e semiabertas do Cerrado e da Caatinga, isoladas em plena Amazônia. Exemplos são: petrim (*Synallaxis frontalis*), estrelinha-preta (*Synallaxis scutata*), sebinho-de-olho-de-ouro (*Hemitriccus margaritaceiventer*), guaracava-de-topete-uniforme (*Elaenia cristata*), canário-do-mato (*Myiothlypis flaveola*), tico-tico-do-campo (*Ammodramus humeralis*), tico-tico (*Zonotrichia capensis*) e sanhaço-de-coleira (*Schistochlamys melanopis*). Tais populações são representadas por algumas subespécies de distribuição restrita às serras paraenses (*e.g.*, *Synallaxis scutata teretiala* e *Zonotrichia capensis novaesi*) e outras ainda poderão ser descritas como novas, pois parecem estar isoladas nos topos dos platôs (VASCONCELOS; HOFFMANN, 2015).

Infelizmente, está prevista a supressão da maior extensão dos platôs de canga da Serra dos Carajás nos próximos 30 anos (MADEIRA *et al*., 2015). Assim, estes exemplares representam uma das poucas documentações da avifauna que se têm da região, podendo ser usados para futuros estudos morfológicos e moleculares que possam testar se eles representam novos táxons ou linhagens evolutivas independentes, aumentando os argumentos para a conservação de áreas de savana metalófila no estado do Pará.

3.3 Profunda modificação da avifauna amazônica devido à implantação de uma grande usina hidrelétrica

Nos últimos anos, muitos dos grandes rios da Amazônia brasileira foram submetidos ao aproveitamento hidrelétrico, causando desmatamentos e profundas

modificações em seus fluxos naturais e nos pulsos cíclicos de enchentes e vazantes (LATRUBESSE *et al*., 2017; 2021; LEES *et al*., 2016). Além de imensuráveis impactos ambientais, estes projetos vêm gerando enormes problemas socioeconômicos, especialmente com relação às populações ribeirinhas e comunidades indígenas (CAVALCANTE *et al*., 2021; FEARNSIDE, 2018; LIMA; KAPLAN; DORIA, 2017; SEVERINO; SANTOS; ALBUQUERQUE-CUNHA, 2021; SILVA; LIMA; MARINHO, 2018).

A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, implantada no Rio Madeira, estado de Rondônia, fechou seu barramento em 2011, inundando permanentemente 271 km^2, o que afetou negativamente as florestas de várzea, levando à ampla perda de área florestal por morte das árvores devido ao prolongamento do período de submersão de suas raízes (FEARNSIDE, 2015). No entanto, a área alagada prevista pelo estudo de impacto ambiental acabou se tornando muito maior, especialmente após o período chuvoso de 2013-2014, adentrando o território boliviano e afetando, além das várzeas, as florestas de terra firme (COCHRANE *et al*., 2017; LI *et al*., 2020). Isso causou uma perda quase total de florestas de várzea na área afetada pela hidrelétrica entre 2016 e 2018 (MELO *et al*., 2021), com a mortandade massiva de árvores.

Em sinergia a estes impactos, diversas áreas de floresta de terra firme ao longo do Rio Madeira e de seu afluente, Jaci-Paraná, foram ocupadas nas imediações do empreendimento, causando mais perda e fragmentação de habitat. O resultado integrado destes impactos, diretos e indiretos, junto com aqueles advindos da adjacente Usina Hidrelétrica de Jirau (construída a montante no ano de 2012), representou um verdadeiro cataclisma socioambiental que afetou muito além da região de ambos os empreendimentos (COCHRANE *et al*., 2017; DAYRELL *et al*., 2021; FEARNSIDE, 2015; SANTOS *et al*., 2018; VAN DAMME *et al*., 2019).

No caso das aves, um recente estudo constatou modificações nas comunidades de várzeas em pouco tempo, favorecendo espécies típicas de estágios iniciais de sucessão e o desaparecimento de espécies florestais, típicas de ambientes mais maduros (MELO *et al*., 2021). No entanto, os impactos sobre as assembleias deste grupo, em florestas de terra firme, ainda não foram estudados. Entretanto, diante da perda de florestas pelo alagamento e aumento da pressão do desmatamento, certamente muitas espécies estão em declínio regional, podendo sofrer extinções locais. Neste caso, a coleção ornitológica do

Museu de Ciências Naturais da PUC Minas abriga mais de 1.200 exemplares de aves da área de influência da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, obtidos ao longo de estudos de monitoramento efetuados após a implantação do empreendimento, entre os anos de 2013 e 2017.

Assim, a coleta de espécimes de aves, ao longo do monitoramento, representou a última chance de se documentar a presença de muitas espécies naquela região. Um de muitos exemplos é o da choca-de-garganta-preta (*Clytoctantes atrogularis*), espécie pouco conhecida com distribuição restrita ao interflúvio Madeira-Tapajós (COSTA *et al*., 2017). A área de distribuição desta espécie está inserida no "Arco do Desmatamento", onde os intensos processos de devastação iniciados durante a ditadura militar (1964-1985) foram responsáveis pela destruição de quase 20% de sua cobertura florestal original (BRAZ *et al*., 2016; FEARNSIDE, 2005; MEIRELLES-FILHO, 2014), pondo em risco de extinção várias espécies da avifauna (BIRD *et al*., 2012; VALE *et al*., 2008). Estudos anteriores reportaram a existência de apenas seis exemplares da choca-de-garganta-preta em todos os museus do mundo (COSTA *et al*., 2017; LANYON; STOTZ; WILLARD, 1990). Assim, os quatro espécimes depositados na coleção do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas (Foto 2) representam um exemplo do importante testemunho da fauna de áreas de florestas de terra firme do Rio Jaci-Paraná, que foram completamente desmatadas por madeireiros ilegais nos últimos anos.

Foto 2 - Exemplares de choca-de-garganta-preta (*Clytoctantes atrogularis*), espécie com distribuição restrita na Amazônia brasileira e representada por 10 exemplares em coleções de todo o planeta, dos quais quatro encontram-se depositados na coleção ornitológica do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas.



Fonte: Fotografia de Marcelo Ferreira de Vasconcelos.

Além disso, há séries representativas de espécies típicas de vegetações de várzea de ilhas fluviais amazônicas (REMSEN; PARKER, 1983; ROSENBERG, 1990), a exemplo do formigueiro-preto-e-branco (*Myrmochanes hemileucus*), do arredio-de-peito-branco (*Cranioleuca vulpecula*), do joão-de-barriga-branca (*Mazaria propinqua*) e da guaracava-do-rio (*Elaenia pelzelni*). No caso do joão-de-barriga-branca, o material é representado por ovo, ninhego e ampla variação ontogenética de plumagem, sendo a maior série da espécie obtida no Brasil e, talvez, no mundo (MORAIS *et al*., 2020).

Por fim, muitos exemplares de aves são representantes de espécies pouco conhecidas na natureza, tratando-se de novas ocorrências para o sudoeste amazônico (VALÉRIO *et al*., 2020). Estes espécimes poderão contar importantes histórias às futuras gerações sobre a rica avifauna que existia neste trecho do Rio Madeira, mostrando como a implantação de grandes empreendimentos mal planejados podem desestruturar, de maneira irreversível, a frágil e complexa teia da biodiversidade amazônica.

3.4 Biodiversidade do *campus* Coração Eucarístico da PUC Minas como ferramenta para monitoramento ambiental de longa duração

O *campus* Coração Eucarístico da PUC Minas, além de abrigar belos jardins arborizados, apresenta uma área de floresta urbana de cerca de 7 hectares, chamada de

"Matinha da PUC". Apesar de sua pequena área, a Matinha é um dos principais fragmentos florestais inseridos na matriz urbana da capital mineira. Fotografias aéreas, disponíveis no Centro de Memória da universidade, mostram que a Matinha já se encontrava isolada de outros fragmentos desde a década de 1960 e que parte de sua área atualmente coberta por floresta era representada por pastagem (VASCONCELOS *et al*., 2013). Esta área foi reflorestada com espécies nativas e exóticas a partir da década de 1970, incluindo bambus de origem asiática (Bonifácio José Teixeira, com. pess.).

Alguns estudos sobre grupos da fauna foram efetuados no *campus*. No caso dos insetos, há um levantamento publicado sobre as borboletas da Matinha (SILVA; LANDA; VITALINO, 2007) e a equipe da coleção entomológica do Museu de Ciências Naturais coleta, com certa frequência, nesta área e em todo o *campus*, incluindo a área do próprio museu, onde há um "jardim das borboletas" (Foto 3). Este material, acumulado ao longo de décadas, tem um enorme potencial para se avaliar as modificações das comunidades de insetos, levando-se em consideração seu isolamento em relação a outras áreas verdes da cidade e os efeitos da poluição advinda da matriz urbana.

Foto 3 - Exemplares de borboletas coletados na Matinha pela equipe da coleção entomológica do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas.



Fonte: Fotografia de Bruno Costa.

No caso das aves, Vasconcelos *et al*. (2013) avaliaram modificações na assembleia deste grupo no *campus*, ao longo do período de 1982-2013, constatando diversos casos de extinções e colonizações. Parte dos registros foi baseada em importante material depositado na coleção ornitológica do Museu de Ciências Naturais, que continua a receber exemplares de aves encontradas mortas no *campus* e em seus arredores.

No entanto, de todos os grupos documentados no *campus*, especialmente na Matinha, as plantas são as mais representadas. Coletas de amostras feitas desde a década de 1980 estão depositadas no herbário do Museu de Ciências Naturais, o que representa cerca de 20% desta coleção. Esta rica base de registro da flora do *campus* é uma fonte importantíssima para futuros estudos florísticos, sobre a composição em espécies, e ecológicos, que visem avaliar a influência de mudanças climáticas nos padrões fenológicos, com possíveis modificações nas épocas de floração e frutificação, como constatado em outras pesquisas que usaram material botânico depositado em herbários (GARRETSON; FORKNER, 2021; HART *et al.*, 2014; LANG *et al*., 2019; MILLER-RUSHING *et al*., 2004; 2006; PARK *et al*., 2019; WILLIAMS; SCHLICHTING; HOLSINGER, 2021; WILLIS *et al.*, 2017).

Com base nos exemplos acima mencionados, o Museu de Ciências Naturais pode ser considerado como um “Centro de Memórias” da biodiversidade do *campus* Coração

Eucarístico, sendo cada exemplar de planta ou de animal, um "documento" do tempo naquele espaço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As coleções biológicas depositadas em museus desempenham um papel crucial na história ambiental, fornecendo informações sobre a biodiversidade passada, mudanças ecológicas e impactos humanos no ambiente. Esses registros biológicos são fontes valiosas para a reconstrução de ambientes, a identificação de indicadores de impactos ambientais e a compreensão da relação entre sociedade e natureza ao longo do tempo.

Os exemplos citados neste capítulo apresentam um pouco do potencial uso das coleções científicas do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas como fontes para a História Ambiental, mas são apenas alguns de muitos que ainda poderão ser abordados no futuro. Por exemplo, quando foram feitas as coletas de peixes no Rio Doce, não se imaginava que a barragem de Fundão romper-se-ia e que aquele material seria usado como referência temporal da ictiofauna ocorrente nas áreas afetadas pelo desastre.

Além disso, novos problemas ambientais poderão emergir e novos métodos de pesquisa poderão ser desenvolvidos futuramente para se responder a diversas questões. Por exemplo, os naturalistas do século XIX nunca poderiam imaginar que as aves coletadas por eles seriam algum dia usadas para se rastrear as taxas de poluição atmosférica ao longo de décadas.

Assim, a análise de plantas e animais coletados em tempos pretéritos é uma das poucas possibilidades de se viajar ao passado ambiental, já que não dispomos de uma "máquina do tempo". Felizmente, a comunidade científica internacional tem se despertado para estas questões e destacamos, abaixo, as conclusões de uma importante iniciativa envolvendo diversos autores neste sentido:

> O público geral e a comunidade científica e não museológicas muitas vezes têm a percepção equivocada de que os espécimes de museus são coletados para uma estreita gama de usos nos campos da taxonomia, sistemática e biogeografia, ou talvez que os espécimes coletados para esses campos tenham pouco uso fora deles. Ao destacar a utilidade de espécimes históricos e modernos de museus em documentar mudanças no ambiente, são apresentados usos de coleções de museus em pesquisa e ensino menos conhecidos fora da comunidade museológica. Os exemplos apresentados aqui ilustram como os espécimes de museu são um recurso poderoso, embora subutilizado, para documentar o Antropoceno – o surgimento e a disseminação de doenças

> zoonóticas, a contaminação ambiental, os impactos ambientais e as mudanças climáticas – entre outros assaltos a nosso planeta e a seus habitantes. A coleta contínua de espécimes de museus garantirá a documentação detalhada do Antropoceno e de seus inúmeros efeitos. Com as longas escalas de tempo que representam, os espécimes de museus desempenharão um papel ainda mais importante em estudos futuros de mudança ambiental, à medida que os métodos de preservação melhorarem, novas tecnologias forem desenvolvidas e o pensamento criativo for aplicado para utilizar seu potencial ainda desconhecido (SCHMITT *et al*., 2019, p. 6)[1].

Resta aos biólogos e historiadores brasileiros firmarem parcerias interdisciplinares entre si e com outros pesquisadores (químicos, físicos, arqueólogos, dentre outros) para "fabricarem o mel" da História Ambiental com tão riquíssima fonte depositada em nossos museus de história natural. Além disso, é fundamental preservar e ampliar essas coleções, promovendo a pesquisa científica e contribuindo, assim, para a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos ecossistemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAGESEN, David L. On the northern fringe of the South American temperate forest: the history and conservation of the monkey-puzzle tree. **Environmental History**, Chicago, v. 3, n. 1, p. 64-85, jan. 1998.

BAMBERGER, Yael. The learning environment of natural history museums: multiple ways to capture students' views. **Learning Environments Research**, v. 12, p. 115-129, mai. 2009.

BARBOSA, Elaine Ferreira *et al*. **Fauna da Floresta Nacional de Carajás - Serra Norte**. Belo Horizonte: Gaia Cultural, 2020.

BARNETT, Juan Mazar; BUZZETTI, Dante Renato Corrêa. A new species of *Cichlocolaptes* Reichenbach 1853 (Furnariidae), the 'gritador-do-nordeste', an undescribed trace of the fading bird life of northeastern Brazil. **Revista Brasileira de Ornitologia**, Belém, v. 22, n. 2, p. 75-94, jun. 2014.

BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n. 1, p. 75-102, jan./jun. 2010.

BERG, W. *et al*. Mercury content in feathers of Swedish birds from the past 100 years. **Oikos**, Copenhagen, v. 17, n. 1, p. 71-83, 1966.

[1] Tradução nossa.

BERGER, Lee *et al*. Chytridiomycosis causes amphibian mortality associated with population declines in the rain forests of Australia and Central America. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, Washington, DC, v. 95, n. 15, p. 9031-9036, jul. 1998.

BIRD, Jeremy P. *et al*. Integrating spatially explicit habitat projections into extinction risk assessments: a reassessment of Amazonian avifauna incorporating projected deforestation. **Diversity and Distributions**, v. 18, n. 3, p. 273-281, mar. 2012.

BORGES, Sérgio Henrique *et al*. Avian communities in the Amazonian cangas vegetation: biogeographic affinities, components of beta-diversity and conservation. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 89, n. 3 (supl.), p. 2167-2180, 2017.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1983.

BRAZ, Leonam Costa *et al*. A situação das áreas de endemismo da Amazônia com relação ao desmatamento e às áreas protegidas. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 34, n. 3, p. 45-62, set./out. 2016.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Meaningful clearings: human-ant negotiated landscapes in nineteenth-century Brazil. **Environmental History**, Chicago, v. 26, n. 1, p. 1-24, jan. 2021.

CAREY, Mark. Latin American Environmental History: current trends, interdisciplinary insights, and future directions. **Environmental History**, Chicago, v. 14, n. 2, p. 221-252, abr. 2009.

CARMO, Flávio Fonseca do; KAMINO, Luciana Hiromi Yoshino. **Geossistemas ferruginosos do Brasil**: áreas prioritárias para conservação da diversidade geológica e biológica, patrimônio cultural e serviços ambientais. Belo Horizonte: 3i Editora, 2015.

CARMO, Flávio Fonseca do; KAMINO, Luciana Hiromi Yoshino. **Chapada de Canga**: patrimônio natural e cultural de relevante interesse para conservação. Belo Horizonte: 3i Editora, 2017.

CARMO, Flávio Fonseca do *et al*. Fundão tailings dam failures: the environment tragedy of the largest technological disaster of Brazilian mining in global context. **Perspectives in Ecology and Conservation**, v. 15, n. 3, p. 145-151, jul./set. 2017.

CARMO, Flávio Fonseca do; LANCHOTTI, Andressa O.; KAMINO, Luciana Hiromi Yoshino. Mining waste challenges: environmental risks of gigatons of mud, dust and sediment in megadiverse regions in Brazil. **Sustainability**, 12, artigo 8466, 2020. Disponível em: http://doi.org/10.3390/su12208466. Acesso em: 11 mar. 2024.

CARMO, Flávio Fonseca *et al*. Check-list of vascular plant communities on ironstone ranges of south-eastern Brazil: dataset for conservation. **Biodiversity Data Journal**, 6: e27032, jul. 2018.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar *et al*. Hidrelétricas e Unidade de Conservação na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, artigo e20017, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.4215/rm2021.e20017. Acesso em: 23 jun. 2023.

CAVARZERE, Vagner *et al*. Museum collections indicate bird defaunation in a biodiversity hotspot. **Biota Neotropica**, Campinas, v. 17, n. 4, artigo e20170404, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1676-0611-BN-2017-0404. Acesso em: 23 jun. 2023.

COCHRANE, Sheila M. V. *et al*. Landsat-based analysis of mega dam flooding impacts in the Amazon compared to associated environmental impact assessments: upper Madeira River example 2006–2015. **Remote Sensing Applications**: Society and Environment, v. 7, p. 1-8, ago. 2017.

COSTA, Thiago V. V. *et al*. New records of the enigmatic *Clytoctantes atrogularis* (Thamnophilidae) in Amazonian Brazil, with remarks on plumage, natural history, and distribution. **The Wilson Journal of Ornithology**, Ann Arbor, v. 129, n. 1, p. 1-12, mar. 2017.

CUSHMAN, Gregory T. "The most valuable birds in the world": international conservation and the revival of Peru's guano industry, 1909-1965. **Environmental History**, Chicago, v. 10, n. 3, p. 477-509, jul. 2005.

DAYRELL, Jussara Santos *et al*. Impacts of an Amazonian hydroelectric dam on frog assemblages. **PLoS ONE**, v. 16, n. 6, artigo e0244580, jun. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0244580. Acesso em: 23 jun. 2023.

DE LUCA, Tânia Regina. **Práticas de pesquisa em História**. 1ª ed, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 11ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

DOSCH, Jerald J. On dead birds' tales: museum specimen feathers as historical archives of environmental pollutants. **Environmental History**, Chicago, v. 12, p. 661-665, jul. 2007.

DRUMMOND, José. The garden in the machine: an Environmental History of Brazil's Tijuca Forest. **Environmental History**, Chicago, v. 1, n. 1, p. 83-104, jan. 1996.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, jul./dez. 1991.

DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DUBAY, Shane G.; FULDNER, Carl C. Bird specimens track 135 years of atmospheric black carbon and environmental policy. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, Washington, DC, v. 114, n. 43, p. 11321-11326, out. 2017.

DUBOIS, Alain; NEMÉSIO, André. Does nomenclatural availability of nomina of news species or subspecies require the deposition of vouchers in collections? **Zootaxa**, Auckland, v. 1409, n. 1-22, fev. 2007.

EAGLIN, Jennifer. The demise of the Brazilian ethanol program: environmental and economic shocks, 1985–1990. **Environmental History**, Chicago, v. 24, n. 1, p. 104-129, jan. 2019.

FEARNSIDE, Philip Martin. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 113-123, jul. 2005.

FEARNSIDE, Philip Martin (org.). **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FEARNSIDE, Philip Martin. Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 42, n. 21, p. 162-185, 2018.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença Ltda., 1989.

FISCHER, Clemency T.; WARR, Frances E. Museum on paper: library & manuscript resources. **Bulletin of the British Ornithologists' Club**, v. 123, supl. A, p. 136-164, 2003.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Wilderness and the Brazilian mind (I): nation and nature in Brazil from the 1920s to the 1940s. **Environmental History**, Chicago, v. 13, n. 4, p. 724-750, out. 2008.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Wilderness and the Brazilian mind (II): the first Brazilian conference on nature protection (Rio de Janeiro, 1934). **Environmental History**, Chicago, v. 14, n. 1, p. 82-102, jan. 2009.

GARRETSON, Alexis; FORKNER, Rebecca E. Herbaria reveal herbivory and pathogen increases and shifts in senescence for northeastern United States maples over 150 years. **Frontiers in Forests and Global Change**, Hawthorn, v. 4, article 664763, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.3389/ffgc.2021.664763. Acesso em: 11 fev. 2024.

GBIF - Global Biodiversity Information Facility (2023) **Free and open access to biodiversity data**. Disponível em: https://www.gbif.org/. Acesso em: 4 ago. 2023.

GIULIETTI, Ana Maria *et al*. Edaphic endemism in the Amazon: vascular plants of the canga of Carajás, Brazil. **The Botanical Review**, v. 85, p. 357-383, out. 2019.

GRAHAM, Catherine H. *et al*. New developments in museum-based informatics and applications in biodiversity analysis. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 19, n. 9, p. 497-503, set. 2004.

GREEN, Rhys E.; SCHARLEMANN, Jörn P. W. Egg and skin collections as a resource for long-term ecological studies. **Bulletin of the British Ornithologists' Club**, v. 123, supl. A, p. 165-176, 2003.

HALLEY, Matthew R. Audubon's Bird of Washington: unravelling the fraud that launched *The birds of America*. **Bulletin of the British Ornithologists' Club**, v. 140, n. 2, p. 110-141, jun. 2020.

HALLEY, Matthew R. Audubon's diary transcripts were doctored to support his false claim of personally discovering Lincoln's Sparrow *Melospiza lincolnii* (Audubon, 1834). **Bulletin of the British Ornithologists' Club**, v. 142, n. 3, p. 329-342, set. 2022.

HART, Robbie *et al*. Herbarium specimens show contrasting phenological responses to Himalayan climate. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, Washington, DC, v. 111, n. 29, p. 10615-10619, jul. 2014.

HICKEY, Joseph J.; ANDERSON, Daniel W. Chlorinated hydrocarbons and eggshell changes in raptorial and fish-eating birds. **Science**, v. 162, p. 271-273, out. 1968.

HUXLEY, Robert *et al*. **Managing natural science collections**: a guide to strategy, planning and resourcing. London: Routledge, 2021.

ICZN – INTERNATIONAL COMMISSION ON ZOOLOGICAL NOMENCLATURE **International Code of Zoological Nomenclature – Fourth Edition, 2021**. Disponível em: https://www.iczn.org/the-code/the-code-online/. Acesso em: 6 set. 2021.

JACOBI, Claudia Maria; CARMO, Flávio Fonseca. **Diversidade florística nas cangas do Quadrilátero Ferrífero**. Belo Horizonte: Código Editora, 2012.

KENNEDY, Donald; LUCKS, Marjorie. Rubber, blight, and mosquitoes: biogeography meets the global economy. **Environmental History**, Chicago, v. 4, n. 3, p. 369-383, jul. 1999.

KHAROUBA, Heather M. *et al*. Using insect natural history collections to study global change impacts: challenges and opportunities. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, London, v. 374, n. 1763, article 20170405, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1098/rstb.2017.0405. Acesso em: 16 jun. 2023.

KRABBE, Niels. Birds collected by P. W. Lund and J. T. Reinhardt in south-eastern Brazil between 1825 and 1855, with notes on P. W. Lund's travels in Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ornitologia**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 331-357, set. 2007.

KURY, Adriano B. *et al*. **Diretrizes e estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006.

LANG, Patricia L. M. *et al*. Using herbaria to study global environmental change. **New Phytologist**, Lancaster, v. 221, n. 1, p. 110-122, 2019.

LANYON, Scott M.; STOTZ, Douglas F.; WILLARD, David E. *Clytoctantes atrogularis*, a new species of antbird from western Brazil. **The Wilson Bulletin**, Ann Arbor, v. 102, n. 4, p. 571-580, dez. 1990.

LATRUBESSE, Edgardo M. *et al*. Damming the rivers of the Amazon basin. **Nature**, v. 546, n. 7658, p. 363-369, jun. 2017.

LATRUBESSE, Edgardo M. *et al*. Vulnerability of the biota in riverine and seasonally flooded habitats to damming of Amazonian rivers. **Aquatic Conservation**: Marine and Freshwater Ecosystems, v. 31, n. 5, p. 1136-1149, 2021.

LEES, Alexander C. *et al*. Hydropower and the future of Amazonian biodiversity. **Biodiversity and Conservation**, v. 25, p. 451-466, 2016.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 11-29, 2005.

LEWINSOHN, Thomas; PRADO, Paulo Inácio. **Biodiversidade brasileira**: síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo: Contexto, 2002.

LI, Dengqiu *et al*. Examining water area changes accompanying dam construction in the Madeira River in the Brazilian Amazon. **Water**, v. 12, n. 7, artigo 1921, jul. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3390/w12071921. Acesso em: 11 fev. 2024.

LIMA, Flávio César Thadeo de. A revision of the cis-andean species of the genus *Brycon* Müller & Troschel (Characiformes: Characidae). **Zootaxa**, Auckland, v. 4222, n. 1, p. 1-189, 2017.

LIMA, Maria Alice Leite; KAPLAN, David Andrew; DORIA, Carolina Rodrigues da Costa. Hydrological controls of fisheries production in a major Amazonian tributary. **Ecohydrology**, v. 10, n. 8, article e1899, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1002/eco.1899. Acesso em: 23 jun. 2023.

MACFADDEN, Bruce J. *et al*. Natural History Museum visitors' understanding of evolution. **BioScience**, Oxford, v. 57, n. 10, p. 875-882, nov. 2007.

MADEIRA, João Augusto *et al*. Geossistemas ferruginosos e áreas protegidas. *In*: CARMO, Flávio Fonseca do; KAMINO, Luciana Hiromi Yoshino (org.). **Geossistemas ferruginosos do Brasil**: áreas prioritárias para conservação da diversidade geológica e

biológica, patrimônio cultural e serviços ambientais. Belo Horizonte: 3i Editora, 2015. p. 521-545.

MARINONI, Luciane; PEIXOTO, Ariane Luna. As coleções biológicas como fonte dinâmica e permanente de conhecimento sobre a biodiversidade. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 54-57, 2010.

MARTINS, Frederico Drumond *et al*. **Fauna da Floresta Nacional de Carajás**: estudos sobre vertebrados terrestres. São Paulo: Nitro Imagens, 2012.

MEINEKE, Emily K.; DAVIS, Charles C.; DAVIES, T. Jonathan. The unrealized potential of herbaria for global change biology. **Ecological Monographs**, Washington, DC, v. 88, n. 4, p. 505-525, nov. 2018.

MEIRELLES-FILHO, João Carlos de Souza. É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 1, p. 219-241, abr. 2014.

MELO, Tomaz Nascimento de *et al*. Impacts of a large hydroelectric dam on the Madeira River (Brazil) on floodplain avifauna. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 51, n. 4, p. 298-310, out./dez. 2021.

MILLER, Sara E. *et al*. Building natural history collections for the twenty-first century and beyond. **BioScience**, Oxford, v. 70, n. 8, p. 674-687, ago. 2020.

MILLER-RUSHING, Abraham J. *et al*. Herbarium specimens as a novel tool for climate change research. **Arnoldia**, Boston, v. 63, n. 2, p. 26-32, 2004.

MILLER-RUSHING, Abraham J. *et al*. Photographs and herbarium specimens as tools to document phenological changes in response to global warming. **American Journal of Botany**, v. 93, n. 11, p. 1667-1674, nov. 2006.

MORAIS, Rodrigo *et al*. Natural history notes on the White-bellied Spinetail, *Mazaria propinqua* (Passeriformes: Furnariidae: Synallaxinae), a typical bird of Amazonian river islands. **Atualidades Ornitológicas**, Ivaiporã, v. 215, p. 18-24, mai./jun. 2020.

MOTA, Nara Furtado de Oliveira *et al*. Amazon *canga*: the unique vegetation of Carajás revealed by the list of seed plants. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 1435-1488, jul./set. 2018.

MUJTABA, Tamjid *et al*. Learning and engagement through natural history museums. **Studies in Science Education**, v. 54, n. 1, p. 41-67, 2018.

MYERS, Norman *et al*. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853-858, fev. 2000.

NEVES, Ana Carolina de Oliveira *et al*. Neglect of ecosystems services by mining, and the worst environmental disaster in Brazil. **Natureza & Conservação**, v. 14, n. 1, p. 24-27, 2016.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. História e História Ambiental: as rupturas e avanços nas relações homem-natureza. *In*: **XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 12 a 17 de jul. 2009. **Anais...**

PÁDUA, Jorge Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PARK, Daniel S. *et al*. Herbarium specimens reveal substantial and unexpected variation in phenological sensitivity across the eastern United States. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, London, v. 374, n. 1763, article 20170394, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1098/rstb.2017.0394. Acesso em: 16 jun. 2023.

PEIXOTO, Ariane Luna. **Coleções biológicas de apoio ao inventário, uso sustentável e conservação da biodiversidade**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2003.

PENIDO, Iago S.; PESSALI, Tiago Casarim; ZAWADZKI, Cláudio H. When destruction comes first: two new species of *Hypostomus* Lacépède, 1803 (Siluriformes: Loricariidae) from a deeply impacted river in the Rio São Francisco basin in Brazil. **Journal of Fish Biology**, v. 98, n. 5, p. 1371-1384, mai. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª ed. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESSALI, Tiago Casarim *et al*. *Brycon dulcis* Lima & Vieira, 2017. *In*: DRUMMOND, Gláucia Moreira; SUBIRÁ, Rosana Junqueira; MARTINS, Cássio Soares (org). **Livro vermelho da biota aquática do Rio Doce ameaçada de extinção pós rompimento da barragem de Fundão - Mariana, Minas Gerais**: crustáceos, efemerópteros, odonatos e peixes. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2021. p. 215-219.

PINHEIRO, Lívia Rodrigues; FALASCHI, Rafaela Lopes. O valor das coletas e coleções científicas. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 282, p 68-69, jun. 2011.

RASMUSSEN, Pamela C.; PRŶS-JONES, Robert P. History *vs* mystery: the reliability of museum specimen data. **Bulletin of the British Ornithologists' Club**, v. 123, supl. A, p. 66-94, 2003.

RATCLIFFE, D. A. Decrease in eggshell weight in certain birds of prey. **Nature**, v. 215, p. 208-210, 1967.

REIS, José Carlos. **A História, entre a filosofia e a ciência**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REMSEN, J. V., JR; PARKER, Theodore A., III. Contribution of river-created habitats to bird species richness in Amazonia. **Biotropica**, v. 15, n. 3, p. 223-231, set. 1983.

ROBIN, Libby; CARRUTHERS, Jane. Introduction: Environmental History and the History of Biology. **Journal of the History of Biology**, v. 44, n. 1, p. 1-14, Spring 2011.

ROSENBERG, Gary H. Habitat specialization and foraging behavior by birds of Amazonian river islands in northeastern Peru. **The Condor**, v. 92, n. 2, p. 427-443, 1990.

SALVADOR, Gilberto N. *et al*. Influences of multiple anthropogenic disturbances coupled with a tailings dam rupture on spatiotemporal variation in fish assemblages of a tropical river. **Freshwater Biology**, v. 67, n. 10, p. 1708-1724, out. 2022.

SANDERS, Nathan J. *et al*. Leveraging natural history collections to understand the impacts of global change. **Journal of Animal Ecology**, London, v. 92, p. 232-236, 2023.

SANTOS, Maria J. *et al*. The relative influence of change in habitat and climate on elevation range limits in small mammals in Yosemite National Park, California, U.S.A. **Climate Change Responses**, v. 4, artigo 7, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s40665-017-0035-6. Acesso em: 11 fev. 2024.

SANTOS, Rangel E. *et al*. The decline of fisheries on the Madeira River, Brazil: the high cost of the hydroelectric dams in the Amazon Basin. **Fisheries Management and Ecology**, v. 25, n. 5, p. 380-391, out. 2018.

SCHMITT, C. Jonathan *et al*. Museum specimens of terrestrial vertebrates are sensitive indicators of environmental change in the Anthropocene. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, London, v. 374, n. 1763, article 20170387, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1098/rstb.2017.0387. Acesso em: 16 jun. 2023.

SEVERINO, Wellinson Maximin de Souza; SANTOS, Erick Silva dos; ALBUQUERQUE-CUNHA, Helenilza Ferreira. Hydropower plant in eastern Amazon and its impacts on the local population's eating habits. **Revista Ambiente e Água**, Taubaté, v. 16, n. 5, article e2700, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.4136/ambi-agua.2700. Acesso em: 11 fev. 2024.

SEYMOUR, Jane. No way to treat a natural treasure. **New Scientist**, 12 de mar., p. 32-35, 1994.

SHAFFER, H. Bradley; FISHER, Robert N.; DAVIDSON, Carlos. The role of natural history collections in documenting species declines. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 13, n. 1, p. 27-30, jan. 1998.

SILVA, André R. M.; LANDA, Giovanni G.; VITALINO, Raphael F. Borboletas (Lepidoptera) de um fragmento de mata urbano em Minas Gerais, Brasil. **Lundiana**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 137-142, jul./dez. 2007.

SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; MARINHO, Vicka Nazará Magalhães. Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidroelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes-Amazônia-Brasil). **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 42, n. 21, p. 186-201, 2018.

SILVA, José Maria Cardoso da; COELHO, Galileu; GONZAGA, Luiz Pedreira. Discovered on the brink of extinction: a new species of Pygmy-Owl (Strigidae: *Glaucidium*) from Atlantic Forest of northeastern Brazil. **Ararajuba**, Seropédica, v. 10, n. 2, p. 123-130, dez. 2002.

SIMMONS, John E.; MUÑOZ-SABA, Yaneth. **Cuidado, manejo y conservación de las colecciones biológicas**. Bogotá: Conservación Internacional, 2005.

SPECIESLINK **Sistema de informação distribuído para coleções científicas**, 2021. Disponível em: http://www.splink.org.br/. Acesso em: 6 set. 2021.

SUAREZ, Andrew V.; TSUTSUI, Neil D. The value of museum collections for research and society. **BioScience**, Oxford, v. 54, n. 1, p. 66-74, jan. 2004.

SUTTER, Paul; What can U.S. environmental historians learn from non-U.S. environmental historiography? **Environmental History**, Chicago, v. 8, n. 1, p. 109-129, jan. 2003.

TAL, Tali; MORAG, Orly. School visits to natural history museums: teaching or enriching? **Journal of Research in Science Teaching**, v. 44, n. 5, p. 747-769, mai. 2007.

TEWKSBURY, Joshua J. *et al*. Natural history's place in science and society. **BioScience**, Oxford, v. 64, n. 4, p. 300-310, abr. 2014.

TINGLEY, Morgan W.; BEISSINGER, Steven R. Detecting range shifts from historical species occurrences: new perspectives on old data. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 24, n. 11, p. 625-633, nov. 2009.

TRAVIS, Joseph. Where is Natural History in ecological, evolutionary, and behavioral Science? **The American Naturalist**, Chicago, v. 196, n. 1, p. 1-8, jul. 2020.

TSCHINKEL, Walter R.; WILSON, Edward O. Scientific Natural History: telling the epics of nature. **BioScience**, Oxford, v. 64, n. 5, p. 438-443, mai. 2014.

UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS. **Environmental History**. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/loi/eh. Acesso em: 18 out. 2023.

VALDECASAS, Antonio G.; CAMACHO, Ana I. Conservation to rescue of taxonomy. **Biodiversity and Conservation**, v. 12, p. 1113-1117, jun. 2003.

VALE, Mariana M. *et al*. Effects of future infrastructure development on threat status and occurrence of Amazonian birds. **Conservation Biology**, v. 22, n. 4, p. 1006-1015, ago. 2008.

VALÉRIO, Fernando Augusto *et al*. New and noteworthy bird records for the state of Rondônia, southwestern Brazilian Amazon. **Atualidades Ornitológicas**, Ivaiporã, v. 213, p. 10-15, jan./fev.2020.

VAN DAMME, Paul A. *et al*. Upstream dam impacts on gilded catfish *Brachyplatystoma rousseauxii* (Siluriformes: Pimelodidae) in the Bolivian Amazon. **Neotropical Ichthyology**, Maringá, v. 17, n. 4, artigo e190118, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0224-20190118. Acesso em: 23 jun. 2023.

VASCONCELOS, Marcelo Ferreira de *et al*. Long-term avifaunal survey in an urban ecosystem from southeastern Brazil, with comments on range extensions, new and disappearing species. **Papéis Avulsos de Zoologia**, São Paulo, v. 53, n. 25, p. 327-344, 2013.

VASCONCELOS, Marcelo Ferreira de; HOFFMANN, Diego. Avifauna das vegetações abertas e semiabertas associadas a geossistemas ferruginosos do Brasil: levantamento, conservação e perspectivas para futuros estudos. *In*: CARMO, Flávio Fonseca do; KAMINO, Luciana Hiromi Yoshino (org.). **Geossistemas ferruginosos do Brasil**: áreas prioritárias para conservação da diversidade geológica e biológica, patrimônio cultural e serviços ambientais. Belo Horizonte: 3i Editora, 2015. p. 259-287.

VERGILIO, Cristiane dos Santos *et al*. Metal concentrations and biological effects from one of the largest mining disasters in the world (Brumadinho, Minas Gerais, Brazil). **Scientific Reports**, v. 10, article 5936, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41598-020-62700-w. Acesso em: 22 jun. 2023.

VIANA, José Maurício Mangueira; MONTEIRO, Rosa Cristina. Natureza - vida - ambiente: diversas histórias. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 31-50, 2005.

WATT, Laura A.; RAYMOND, Leigh; ESCHEN, Meryl L. On preserving ecological and cultural landscapes. **Environmental History**, Chicago, v. 9, n. 4, p. 620-647, out. 2004.

WEEKS, Brian C. *et al*. Shared morphological consequences of global warming in North American migratory birds. **Ecology Letters**, v. 23, n. 2, p. 316-325, fev. 2020.

WESTERMARK, T.; ODSJÖ, T.; JOHNELS, A. G. Mercury content of bird feathers before and after Swedish ban on alkyl mercury in agriculture. **Ambio**, v. 4, n. 2, p. 87-92, 1975.

WILCOX, Robert W. "The law of the least effort": cattle ranching and the environment in the savanna of Mato Grosso, Brazil, 1900-1980. **Environmental History**, Chicago, v. 4, n. 3, p. 338-368, jul. 1999.

WILEY, R. Haven. Alfonso Olalla and his family: the ornithological exploration of Amazonian Peru. **Bulletin of the American Museum of Natural History**, NewYork, v. 343, p. 1-68, 2010.

WILLIAMS, Tanisha M.; SCHLICHTING, Carl D.; HOLSINGER, Kent E. Herbarium records demonstrate changes in flowering phenology associated with climate change over the past century within the Cape Floristic Region, South Africa. **Climate Change Ecology**, v. 1, article 100006, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ecochg.2021.100006. Acesso em 16 jun. 2023.

WILLIS, Charles G. *et al*. Old plants, new tricks: phenological research using herbarium specimens. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 32, n. 7, p. 531-546, jul. 2017.

WILSON, Edward O. Biodiversity research requires more boots on the ground. **Nature Ecology & Evolution**, v. 1, p. 1590-1591, out. 2017.

WINKER, Kevin. Natural History museums in a postbiodiversity era. **BioScience**, Oxford, v. 54, n. 5, p. 455-459, mai. 2004.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZAHER, Hussam; YOUNG, Paulo S. As coleções zoológicas brasileiras: panoramas e desafios. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 3, p. 24-26, jul./set. 2003.

ZARRILLI, Adrián Gustavo. Capitalism, ecology, and agrarian expansion in the Pampean Region, 1890-1950. **Environmental History**, Chicago, v. 6, n. 4, p. 561-583, out. 2001.

ZIMOVA, Marketa *et al*. Widespread shifts in bird migration phenology are decoupled from parallel shifts in morphology. **Journal of Animal Ecology**, London, v. 90, n. 10, p. 2348-2361, out. 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às Profas. Dras. Luciana Barreto Nascimento e Meira Pena pelas importantes sugestões em versões anteriores do manuscrito. Tiago Casarim Pessali e Bruno Costa, respectivamente, forneceram importantes fotografias e informações a respeito das coleções ictiológica e entomológica.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

O intelectual educador João Roberto Moreira (1912-1967) e seus estudos comparativos aplicados aos sistemas de educação	Lezziany Silveira Daniel Universidade Federal do Paraná

Resumo

O intelectual brasileiro João Roberto Moreira, educador atuante em órgãos como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBEP), nas décadas de 1950 e 1960 do século XX no Brasil, teve sua trajetória marcada pela crescente especialização nos métodos de educação comparada. Num primeiro momento, com o lançamento de seu primeiro livro "Os sistemas Ideais de Educação**"**, de 1945, houve uma abordagem mais teórica em torno deste tema. Quando iniciou, todavia, sua participação no INEP, suas análises prenderam-se aos aspectos específicos de determinados sistemas de ensino, no interior de um projeto que procurava mapear e entender a realidade educacional brasileira. Partimos do pressuposto de que Moreira foi se especializando na área de Educação Comparada, integrando um período da Educação Comparada em que a abordagem positivista predominou, havendo forte rigor do método comparativo, com a preocupação de, mediante as conclusões alcançadas, contribuir nas decisões políticas.

Palavras-chave: educação comparada; sistemas de ensino; intelectuais.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

The Intellectual João Roberto Moreira (1912-1967) and yours comparative studies applied to education systems	Lezziany Silveira Daniel Universidade Federal do Paraná

Abstract

The Brazilian intellectual João Roberto Moreira, an educator working in bodies such as the National Institute of Pedagogical Studies (INEP) and the Brazilian Center for Educational Research (CBEP), in the 1950s and 1960s of the 20th century in Brazil, had his trajectory marked by increasing specialization in comparative education methods. At first, with the release of his first book "The Ideal Systems of Education", in 1945, there was a more theoretical approach to this theme. When he began, however, his participation in INEP, his analyzes were linked to specific aspects of certain education systems, within a project that sought to map and understand the Brazilian educational reality. We assume that Moreira was specializing in the field of Comparative Education, integrating a period of Comparative Education in which the positivist approach predominated, with a strong rigor of the comparative method, with the concern of, through the conclusions reached, contributing to political decisions.

Keywords: comparative education. education systems. intellectuals.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a contribuir para a compreensão das perspectivas sobre o caminho da educação e o sentido da Educação Comparada, tal como se vinha colocando no contexto brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960. Embora seja normal atribuir a origem da Educação Comparada a Marc-Antoine Jullien, que, em 1817, fez publicar uma pequena obra que enunciava o esboço do que devia ser um trabalho de investigação neste domínio, só no século seguinte a Educação Comparada veio a merecer a atenção acadêmica e o interesse político.

Nesta perspectiva, insere-se a experiência do intelectual João Roberto Moreira, considerado especialista em educação comparada na América Latina. Educador atuante em órgãos como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), nas décadas de 1950 e 1960 do século XX no Brasil, Moreira teve sua trajetória marcada pela crescente especialização nos métodos de educação comparada (DANIEL, 2003; 2009).

No período vivenciado por Moreira, no início do século XX, segundo Brandão (1999) e Xavier (2002), os intelectuais-educadores partilhavam do entendimento e da perspectiva de Mannheim quanto aos seus desígnios como responsáveis pela formação das novas elites dirigentes. Para Mannheim (1976), os intelectuais são os responsáveis pela condução da nação, não constituindo uma classe, estando, sim, acima das classes. Segundo ele, os intelectuais constituiriam o único grupo social capaz de realizar a síntese das perspectivas parciais.

Destarte, podemos dizer que os intelectuais brasileiros requeriam para si, no período analisado, a responsabilidade de, ao lado do Estado, definir e gerir uma nova organização nacional. Arautos e porta-vozes de uma nova realidade, esses intelectuais assumiram a posição de *elite esclarecida*, pautada nos conhecimentos científicos. Essa elite passou a colaborar na reorganização da educação nacional, encontrando momento fundamental para a legitimação de novas ideias educacionais, instaurando o Movimento pela Escola Nova, entendido como um movimento cultural mais amplo, de organização da própria sociedade.

Ao mesmo tempo em que passou a colaborar com o Estado, essa geração construiu os fundamentos de sua legitimidade intelectual e de seu espaço de atuação, criando-se, a

partir da relação direta com o governo, mecanismos e veículos próprios de produção, discussão e divulgação científica das principais questões educacionais brasileiras, bem como espaço oficial para implementar novas diretrizes científicas no sistema educacional brasileiro.

Para tanto, o auxílio dos conhecimentos provenientes das diferentes ciências apareceu como indispensável para a atuação dos intelectuais idealizadores da reforma. Pelo fato de suas análises e proposições terem sido balizadas por estudos científicos, justificaram a atuação especializada na execução de reformas no ensino, considerando-se e legitimando-se como técnicos do campo educacional, além de determinarem as novas feições da educação, promovendo mudanças no próprio conhecimento acerca da sociedade e do homem.

Foi nesse contexto de contradições e presença de ideais renovadores que o processo de autonomização e de legitimação científica do campo educacional passou a ocorrer, construindo-se um novo entendimento acerca do papel da educação. Para esses intelectuais, seriam os conhecimentos provenientes das ciências, em especial os fornecidos pelas áreas sociais, os fundamentos necessários para a constituição científica de um campo de estudos para as questões educacionais. Segundo Vieira (2003), o primeiro esforço de reflexão sistematizada da relação entre Educação e Ciências Sociais no Brasil ocorreu ao longo da década de 1930, em decorrência do "processo em curso de institucionalização das Ciências Humanas e Sociais no país" (p.169). Naquele momento, a ciência apareceu como possibilidade de intervenção social, com o objetivo principal de modernizar a sociedade.

Como principal iniciativa de articulação desses estudos está a experiência de Anísio Teixeira, quando de sua gestão como Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1931-1935), com a criação, primeiro, do Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal e seu desdobramento com a fundação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Nessa primeira fase, foram privilegiados "os estudos sobre avaliação escolar, testes psicológicos e o desenvolvimento cognitivo da criança" (p.170). Já a segunda fase da articulação entre a Educação e as Ciências Sociais ocorreu em 1956, quando se criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Sob a direção de Anísio Teixeira, foram criados Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs) em vários estados, instaurando um

momento em que a educação passa a ser vista como fenômeno social e cultural (VIEIRA, 2003). No CBPE, a partir da cooperação entre educadores e cientistas sociais, entre eles o próprio João Roberto Moreira, a educação passou a ser entendida como instrumento de intervenção na realidade, a partir das contribuições das Ciências Sociais.

A construção de centros de pesquisa especializados e a valorização dos estudos articulados entre Educação e Ciências Sociais mobilizaram intelectuais de diferentes vertentes e perspectivas teóricas, mas que, articulados em torno de projetos de Estado, pensaram, discutiram e mesmo propuseram intervenções diretas no espaço educacional. Moreira, nesse sentido, ao se analisar sua trajetória, esteve intimamente relacionado a todo este processo, inicialmente participando do Movimento pela Escola Nova, nas primeiras décadas do século XX, e depois articulando o projeto com atuações junto aos principais centros de pesquisa e de decisão administrativa da educação do país e, até mesmo, da América Latina.

Cabia, portanto, aos intelectuais, a função de relacionar o saber da ciência aos planos das práticas educativas (VIEIRA, 2003). Para Moreira, a ciência assumia função central no auxílio da definição dos rumos sociais, econômicos e políticos e, neste caso, a Educação Comparada, possibilitava estudar, verificar e apontar os melhores encaminhamentos para os sistemas de ensino, de acordo com as necessidades sociais e econômicas do período.

Caracterizamos Moreira como um *intelectual*, cujo comportamento como homem público revela quatro características marcantes: a primeira se refere ao sentimento de pertencimento que Moreira tinha a um determinado estrato ou grupo social, constituindo-se como *técnico especializado* nos estudos do campo da educação, com uma produção e atuação que sempre tiveram como foco a organização do ensino e da educação nacional, articulado com os principais intelectuais preocupados com essa temática; a segunda característica se refere ao seu sentimento de *missão social*, procurando ele se colocar como um intelectual preocupado com a reorganização da sociedade, como um agente incentivador e participante dos principais encaminhamentos educacionais; já a terceira característica se remete ao seu entendimento de que seria principalmente através da educação, tomada como questão central para o êxito do *projeto moderno de reforma social*, que os problemas sociais seriam sanados; e por último, o fato de entender o Estado

como agente político na efetivação do projeto moderno de reforma social (VIEIRA 2007a; 2007b).

Ao analisar os livros e os artigos publicados por Moreira, ao longo de sua trajetória, destacamos sua investida e crescente especialização na análise dos sistemas de ensino estaduais, brasileiros e latino-americanos. Ao longo deste artigo, assim, procuramos abordar esta temática, articulando a análise aos estudos por ele realizados ao longo de sua trajetória (livros e artigos publicados), em diferentes órgãos de pesquisa articuladores da educação e das ciências sociais. Como fontes principais analisadas estão os livros e artigos publicados por Moreira ao longo de sua trajetória.

1. A EDUCAÇÃO COMPARADA E O CBPE

O primeiro livro publicado por Moreira, em 1945, **Os Sistemas Ideais de Educação**, pela Biblioteca Pedagógica Brasileira, preocupava-se com a organização dos sistemas de ensino, tecendo considerações mais teóricas e reflexivas sobre o que achava necessário para construir sistemas mais adequados de educação. O interesse de Moreira, neste momento, por constituir o campo de estudos por ele chamado de "psicossociologia educacional", mostra o esforço no período em estabelecer vínculos entre os conhecimentos nos estudos desenvolvidos na área educacional. Fugindo de extremismos teóricos, Moreira propunha a interlocução dos conhecimentos da área social para a promoção dos avanços científicos necessários no campo da Pedagogia, que, para ele, era a técnica responsável pela aplicação dos conhecimentos oriundos das "Ciências Fontes da Educação".

Quando iniciou, todavia, sua participação no INEP e depois no próprio CBPE, suas análises prenderam-se aos aspectos específicos de determinados sistemas de ensino, no interior de um projeto que procurava mapear e entender a realidade educacional brasileira. Partimos do pressuposto, assim, de que Moreira foi se especializando na área de Educação Comparada, analisando os sistemas de ensino com perspectivas de indicar determinados encaminhamentos educacionais no interior das políticas estatais.

No livro **A Educação em Santa Catarina**, de 1954, monografia que inaugurava uma série de estudos a serem realizados sobre os sistemas de ensino brasileiros no interior, projeto da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), Moreira utilizou sua experiência anterior no Estado de Santa Catarina para

tecer suas análises, indicando que o estudo partia de tríplice ponto de vista: o da ecologia, no seu sentido antropossocial; o da educação comparada; e o da apreciação qualitativa e extensiva. Quanto ao primeiro aspecto, Moreira destacava que procuraria estudar as relações entre os próprios homens, influenciadas pelo seu habitat. Já quanto à Educação Comparada, pretendia verificar "se há correspondência entre o modo pelo qual a escola catarinense, como instituição social, se comporta ecologicamente, e os modos de outras escolas em outras regiões e países, inclusive examinando-a quanto às suas transformações e readaptações" (1954, p.12). E por último, dizia se preocupar com a análise de levantamentos estatísticos sobre matrículas, unidades escolares, entre outros. Percebemos, neste sentido, além da preocupação em evidenciar que partiria de uma perspectiva de Educação Comparada, a utilização por Moreira de aspectos em torno da Antropologia para embasamento de seus estudos.

Neste estudo, ainda que de maneira inicial, Moreira se aproximava de uma perspectiva de análise que seria desenvolvida no CBPE. Entendemos que ele já tomava o sentido de cultura no sentido antropológico, no qual a pesquisa educacional era orientada para análise da forma como a educação se realizava localmente, "observando-se a relação entre os padrões de cultura local e a organização dos sistemas de ensino formais" (XAVIER, 1999, p.96). Estas novas perspectivas de análise tornaram-se centrais nos projetos de estudo desenvolvidos no CBPE, ganhando também espaço os *Estudos de Comunidade*, que buscavam o "resgate do local, do específico e do diverso" (XAVIER, 1999, p.97).

Nesta obra, Moreira analisou as reformas educacionais realizadas no Estado de Santa Catarina, percebendo as funções assumidas pela escola, relacionando estes aspectos aos da Demografia, Geografia, entre outros. Verificamos nesta obra, de maneira especial, o entendimento da escola como resultado de características regionais, indicando que ela, ao mesmo tempo, deveria contemplar as particularidades regionais, não se descolando, todavia, de prerrogativas indicadas no âmbito nacional. Indicava Moreira, neste sentido, que a escola elementar em Santa Catarina se caracterizava pelo formalismo intelectualista, pelo rígido centralismo administrativo, e que embora se expandindo quantitativamente, não havia progresso quanto ao aspecto qualitativo, entendendo que "como no resto do Brasil, em relação aos outros sistemas estaduais, o catarinense nos dá

a impressão de nítida hipertrofia, por um extraordinário desenvolvimento extensivo, sem correspondência qualitativa" (p.86).

Moreira passou a participar de um projeto que, a partir da fundamentação científica nas ciências sociais, refletiu sobre a educação e a organização dos sistemas de ensino, bem como pretendeu colaborar no direcionamento de políticas de Estado para essa área, subsidiando o encaminhamento dado por este à educação nacional. Baseado, principalmente, em princípios de pesquisa fornecidos pela Escola de Chicago, que privilegiava os Estudos de Comunidade e, portanto, entendendo como a educação acontecia localmente, Moreira produziu, além do livro acerca do ensino em Santa Catarina, estudos sobre o ensino no Rio Grande do Sul e em Pernambuco.

Este livro surgiu em um momento de "busca pelo caráter regional ou local de determinados problemas, os quais deveriam ser contrastados com a dimensão nacional dos mesmos" (FREITAS, 2002, p.59). A natureza dos primeiros estudos de Moreira também já apontava para uma preocupação em diagnosticar e prescrever mudanças nos sistemas de ensino analisados. Posteriormente, Moreira privilegiará indicações que apontem para um melhor planejamento educacional, expressão central utilizada nesse momento de reorganização política e econômica. Ao estudar e se dedicar a esta temática, gradualmente, Moreira foi se credenciando não só para pensar o sistema de ensino nacional, mas também o de outros países, em especial, os integrantes da América Latina, elemento este importante para se pensar e entender como Moreira articulou os conhecimentos advindos das ciências na solução de problemas práticos. Para ele, das Ciências Sociais provinha a racionalidade necessária para que a educação pudesse resolver os problemas práticos do ensino.

Como já destacado anteriormente, consideramos que Moreira integrou um período da Educação Comparada em que a abordagem positivista predominou, havendo forte rigor do método comparativo, com a preocupação de, mediante as conclusões alcançadas, contribuir nas decisões políticas. Essa perspectiva de pesquisa estava em sintonia com o objetivo de Anísio Teixeira quando da criação do CBPE, entendendo que "o projeto de Anísio Teixeira depositou toda ênfase no papel do Estado, a quem se atribuía a condução do processo de desenvolvimento do país" (XAVIER, 1999, p.99), recaindo, assim, sobre a pesquisa o papel de fornecer dados seguros para melhor conduzir as mudanças no campo educacional.

Utilizando os estudos de Bereday (1972), quando especifica uma classificação comparativa sistemática, percebemos que Moreira mais realizou estudos de área (quando se referem a um país ou região) do que estudos comparativos (quando se referem ao mesmo tempo a muitos países ou regiões). Ao indicarmos que Moreira realizou mais *estudos de área*, verificamos também a presença das etapas deste estudo nas análises produzidas por ele. De acordo com Bereday (1972, p.37), "nos estudos de área distingue-se a fase descritiva, ou geografia da Educação, em que se faz a colheita de dados puramente pedagógicos; e a fase explanatória, ou análise social, em que se aplicam os métodos de outras ciências sociais à interpretação dos dados pedagógicos recolhidos".

Dentro deste mesmo projeto da CILEME, Moreira publicou, em 1955, **A Escola Elementar e a Formação do Professor Primário no Rio Grande do Sul**. Na apresentação feita por Anísio Teixeira, destaca-se que a obra dava prosseguimento à divulgação de estudos, com o objetivo de fornecer um conhecimento geral do ensino no Brasil. Segundo Teixeira, o livro era um primeiro ensaio de *survey*, sendo uma aproximação interpretativa da situação do ensino no Rio Grande do Sul. Para Teixeira, "tais levantamentos têm grande ambição" e visavam, segundo ele, "produzir, elaborar, digamos, o conhecimento do estado presente da educação no Brasil e por esse conhecimento atuar na opinião profissional dos educadores que, assim esclarecida, poderá influir ou orientar o movimento de reconstrução educacional do País".

Diferente da produção do livro sobre o ensino em Santa Catarina, no qual Moreira baseou-se em sua experiência de dez anos no Estado, este sobre o Rio Grande do Sul partiu da experiência dos cinquenta dias em que ele permaneceu no Estado, junto com um assistente. Segundo Moreira, o trabalho tinha caráter de *aproximação* ou de *survey*. Neste estudo, de maneira mais pontual, Moreira destacava primeiramente os aspectos culturais do Rio Grande do Sul, abordando a cultura, as subáreas geográficas e a imigração. Salientava, em especial, que o sistema de ensino gaúcho, embora estivesse em estado de subdesenvolvimento, comparado com outros países, encontrava-se em marcha acelerada para atingir o grau de desenvolvimento apropriado.

Ainda dentro do projeto do CBPE, Moreira estudou o sistema de ensino do Pernambuco, publicando uma série de artigos na revista **Educação e Ciências Sociais**. No primeiro artigo, apresenta análises em torno dos "Aspectos culturais da área do Recife", partindo da premissa de que a situação de uma cultura regional refletia seu

desenvolvimento histórico, assim como do meio físico, do ajustamento ecológico e dos padrões culturais básicos da cultura nacional. Para tanto, com seu estudo, pretendia "apanhar e compreender sua realidade no setor de educação, tendo em vista o condicionamento ambiental, isto é, o maior ou menor ajustamento de um grupo definido de instituições ao que deveria ser o seu fundo ou campo de configuração" (MOREIRA, 1956a, p.108).

A partir da análise, em específico de Recife, com relação à sua composição populacional, condições econômicas e culturais das camadas populares e das condições geofísicas, conclui-se que o sistema escolar existente em Recife favorecia um processo de frustração, pois não possibilitava mobilidade social. Contudo, apesar de atestar essa situação adversa, novamente salientava a importância destes estudos para melhor conduzir as mudanças educacionais pretendidas, pois considerava que "a situação atual não resulta nem de fatalismo geográfico, nem de fatalismo racial ou social, podendo, por isso, ser modificada, mediante planejamento e execução adequados" (MOREIRA, 1956a, p.130).

No artigo seguinte, "Aspectos atuais da situação educacional e cultural em Pernambuco", Moreira indicava, de maneira mais enfática, que a situação precária da educação naquele estado advinha da inter-relação entre os fatores sociais e culturais, percebendo que a administração estadual e as administrações municipais não dispunham de recursos para oferecer ensino elementar mínimo à população em idade escolar. Para tanto, destacava a necessidade de haver um melhor planejamento no estado pernambucano, devendo o governo estadual diminuir o preço aluno-ano, investindo, os municípios, mais em educação e o Governo Federal colaborando mais para suprir as deficiências locais do estado e de toda a região nordestina. Neste caso em específico, propunha a participação mais efetiva do Governo Federal para a mudança do cenário educacional nordestino, já que entendia que "o Brasil precisa empenhar-se no planejamento do desenvolvimento econômico, cultural e educacional de uma área que, sendo a mais densa demograficamente, é também a mais necessitada relativamente, dentro do território nacional" (MOREIRA, 1956b, p.74).

Em dois outros artigos, "Pernambuco: suas condições histórico-econômicas" e "Aspectos regionais e culturais de Pernambuco: as áreas litorâneas e interiores", Moreira analisou as condições histórico-culturais do Estado, fornecendo uma visão panorâmica da

situação, bem como analisou a situação de cada região de Pernambuco, destacando que a educação podia recuperar muitas destas áreas, devendo atuar na base da execução de outros planos de ordem econômica e social, reconhecendo a necessidade de criação de "um sistema educacional capaz de influir sobre toda a população, dando-lhe novos padrões e ideais culturais" (MOREIRA, 1957, p.78).

Mas Moreira não se limitou somente a abordar a educação no Brasil. Levando-se em conta que o CBPE era apoiado por organismos internacionais que forneciam elementos para formulação de políticas para a América Latina, destacamos que no programa de Moreira, além de unidades específicas tratando da contribuição do Ponto IV[1], da UNESCO, da União Panamericana e da Organização dos Estados Americanos (OEA), há uma indicação por se privilegiar o estudo da situação educacional em outros países latino-americanos. Esses dados nos ajudam a entender que Moreira partilhava, conhecia e colaborava com os projetos dos organismos internacionais, com relação aos encaminhamentos que deveriam ser dados à educação, não só no Brasil, como em outros países da América Latina. Consideremos que Moreira, vinculando-se ao grupo do CBPE parecia também estar preocupado com os encaminhamentos dados à educação pelos organismos internacionais, articulando um projeto de educação não somente pensado para o Brasil, mas também para os demais países latino-americanos.

A vinculação de Moreira a projetos que pensavam a educação, agora não só para o Brasil, é a expressão de um período de forte influência de organismos estrangeiros nos encaminhamentos de questões nacionais. As suas produções teóricas demonstram a preocupação em entender a educação vinculada às questões econômicas, elegendo como temáticas privilegiadas o significado do desenvolvimento, do subdesenvolvimento, do planejamento, entre outros. Neste sentido, percebemos, novamente, além da preocupação de Moreira em estar participando destas discussões acerca dos encaminhamentos dados à educação, destacando os aspectos especializados de sua função como técnico da educação, trabalhando em órgãos de instância governamental, seu entendimento de que a educação poderia ser fator fundamental para as mudanças planejadas (VIEIRA, 2007a,

[1] Segundo Xavier (1999, p.129), "O Ponto IV foi um Programa de Cooperação Técnica Internacional proposto, em 1949, pelo Presidente dos EUA, Harry Truman, aos países da América Latina. Consubstanciando o quarto ponto do discurso, do presidente norte-americano, o programa propunha acordos de cooperação técnica e o intercâmbio de serviços técnicos especiais, abrangendo as áreas de economia, administração pública, saúde, educação, alimentação etc."

2007b). No seu entendimento, assim, as discussões acerca de como a educação poderia contribuir para o desenvolvimento do Brasil são perpassadas pelas discussões em torno das próprias condições socioeconômicas do país, temáticas essas que passam a se tornar recorrentes no pensamento de Moreira a partir deste momento.

2. ESTUDOS NO CLAPCS: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Ao se integrar ao grupo do CBPE, Moreira participou de um projeto, no qual pretendia promover a articulação entre os estudos da Educação e das Ciências Sociais. Moreira integrou um momento de desenvolvimento das ciências sociais na América Latina, com a renovação intelectual desta área que concorreu, diretamente, para a vinculação destes estudos na resolução de problemas práticos, entre eles, o da educação. Para tanto, esse desenvolvimento deveu-se, em grande medida, à pressão dos produtores culturais pela renovação das ciências sociais e pela pressão de organismos internacionais e regionais (BLANCO, 2007).

Com relação às pressões regionais, destaca-se que, depois do término da Segunda Guerra Mundial, a Sociologia assumiu caráter mais interdisciplinar. Os sociólogos latino-americanos, entre eles Luiz de Aguiar Costa Pinto, Gino Germani e Echavarría, pensavam as Ciências Sociais a partir do teórico Karl Mannheim, concebendo-a como *ciência de orientação*, acreditando no papel transformador do Estado.

Aliado a essas questões regionais estava um novo cenário internacional, em que havia pressão de organismos internacionais pelo desenvolvimento das ciências sociais na América Latina. As ciências sociais assumiram caráter fundamental para a implementação das políticas desenvolvidas por estes organismos, difundindo um novo modelo intelectual, pautado no desenvolvimento de pesquisas empíricas.

Em especial, a UNESCO, órgão que compunha a ONU, tornou-se instância fundamental para o fomento de pesquisas que integravam estudos entre educação e ciências sociais. Nessa perspectiva, a UNESCO foi decisiva para a criação do CBPE, onde atuaram pesquisadores brasileiros, bem como técnicos estrangeiros como Charles Wagley, Bertran Hutchinson e Oto Kleinberg. Moreira, nesse período, além de trabalhar em projetos vinculados ao CBPE, foi, gradualmente, envolvendo-se em outros projetos da UNESCO, principalmente a partir da criação do Centro Latino-Americano de

Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), no Rio de Janeiro, em 1957, sob a direção do sociólogo brasileiro Luiz de Aguiar Costa Pinto.

Considera-se que Moreira participou deste projeto implementado na América Latina por estes organismos e coadunou com muitos dos intelectuais que acreditavam no papel central das Ciências Sociais para o encaminhamento das políticas nacionais, bem como na sua função como intelectual que buscava compreender o sistema histórico-social e fornecia subsídios para intervenção. Moreira participou, neste sentido, de um "projeto de modernização da sociedade e de edificação de uma ciência do desenvolvimento e de mudança planificada" (BLANCO, 2007, p.105).

Em especial, a partir de 1961, Moreira passou a envolver-se com o trabalho a serviço da UNESCO. Desincumbindo-se do cargo de diretor geral do Departamento Nacional de Educação do Brasil, Moreira aceitou o convite do professor Manuel Diegues, diretor do CLAPCS, para chefiar o Setor de Estudos e Pesquisas em Sociologia da Educação. Segundo Moreira, seu trabalho teria como principal objetivo "determinar as condições socioeconômicas e culturais dos sistemas escolares da América Latina e suas perspectivas de mudança e adaptação a novas condições de desenvolvimento econômico, social e político" [2]. Moreira já vinha prestando serviço para esse Centro e, ao mesmo tempo, publicando, desde 1960, vários artigos para o Boletim desse mesmo centro.

Depois, assim, de analisar específicos sistemas de ensino do Brasil, no interior do projeto da CILEME e do CBPE, Moreira publicou, em 1960, pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), um estudo intitulado **Educação e Desenvolvimento no Brasil,** escrito a partir de curso por ele ministrado na Universidade de Chicago, em 1959, e que foi posteriormente traduzido para o inglês.

Cabe salientar que os educadores e cientistas sociais vinculados ao CBPE, embora com metas e objetivos que os agregavam em torno da questão da educação, apresentavam vinculações teóricas e políticas distintas. Em especial, os principais matizes teóricos utilizadas por Moreira nas suas análises apontam para uma maior influência da sociologia durkheimiana, bem como da própria tradição francesa nas ciências humanas. Contudo, ao se vincular ao grupo de Anísio e ao projeto do CBPE, Moreira foi gradualmente assimilando perspectivas sociológicas norte-americanas, que traziam em seu bojo novos

[2] Trecho da carta enviada por Moreira ao Ministro da Educação e Cultura, Antônio de Oliveira Britto, em nove de outubro de 1961.

enfoques metodológicos de estudo, em especial, os *surveys* e os Estudos de Comunidade. Entendemos, assim, que a utilização de métodos de pesquisa americanos se insere no próprio momento vivido pelas Ciências Sociais no Brasil, com a forte influência norte-americana e de organismos internacionais nos encaminhamentos de questões nacionais.

Nesta obra, Moreira procurou perceber as bases do desenvolvimento social e econômico do Brasil e suas implicações educacionais. Como havia realizado nas obras específicas sobre os sistemas de ensino brasileiro, Moreira analisou, primeiramente, aspectos em torno dos problemas demográficos e da composição étnica da população. Em seguida, suas reflexões prenderam-se em torno de uma reconstituição histórica da educação no Brasil, desde o período colonial, passando pelo Império até chegar ao período republicano. Para ele, "não há dúvida de que, até certo ponto, a República, pelo sistema educacional e de instituições culturais que criou, foi um dos fatores desse atual início de amadurecimento político e social do povo" (MOREIRA, 1960, p.59). Articulando dados acerca da história da economia, política e sociedade no Brasil e no mundo, Moreira construiu um discurso que mostrou como a educação no século XX passou a ser priorizada na organização da sociedade. Em especial, Moreira destacou o período de reformas do ensino, nos mais diversos estados no Brasil, empreendido pelos pioneiros e que representava a tentativa de renovação qualitativa do sistema de ensino para o alcance do desenvolvimento cultural almejados para o Brasil. Como expresso em outros escritos seus, Moreira, nesse momento, evidenciava de maneira positiva e inovadora os feitos educacionais realizados pelos chamados *Pioneiros da Escola Nova*.

Apesar de considerar que esse processo havia sido interrompido com o Golpe de 1937, observava que o período posterior a 1930 foi o de maior extensão e universalização do sistema educacional brasileiro. Ressaltava, então, o notável desenvolvimento educacional alcançado, embora insuficiente diante da realidade brasileira. Nos capítulos seguintes, Moreira realizou uma análise qualitativa da sociedade e da educação no Brasil, com a preocupação de que estes dados colaborassem numa posterior comparação com a educação de outros países.

Ao analisar aspectos em torno da estratificação e mobilidade sociais no Brasil, procurou mostrar o papel central da escola para a promoção de maior mobilidade social, entendendo que "não há dúvida, portanto, de que toda a sociedade brasileira – apesar de todas as desigualdades, distâncias e contradições econômico-sociais das diversas áreas –

está em mudança, fermentando de inquietações, num vasto processo de mobilidade quer vertical, quer horizontal" (MOREIRA, 1960, p.119), entendendo que não haveria barreiras intransponíveis entre as classes sociais.

Neste sentido, Moreira pareceu atribuir à educação aspecto positivo quanto à possibilidade de mobilidade social. Contudo, no seu entendimento, seria possível oferecer igualdade de oportunidades escolares para todos e, a partir dos méritos individuais, levar-se-ia à ocupação de determinados cargos. Moreira parece acreditar, assim, que juntamente ao oferecimento de maior escolarização para a população brasileira aconteceria a seleção dos indivíduos para ocupação de determinados cargos. No caso, assim, dos estudos em Sociologia, em especial, as pesquisas procuravam entender os condicionantes sociais do desenvolvimento e as resistências às mudanças (OLIVEIRA, 2005). A escola, no interior desta discussão, passou a ser entendida como instituição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico.

A concretização de uma democracia perfeita para Moreira, no nosso entendimento, se sustentava num sistema de ensino meritocrático e de acordo com as demandas do sistema produtivo. Para ele, o oferecimento do ensino secundário e superior a todos estava condicionado às condições dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Assim, o acesso a estes níveis educacionais deveria acontecer seguindo critérios de recrutamento e seleção de alunos, de acordo com a demanda do sistema econômico.

A definição, desta forma, dos meios e ideais educacionais mais adequados para a sociedade brasileira dependia, principalmente, da colaboração das Ciências Sociais. Segundo Moreira, a educação intencional, expressada principalmente através da escola, pretendia aperfeiçoar o homem e a própria sociedade.

Ao final do livro, entre outros aspectos Moreira articulou a análise em torno da educação e do desenvolvimento econômico, salientando que o sistema de ensino no Brasil, em termos quantitativos e qualitativos, era ainda insuficiente para atender às necessidades do desenvolvimento econômico.

O livro acima referido, na verdade, havia sido reescrito por Moreira, a partir de outro publicado em inglês, em parceria com o professor Robert J. Havighurst, da Universidade de Chicago, versão que só foi publicada em meados da década de 1960, contendo algumas atualizações em relação ao original. O livro em inglês, intitulado

Society and Education in Brazil, havia sido escrito a partir do curso ministrado por Moreira na Universidade de Chicago, em 1959.

Destacamos a preocupação em mostrar para o público norte-americano a situação do ensino no Brasil e sua relação com o maior ou menor desenvolvimento econômico no país. Neste sentido, também a expressão destes dados parece ser uma forma de mostrar que o Brasil procurava dar conta de atender às indicações educacionais ditadas por organismos internacionais, como a UNESCO. Se não apresentava ainda características de um país desenvolvido, o Brasil mostrava-se, na perspectiva de Moreira, preocupado em evidenciar os desafios educacionais, na tentativa de acompanhar as indicações internacionais. Por outro lado, ao eleger alguns aspectos educacionais para análise, Moreira parece tomar o sistema norte-americano como modelo para o sistema brasileiro.

Segundo George Bereday, especialista da Educação Comparada, no seu livro **Método Comparativo em Educação**, de 1968, Moreira tornara-se um estudioso da Educação Comparada na América Latina. O autor indica a publicação do livro de Moreira, **Educação e Desenvolvimento no Brasil**, em 1960, pelo CLAPCS, e do artigo "Some social aspects of Brazilian Education", na **Comparative Education Review**, de volume quatro, número dois, em outubro de 1962. Ao indicar os principais especialistas e centros de estudo de Educação Comparada no mundo, Bereday (1972, p.270) ressalta que,

> outro posto avançado, o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, publicou um estudo de área sobre o Brasil, de J. Roberto Moreira, educador brasileiro com interesses comparativos. O Dr. Moreira trabalhou no Centro de Educação Comparada da Universidade de Chicago e escreve, com o Dr. Havighurst, um estudo comparativo sobre a Educação na América Latina. A UNESCO tem interesse efetivo pelo Brasil e patrocina projetos em São Paulo e noutros lugares.

A comparação, neste sentido, diferente de ser um instrumento de caracterização ou entendimento acerca das diferenças e peculiaridades de cada sistema de ensino, na verdade constrói parâmetros norteadores para o Brasil. A perspectiva de Educação Comparada, ao mesmo tempo em que continuava sendo utilizada no intuito de apontar e balizar as políticas educacionais de orientação para o ensino brasileiro, demarcava as diferenças existentes entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com relação à organização da educação nos países.

ALGUMAS PONDERAÇÕES

A partir do exposto, procuramos evidenciar a forma como a Educação Comparada foi utilizada por Moreira, durante sua trajetória. Ao analisar algumas de suas principais produções, considerações e encaminhamentos, foi-nos possível entender que todos estes elementos figuravam no interior de um determinado contexto teórico e intelectual acerca do papel da educação. A adoção da Educação Comparada como instrumento de estudos representou, para Moreira, uma escolha ao tentar relacionar suas análises de maneira mais direta com os encaminhamentos políticos que poderiam ser dados à educação.

Para tanto, nas décadas de 1950 e 1960, percebemos a gradual especialização de Moreira na Sociologia da Educação, área em formação e em consolidação, que procurou tratar de questões específicas da escola, bem como da análise dos sistemas de ensino, mediante a utilização, por exemplo, do método da Educação Comparada. As pesquisas realizadas por Moreira, bem como a maior parte das pesquisas empíricas deste período, apontavam para a relação entre as disparidades sociais e as oportunidades de acesso e sucesso na escola. No nosso entendimento, Moreira, de uma forma geral, defendia o acesso da população à escola, sendo este mecanismo de seleção dos indivíduos, por caracterizar-se como um sistema meritocrático, intimamente relacionado com as demandas do mercado de trabalho. Entendemos, assim, que as reflexões e pesquisas desenvolvidas por Moreira possuíam caráter marcadamente prático, voltado para as necessidades sociais e econômicas.

Portanto, a escola, segundo Moreira, vinha tentando ser configurada para que melhor controlasse e condicionasse, no sentido de fins sociais e morais, os indivíduos para uma determinada sociedade. Para o autor, a escola tinha sido criada por conta da especialização das funções sociais, surgindo com uma função específica "de transmitir algumas técnicas especializadas que deveriam ser adquiridas por certos grupos de pessoas de uma determinada sociedade" (MOREIRA, 1960g, p.34). Com o tempo, segundo Moreira, essas funções foram se alargando e a definição dos conteúdos a serem transmitidos dependia da tomada de consciência do estado em que se encontrava a sociedade, advindos naquele momento, em especial, dos estudos desenvolvidos na Sociologia e na Antropologia Cultural.

Para o autor, a escola deveria ser uma organização participante, ao contrário de ser segregadora, com meios e fins formulados a partir de contínua reestruturação de seu currículo para ajustamento a determinadas necessidades e problemas, assumindo relação com a vida social, prática e atuante. O currículo da escola deveria, então, ser reformulado, por considerar que aquela época era de crise, de passagem, de mudança, de transição para uma nova ordem social. De acordo com Moreira, a escola deveria ser socialmente dinâmica, rompendo com o processo de transmissão de conhecimentos prontos, assumindo mais responsabilidades e novas funções sociais e culturais.

No caso da escola primária brasileira, Moreira entendia que ela era notadamente segregadora, apresentando problemas com relação ao currículo, à verificação da aprendizagem e à alta evasão. A escola, segundo ele, não era sentida como necessidade social, sendo urgente uma nova orientação do ensino, sem reformas bruscas, mediante novo conteúdo, nova direção à formação do magistério e aos profissionais já em exercício. Em especial, Moreira compreendia que o currículo brasileiro era tipicamente tradicional e, para que houvesse uma adequação da escola a essas novas funções, deveria haver uma reforma.

Por fim, este campo de estudos, o da educação comparada, privilegiado por Moreira e que teve forte entrada no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1950 e intensificou-se, a partir do incentivo dos organismos internacionais, mostra-se instigante como possibilidade de entender as pesquisas realizadas em educação, bem como as propostas de políticas educacionais em pauta, sejam aquelas que se tornaram realidade ou aquelas que no embate não se concretizaram.

FONTES

BEREDAY, George. **Método comparativo em educação**. Tradução de José de Sá Porto. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Universidade de São Paulo, 1972.

BRANDÃO, Zaia**. A inteligência educacional** – um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola no Brasil. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH; Editora da Universidade São Francisco / EDUSF, 1999.

MOREIRA, João Roberto. **Os sistemas ideais de educação**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1945.

_____. **A educação em Santa Catarina**. Sinopse apreciativa sôbre a administração, as origens e a difusão de um sistema estadual de educação. Rio de

Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. INEP. Campanha de Inquéritos e levantamento do ensino médio e elementar (CILEME), 1954. 103 p.

_____. **A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, INEP, CILEME, 1955.

_____. Aspectos culturais da área do Recife. **Educação e Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 2, ago. 1956a.

_____. Aspectos atuais da situação educacional e cultural em Pernambuco. **Educação e Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, n. 3, p. 21-75, 1956b.

_____. Pernambuco, suas condições histórico-econômicas. **Educação e Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n. 4, p. 227-255. 1957a.

_____. Aspectos regionais e culturais de Pernambuco: as áreas litorâneas e interiores. **Educação e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 49-79, ago. 1957b.

_____. Aspectos do ensino na França. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 69, p. 42-58, jan./mar. 1958.

_____. **Educação e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro. Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciência Sociais, 1960.

_____& HAVIGHURST, Robert J. **Society and education in Brazil**. University of Pittsburgh Press. 1967.

_____. Alguns aspectos comparativos do ensino médio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 99, p. 7-27, jul./set. 1965.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCO, Alejandro. Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). Tradução de Luiz Carlos Jackson. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 89-114, jun. 2007.

BRINGEL, Breno; NÓBREGA, Leonardo; MACÊDO, Lília. A experiência do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e os estudos sobre a América Latina no Brasil. **Sociologia Latino-americana: Originalidade e difusão**. Dossiê temático 4. UERJ, IESP, NETSAL. Rio de Janeiro. Dezembro, 2014.

DANIEL, Leziany Silveira. **Por uma psicossociologia educacional**: A contribuição de João Roberto Moreira para o processo de constituição científica da Pedagogia nos cursos de formação de professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940. 2003. 163 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. João Roberto Moreira (1912-1967): Itinerários para uma Racionalidade ativa. 224p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

FREITAS, Marcos Cézar de. A pesquisa educacional como questão intelectual na história da educação brasileira (breves anotações para uma hipótese de trabalho. In: FREITAS, Marcos César de (org.) **Memória intelectual da educação brasileira**. 2 ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

MALET, Régis. Do Estado-Nação ao espaço-mundo: as condições históricas da renovação da educação comparada. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 89, p. 1301-1332, set./dez 2004.

MANNHEIM, Karl. **Liberdad y planificación social**. Versión española de Rubén Landa. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.

_____. **Ideologia e utopia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MONARCHA, Carlos. As três fontes da Pedagogia científica: A psicologia, a sociologia e a biologia. **Didática**, São Paulo, n. 28, p. 41-49, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 110-129, jul./dez. 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Anísio Teixeira e a pesquisa em educação no Brasil: ensaio sobre o processo de formação do campo. **Série Estudos** (Periódico do Mestrado em Educação da UCDB), Campo Grande-MS, n. 15, p. 167-178, jan. /jun. 2003.

_____.Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba-1927). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.). ***Culturas escolares, saberes e práticas educativas****: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. **Intelectuais, educação e modernidade**: da Escola Moderna ao Movimento pela Escola Nova (1900-1950) – Fase 2. Curitiba: CNPq, 2007b. 24p.

XAVIER**,** Libânea Nacif. **O Brasil como laboratório**. Educação e Ciências Sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. CBPE/INEP/MEC. (1950-1960). São Paulo: IFAN/CDAPH/EDUSF, 1999.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

Identidade e Nacionalismo: a imprensa italiana em Porto Alegre durante a Grande Guerra	Tamara Zambiasi University of Cambridge

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a evocação do nacionalismo e da identidade italiana nas páginas do jornal de imigração *La Patria Italo-Brasiliana* durante a Primeira Guerra Mundial, mais precisamente os exemplares do ano de 1916. Esse jornal foi publicado em Porto Alegre, de 1915 a 1931, e era editado pelo italiano Vicente Blancato. O estudo parte da análise do nacionalismo italiano de tipo corradiniano, movimento surgido em 1910, e que se apoia na ideia mais extremista da manifestação do patriotismo por meio do expansionismo da Itália e do autoritarismo, em contraposição ao ideal liberal mazziniano. Dessa forma, serão exploradas as características deste tipo de nacionalismo e sua expressão nas ideias veiculadas pelo jornal, refletindo sobre as formas de transmissão de valores e princípios nacionalistas entre a coletividade de imigrantes italianos em Porto Alegre nesse período.

Palavras-chave: Nacionalismo Corradiano; Irredentismo; Primeira Guerra Mundial; Imprensa de imigração.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

Identity and Nationalism: the Italian press in Porto Alegre during the Great War	Tamara Zambiasi University of Cambridge

Abstract

This article aims to analyze the evocation of nationalism and Italian identity in the pages of the newspaper La Patria Italo-Brasiliana during the First World War, specifically the issues from the year 1916. This newspaper was published in Porto Alegre from 1915 to 1931 and was edited by the Italian Vicente Blancato. Her study is based on the analysis of Corradian-type Italian nationalism, a movement that emerged in 1910, which supports the more extremist idea of patriotism through Italy's expansionism and self-authoritarianism, in contrast to the liberal Mazzinian ideal. Thus, the characteristics of this type of nationalism and its expression in the ideas conveyed by the newspaper will be explored, reflecting on the ways of transmitting nationalist values and principles among the community of Italian immigrants in Porto Alegre during this period.

Keywords: Corradian Nationalism; Irredentism; First World War; Immigration Press.

O JORNAL

O jornal *La Patria Italo-Brasiliana* foi fundado em 24 de outubro de 1915, poucos meses após a entrada da Itália na Guerra, pelo professor de língua estrangeira Vicente Blancato, emigrado para Porto Alegre em 1911, após uma primeira experiência nos Estados Unidos, e seu sobrinho, Gaetano Blancato. O primeiro, em particular, foi o grande idealizador do empreendimento, distinguindo-se também pela sua atividade pública e cultural bastante eclética, mas concentrada sobretudo no campo econômico na capital rio-grandense. Assim que chegou a esse estado, Vicente Blancato inaugurou um curso de línguas seguindo a metodologia da escola internacional Berlitz, onde se ensinavam italiano, inglês e francês (Brum, 2005). Foi também professor de alemão na Escola de Comércio de Porto Alegre.

Em 1913 aparece entre os fundadores e como diretor da revista econômica rio-grandense *O Progresso*, voltada a empreendedores e industriais locais. Consoante com os ideais progressistas, que se conciliavam com as propostas do Partido Republicano Rio-grandense então no governo, Blancato sustentava que a civilização estava estreitamente ligada ao progresso econômico nas mãos da burguesia industrial. Sandra Pesavento classifica a sua obra como "de inspiração positivista e spenciariana, evolucionista e progressista, afirmadora da importância da ciência" e insere o nome do diretor entre os intelectuais de referência da nova burguesia intelectual gaúcha (Pesavento, 1986, p. 14). Em 1914 foi eleito representante do conselho científico do Instituto de Estudos Econômicos fundado no mesmo ano em Porto Alegre. Mais tarde, em 1920, organizou o *Almanaque do Comércio do Rio Grande do Sul*. Em comemoração aos 100 anos da Independência do Brasil (1822), publicou *As forças econômicas do Estado do Rio Grande do Sul*, dedicado às "beneméritas classes conservadoras" do estado, em 1922 (Blancato, 1922).

As edições analisadas somam nove do ano de 1916. A análise destes exemplares terá como mote o papel que o jornal assumiu como divulgador de uma propaganda nacionalista específica, ao mesmo tempo em que se contrapunha com muitas denúncias à atividade do Consulado italiano de Porto Alegre, representado, por sua vez, pelo jornal *Italia*, órgão oficial financiado pelo Comitê Pró-Pátria da capital rio-grandense. Não há dados exatos referentes à tiragem, mas a longevidade do jornal e informações encontradas

em outras fontes leva crer que a sua circulação foi significativa, atrás apenas daquela do *Stella d'Italia*, o jornal trissemanal em língua italiana publicado em Porto Alegre a partir de 1902 (Barausse; Bastos; de Ruggiero, 2017).

Com exceção da edição comemorativa de 23 de outubro de 1916, ampliada devido a ocasião do aniversário do jornal, *La Patria Italia-Brasiliana* se apresentava com quatro páginas: a primeira trazia as principais notícias e comentários quase sempre relativos ao conflito europeu, não raro acompanhadas de análises geralmente socioeconômicas sobre as questões mais importantes da colônia italiana no estado rio-grandense; a segunda era dedicada aos telegramas provenientes do exterior e dos principais cenários de guerra, através do serviço telegráfico especial do jornal; a terceira era destinada à crônica e às correspondências locais, ligadas à comunidade italiana de Porto Alegre e de toda a região colonial agrícola, sem esquecer das atividades das principais associações étnicas, espalhadas nas mais variadas localidades de todo o estado; a quarta página, por fim, era ocupada pelos anúncios de atividades comerciais, quase exclusivamente italianos, de Porto Alegre e dos principais centros de imigração no Rio Grande do Sul.

A IMPRENSA DE IMIGRAÇÃO

A imprensa de imigração italiana foi de grande importância no Rio Grande do Sul, sendo o terceiro estado em número de publicações, atrás apenas de Rio de Janeiro e São Paulo. Embora seja possível encontrar publicações deste tipo desde o início do século XIX, foi com a grande imigração, a partir de 1870, que o fenômeno da imprensa étnica adquirirá maior consistência, tendo seu auge entre o fim dos 1800 e início dos 1900, e decrescendo no número de publicações a partir de 1940. Porto Alegre, entre o final do século XIX e o início do século XX, foi cenário de numerosas iniciativas editoriais de periódicos em língua italiana (Cinquantenario, 1925).

Angelo Trento (1989) explica que o conteúdo geralmente encontrado nessas publicações não era extraordinário. A maior parte delas trazia pequenas notícias, curiosidades, propagandas de empresas e lojas, etc. Em grande parte das edições, os artigos e colunas tratavam da Itália, a partir de informações provenientes de agências de notícias, às vezes copiadas na íntegra. Segundo o autor, são as poucas as publicações com inserções mais robustas acerca da vida no Brasil, especialmente devido à pequena estrutura, normalmente composta pelo diretor e um ou dois redatores. Contudo, é clara a

vontade por parte de muitas publicações de ser a mantenedora da nacionalidade na colônia, o porta-voz da pátria distante.

Assim como os bairros étnicos que se formaram em grandes cidades receptoras de imigrantes – no caso dos italianos, as *little Italies* – a imprensa étnica se tornou uma espécie de guardiã da identidade étnico-cultural. Essa organização espacial e social atuava de forma a minimizar o trauma da imigração, promovendo uma integração gradual com a sociedade de acolhimento. A imprensa servia, assim, como a defensora de uma italianidade e promotora da construção de uma identidade italiana (Sergi, 2010).

A imprensa de imigração, para além de fornecer meras informações sobre a Itália, serviu como uma defensora dos interesses da Itália e dos italianos no Brasil. Os jornais com caráter colonial, ou seja, que não tinham uma função política assumida, carregavam a tarefa de educar os imigrantes, em uma lógica de "formar mais que informar", de modo a reforçar a italianidade[1] entre seus leitores. Essa função pedagógica se dava pela conservação da língua italiana, pelas "lembranças e pensamentos da pátria", e pela veiculação dos ideais nacionalistas (Trento, 2013, p. 31-33). Pantaleone Sergi (2010) explica que se empenharam nessa obra educativa intelectuais republicanos, liberais, socialistas, monarquistas, maçons e também religiosos. Por outro lado, não deixou de prestar seu papel de assistência às coletividades de imigrantes, dando voz às suas insatisfações e demandas ao governo italianos, que por vezes tratava os imigrantes com certa negligência. Dessa forma, muitos jornais tornaram-se porta-vozes de grupos organizados, com críticas explícitas às autoridades italianas no Brasil.

Assim, é possível compreender o motivo pelo qual a imprensa de imigração italiana adquiriu tamanha importância entre os imigrantes. É importante ressaltar que estamos falando em grupos de italianos provenientes de regiões da Itália com significativas diferenças linguísticas e culturais. Ao chegarem no Brasil, muitos deles não falavam a língua italiana oficial, havendo uma necessidade de interação não apenas entre italianos e brasileiros, mas entre os próprios italianos. A imprensa étnica acaba por ser o

[1] Italianidade será aqui utilizada para designar a identidade coletiva criada entre os italianos residentes no exterior. Esse conceito relaciona-se com a necessidade de afirmação de uma identidade comum entre os imigrantes de diferentes regiões da Itália, que ao entrar em contato com as sociedades dos países de acolhimento, encontram-se em uma condição de alteridade. Assim, forjar e identificar-se com uma identidade comum torna-se um instrumento de defesa para esses grupos.

elemento de coesão entre os diferentes grupos, mas também entre duas realidades distintas, a do país de origem e do país de chegada.

Em 1908, em uma análise sobre as dinâmicas associativas, o cônsul italiano no Rio Grande do Sul, Francesco De Velutiis, notava que o aumento exponencial de compatriotas nos principais centros urbanos desde os últimos anos do século XIX era acompanhado por importantes progressos morais e econômicos, além da ascensão de uma nova e ambiciosa burguesia, despreparada para guiar sob uma única bandeira os interesses da comunidade italiana (Lo Stato, 1908). Os periódicos burgueses em língua italiana e seus diretores não se diferenciavam muito deste modelo. Se proliferavam em grande número, frequentemente com uma vida precária e efêmera, sustentada por assinaturas voluntárias e pela publicidade, mais que pela venda. (Sergi, 2010).

No período analisado, é a guerra e suas repercussões sobre o grupo local o argumento mais investigado e onipresente nas suas colunas. Aparecem em grande número, porém, também os artigos que afrontam os temas econômicos, refletindo o interesse profissional do próprio diretor, Vicente Blancato que, como se viu, se ocupava ativamente destas questões. Não obstante a conotação urbana, o jornal valorizava de forma extenuante o potencial da produção colonial italiana nos principais núcleos da Serra Gaúcha, em um momento propício para o desenvolvimento de toda a região.

O NACIONALISMO CORRADINIANO

A tardia unificação italiana refletiu na necessidade da formação de um sentimento nacional entre os italianos, divididos por regiões geograficamente distintas e dialetos quase incompreensíveis entre si, o que acabou por gerar uma miríade de culturas específicas no mesmo território. Assim, um evento que foi capaz de reunir interesses a ponto de colaborar para uma identificação comum entre os italianos foi a desastrada tentativa de colonização da Etiópia, encerrada com a batalha de Adua, em 1896.

Foi esse episódio que inflamou as discussões nacionalistas na Itália, o que despertou as reflexões de Enrico Corradini sobre a consciência nacional. No início do século XX, Corradini publicava a revista *Il Regno*, que pregava uma regeneração espiritual e cultural da Itália por meio do elitismo, da guerra, do imperialismo e da violência. Para isso, seria necessária uma restauração da consciência de classe burguesa,

a fim de que assumisse a liderança da futura próspera nação. A criação de um novo império italiano, além de elevar o status internacional ocupado pela Itália, resolveria os problemas internos do país por meio do acesso a materiais básicos. Ao mesmo tempo, Corradini via no nacionalismo uma ferramenta moral para o empoderamento da identidade italiana, de forma muito parecida com o que o socialismo fez para o proletariado (Marsella, 2007).

Em 1910, Corradini fundou a Associação Nacionalista Italiana (ANI), uma organização de extrema direita que pensava o nacionalismo sobre bases darwinistas, ou seja, o Estado mais forte tinha direito de dominar aquele mais fraco. Muitos membros da ANI eram conhecidos irredentistas, e encontraram na associação pensamentos convergentes com a sua causa, especialmente fundados na importância na língua italiana, um elemento essencial para os ideais nacionalistas. O *irredentismo* foi um movimento político-cultural que almejava anexar à Itália territórios austríacos com populações de maioria étnica e culturalmente italianas, como o Trentino, mas também regiões onde viviam diferentes grupos culturais (alemães, eslovenos, croatas etc.), como a Dalmácia e a Ístria. Trento e Triste tornaram-se as cidades símbolo do movimento, e o binômio transformou-se no slogan dos irredentistas: "unidas por uma ponte ou separadas por um rio" (Lunzer, 2018, p.16).

Quando eclodiu a Primeira Guerra, a ANI foi uma das vozes mais estridentes em favor da entrada da Itália no conflito, ainda que a maior parte da população não concordasse. Os nacionalistas acreditavam que a guerra era um meio para renovação espiritual do povo italiano, sem mencionar as vantagens materiais que poderiam obter com a conquista de territórios. A Guerra representava a oportunidade para um irredentismo imperialista que buscava completar a unificação nacional. Para Corradini, a guerra era necessária para evitar a decadência da Itália e garantir seu lugar como grande potência. Assim, para a ANI, os direitos da Itália não deveriam ser obstaculizados pelos direitos dos demais povos (Fonzo, 2017).

LA PATRIA ITALO-BRASILIANA E GRANDE GUERRA

Em um artigo que comemorava o primeiro aniversário da fundação do jornal, lembravam-se os objetivos programáticos que marcaram a iniciativa em 1915:

> Assumindo a responsabilidade moral e material de dar vida a um novo periódico italiano, outra finalidade não temos que dar a nossa modestíssima contribuição da caneta à grande causa da gloriosa pátria Mãe, empenhada em uma enorme guerra pela redenção das terras sujeitas ao odiado inimigo. (...) Chegamos à arena do jornalismo colonial sem promessas vãs, menos ainda com palavreado pomposo. A bondade e a sinceridade do nosso programa foram sintetizadas no doce nome: Pátria. (Anniversario, 1916, tradução nossa)

La Patria Italo-Brasiliana assumiu desde o início uma linha de jornalismo colonial fortemente nacionalista e patriótica, ao mesmo tempo em que se declarava independente, "não afeito a fofocas" e "não arregimentado a nenhum partido político". O objetivo era de interpretar "o coração da Itália em armas", mantendo "vivíssimo o sentimento patriótico". O dogma que guiava o empreendimento era "*Vis Unita Fortior*", na convicção que "as nossas colônias italianas serão mais fortes, quanto mais unidas forem", dentro da lógica darwinista que permeava a produção de Vicente Blancato (Anniversario, 1916).

Durante a Primeira Guerra Mundial, as autoridades diplomáticas encontraram nos dirigentes das associações italianas e nos jornais de imigração o apoio necessário para promover o esforço bélico por meio de cooperação econômica solidária, como subscrições e empréstimos de guerra. Foram criados os Comitês Pró-Pátria em apoio aos familiares dos reservistas ítalo-brasileiros que partiam para alistarem-se no exército. Nesse contexto, a imprensa seguia uma orientação nacional ligada ao *Risorgimento* e ao conceito de uma quarta guerra de independência, necessária para redimir os territórios italianos ainda sob o domínio austríaco (Fonzo, 2017).

A ideia seguida pela elite imigrada e pelas associações mutualistas nos centros urbanos se conciliava muito bem com a visão do *La Patria italo-Brasiliana*. Na edição de 1916 dedicada às comemorações do 20 de setembro italiano, data em que se celebra o *Risorgimento,* com a unificação completa da Itália, o jornal apresentava a guerra em curso como a necessária continuação do processo de unificação nacional, em um artigo intitulado "Guerra de Independência e Guerra de Redenção":

> Nas guerras pela nossa independência brilharam todas as nossas virtudes, foi aplicada toda a energia da nossa gente, e na atual guerra, ainda mais sangrenta que as outras, se repetem os heroísmos, se seguem os esplendores gloriosos das armas italianas, que ao grito de "Itália avante! Avante Savoia!", sem resistência despedaçam, afugentam, oprimem em fuga o inimigo, levando o

> nosso estandarte sempre erguido, sempre em frente, em direção ao objetivo brilhante (Guerra, 1916, tradução nossa).

Aos olhos dos nacionalistas, a guerra se justificava pelas perspectivas das qualidades morais que poderiam eclodir nas mentes dos italianos. O periódico, assim, se preocupava em chancelar as ações do exército italiano por meio de argumentos que convencessem os leitores da grandiosidade do ato de participar de uma guerra. Por meio de seus artigos buscava convencer os compatriotas da necessidade de participação da Itália no conflito. Em 30 de setembro de 1916 publica um artigo sobre os jornais franceses e seus artigos sobre a ofensiva italiana. Citou, em particular, o jornal *Le Temps*, um dos mais importantes periódicos parisienses nesse período. O artigo elogiava as razões morais e sentimentais que induziram a consciência nacional a intervir na luta do direito contra os "opressores da liberdade":

> Criou-se um espírito de guerra lúcido e firme, no qual se encontram as aspirações nacionais de todas as classes e de todos os partidos. Esta guerra consciente e deliberada após reflexão, assinala uma grande data na história da Itália, e o Rei teve boa inspiração ao confirmar na sua ordem do dia às tropas, a unanimidade das nações. Depois de um período de materialismo político, a Itália reencontrou a fonte que jorra o Risorgimento e selou as esperanças do seu encontro com a aceitação da guerra." (L'italia, 1916, tradução nossa)

A participação no conflito seria uma espécie de insurreição contra os dogmas alemães. Os italianos estariam então convictos da necessidade de participar da guerra, obedecendo às decisões do rei. O monarca, de fato, tinha sua figura exaltada, e era promovido pelo jornal como a autoridade necessária aos italianos para que vencessem os inimigos da Itália. Na edição de 5 de agosto de 1916 se publica a foto enaltecida do "heroico" rei da Itália no fronte (Imagem 1). A legenda diz: "Sua Majestade o Rei e o Príncipe de Gales visitam o batistério de Áquila. O pároco italiano, Cavaleiro Don Celso Constantini dá notícias sobre os avanços passados. Na porta, o Almirante Cito".

Imagem 1 - O heroico Rei da Itália no fronte.



L'eroico Re d'Italia al fronte

S. M. il Re e il Principe di Galles visitano il battistero di Aquilja. Il parroco italiano Cav. Don Celso Costantini dá notizie sugli antichi avanzi. Sulla porta, l'ammiraglio Cito.

Fonte: (La Patria Italo-brasiliana, 5 ago. 1916)

Para o Primeiro-Ministro da Itália, Antonio Salandra, essa "insurreição" representava para os italianos o direito fundamental primário de todos os seus direitos, e o dever mais sagrado de todos os deveres. Finalmente o estado de espírito da Itália era o mesmo de quando foi feita a unificação (Per Il Nostro, 1916).

Para os imigrantes trentinos, contudo, a unificação da província com a Itália não era desejada, um projeto que foi levado a cabo apenas pela burguesia do Trentino, que nos anos de guerra se vê preterida frente às demais etnias presentes no império pelo governo austríaco. No Brasil, os imigrantes provenientes dessa região faziam questão de afirmar uma identidade que os diferenciasse dos italianos, autodenominando-se de tiroleses e buscando assimilar as práticas austríacas, em vez daquelas italianas, demonstrando até mesmo certa aversão à Itália (Possamai, 2004).

Quando eclodiu a Primeira Guerra e a Itália entrou no conflito contra a Áustria e a Alemanha, essa antipatia transformou-se em hostilidades explícitas, e mesmo em casos de violência. Embora muitos jornais de imigração tenham relatado esses conflitos entre italianos e trentinos, como o *Stella D'Italia* e o *Fanfulla* entre os principais, o *La Patria*

Italo-Brasiliana ignorou a contenda, concentrando sua atenção na defesa da anexação do território, e na denúncia das condições de sobrevivência dos trentinos na região.

Em artigo intitulado "*Per il nostro Trentino"* (Para o nosso Trentino), o jornal culpa a política de contratação de croatas para a construção de fortes e estruturas militares pela necessidade dos trentinos de imigrar para outros países. Dentro da lógica da civilidade italiana, representam os croatas como portadores de doenças:

> Aqui – entre parênteses – devo dizer que estes operários croatas trouxeram ao planalto de Rovereto uma grave infecção de gastroenterite, declarada pelos médicos como *cholera nostras* (Per Il Nostro, 1916, tradução nossa).

E acusa as autoridades austríacas de obrigar que as províncias trentinas arcassem com construções desnecessárias, pagando com o dinheiro dos próprios cofres públicos pelos fortes austríacos, construídos por empresários estrangeiros, e não trentinos, favorecendo a corrupção:

> Voltando agora a falar dos empresários estrangeiros, sublinho que não se trata de uma ou duas construções ao ano, mas de dezenas de construções, uma vez que existe uma verdadeira rede de fortes no Trentino. Sabe-se que muitos especialistas os consideram inúteis, mas, no entanto, se enterram neles centenas de milhões. É geral a convicção que se busca por empresários certamente aventureiros porque assim há espaço para a prática da corrupção. Muitas vezes rejeitaram empresários trentinos – a nata dos patriotas austríacos – que ofereciam condições melhores (Per Il Nostro, 1916, tradução nossa).

Essa escolha editorial faz sentido se considerarmos que o Rio Grande do Sul, junto com Santa Catarina, foram os estados que mais receberam imigrantes trentinos, em torno de 20% do contingente total (Grosselli, 1999). A situação das obras públicas explica em parte a adesão da burguesia à anexação do território pela Itália. Agora era necessário angariar também o apoio das classes mais populares. Desse modo, mais interessante que provocar as diferenças, seria convencer os trentinos do valor da causa italiana e das vantagens da anexação do território pela Itália, promovendo o fortalecimento da identidade italiana nesses grupos.

O chamado ao passado, não apenas com a valorização do mito de Roma e do passado de ouro da Itália, mas também dos heróis que se sacrificaram pela pátria, tinha espaço privilegiado nas páginas do Jornal. Depois da sua execução, por exemplo, a figura de Cesare Battisti é continuamente evocada como emblema da causa irredentista e como

modelo de participação na defesa da honra nacional. Na seção de telegramas, de 5 de agosto de 1916, o episódio do enforcamento do "heróico patriota" Battisti é contado com um detalhe no título: "A vítima grita: Viva a Itália!", pouco antes de ter puxada a corda no seu pescoço (Telegrammi, 2016, tradução nossa).

A reação do jornal ao seu enforcamento e às notícias de uma possível retirada dos combatentes irredentistas é justamente o incitamento à resistência. O medo de um grande número de mortos de irredentes de Triste não deveriam barrar os esforços pela paz, pois se faltarem triestinos, a obra será levada adiante pelos lombardos, sicilianos, toscanos, romanos, de modo que a cidade prospere "italianamente" a seu modo, pelo amor fraterno que liga a Itália as suas terras irredentes (Gli Irredenti, 1916).

Também faziam parte desta narrativa as correspondências dos militares ítalo-brasileiros chamados para o fronte, com conteúdo quase propagandístico de exaltação patriótica, como a carta do soldado Matteo Giuseppe Delfino, deslocado para o fronte de Isonzo, enviada para sua família em Monte Vêneto, no Rio Grande do Sul:

> A nossa vida aqui é certamente muito desfavorecida, mas todos suportamos de bom grado com a finalidade de alcançar o brilhante objetivo que o povo italiano se colocou. (...) Estamos muito satisfeitos e louvamos nossas vitórias no Trentino (...). Que Deus confunda e extermine os nossos odiados inimigos assegurando o triunfo da civilidade e do progresso (Lettera, 1916, tradução nossa).

A ideia da civilização e do progresso estavam intimamente ligadas à noção de pátria. Quase como o destino manifesto americano, assim se enxergavam os italianos mais nacionalistas e irredentistas. Uma característica que marca, inclusive, a mentalidade dos imigrantes que se deslocam para o Brasil. Em uma análise de Jefrrey Lesser (2015), o autor chama a atenção para o fato de que os italianos que chegam ao Brasil compreendem seu papel como de civilizador, carregando consigo a função natural de melhorar o brasileiro e trazer a moralidade e o progresso para uma terra de selvagens.

De fato, a noção de civilização como dever do povo italiano foi amplamente explorada pelos nacionalistas nesse período, especialmente para justificar a causa irredentista. O argumento era que povos subjugados pelo domínio estrangeiro, esgotados pela luta nacional, ao serem libertos pelos italianos poderiam finalmente alcançar o progresso. Em 4 de novembro de 1916 uma coluna do jornal, na primeira capa, anuncia o *risorgimento* da Ístria, península do mar adriático que hoje divide-se entre Croácia,

Eslovênia e Itália, mas que em 1916 estava sob domínio austríaco. Para que a região obtivesse a verdadeira liberdade, no entanto, era necessário um governo nacional, obviamente aquele italiano:

> Essa necessita de um governo nacional que lhe dê estradas, uma ferrovia, irrigação, que lhe dê impulso para modernizar os sistemas de agricultura e intensificá-la, que lhe ajude a melhorar a produção vinícola e de óleo; necessita de iniciativas para desfrutar da sua riqueza mineral, para multiplicar os canteiros para pequenas embarcações, nos quais já se distingue por expandir outras indústrias; necessita, enfim, que se cumpra a sua grande obra em vão tentada pelos istrianos, ou seja, a colonização das terras de campanha pelos camponeses italianos, saudáveis e inteligentes. Necessita, enfim, a Ístria – *e tem o direito* – de ser levada ao nível de vida moderna que alcançaram as outras terras do vêneto (Il Risorgimento, 2016, tradução nossa).

Percebe-se que a liberdade da região da Ístria não viria pela sua emancipação, pelo contrário. A sua independência dependeria do grande Estado nacional italiano, capaz de oferecer a infraestrutura necessária para o progresso econômico e, ao mesmo tempo, a moralidade civilizatória capaz de contribuir para o bom desenvolvimento da região.

CONCLUSÃO

Os jornais de imigração no Brasil, de maneira geral, concebiam a entrada da Itália na Primeira Guerra como uma decisão altamente impopular, recebendo muito bem a decisão pela neutralidade. Contudo, alguns periódicos incitavam o combate armado para resolver a questão de Trento e Trieste. Quando na Itália começou o movimento intervencionista, pró-guerra, então a imprensa de imigração se moveu na mesma direção como um todo. O objetivo era o de convencer os imigrantes da necessária participação no conflito. O esforço se dirigiu para um "rito nacional-patriótico de massa", e o sentimento de italianidade, a medida em que aumentava, também favorecia o aumento do número de exemplares desses jornais (Trento, 2013, p. 65).

O periódico *La Patria Italo-Brasiliana* não se distanciou dessa realidade. Como demonstrado, foi um defensor da causa irredentista e da participação da Itália na Guerra como forma de anexar territórios onde a maioria da população tivesse o italiano como língua falada. A exaltação do nacionalismo e do patriotismo servia justamente para justificar o esforço bélico empreendido pela nação, buscando envolver os italianos também fora da pátria mãe, fosse pelo alistamento voluntário, fosse pelas contribuições

financeiras aos comitês pró-pátria. La Patria representava o espírito nacional italiano para seus leitores por meio das cartas dos soldados, do fortalecimento da figura do rei e da difusão da ideia de como os italianos eram responsáveis pela obra civilizatória nos territórios ocupados por eles. Esses princípios adentraram as mentes de muitos imigrantes italianos, e estão nas raízes do que se convenciona chamar de italianidade, esse sentimento de pertencimento o qual marcou diversas coletividades de imigrantes no exterior.

REFERÊNCIAS

ANNIVERSARIO. **La Patria italo-brasiliana**, Porto Alegre, 23 out. 1916.

BARAUSSE, A.; BASTOS, M. H. C.; RUGGIERO, A. **O jornal Stella d'Italia (1902-1925)**: Transfopress Brasil, 2017. Disponível em: http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/o-jornal-stella-ditalia-1902-1925/

BLANCATO, V. **As forças econômicas do estado do Rio Grande do Sul no 1° centenário da independência do Brasil 1822-1922**. Porto Alegre: Globo, 1922.

BRUM, R. F. **Caderno de pesquisa:** notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937. São Luís/MA: EDUFMA, 2005.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. I-II.

CONSTANTINO, N. S. de. **L'italiano di Porto Alegre**. Immigrati meridionali nella capitale del Rio Grande do Sul. Cosenza: Pellegrini, 2015.

FONZO, Erminio. **Storia dell'Associazione Nazionalista Italiana (1910-1923)**. Collana: La memoria narrata, sezione memorie e storia, 4. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2017.

GUERRA d'Indipendenza e Guerra di Redenzione, **La Patria italo-brasiliana**, Porto Alegre, 20 set. 1916.

GLI IRRIDENTI combattenti. **La Patria Italo-brasiliana**, Porto Alegre, 30 set. 1916.

GROSSELLI, Renzo. **Noi tirolesi, sudditi felici di Don Pedro II**. Porto Alegre: EST, 1999.

IL RISORGIMENTO dell'Istria. **La Patria italo-brasiliana**, Porto Alegre, 4 nov. 1916.

LESSER, Jeffey. **A invenção da brasilidade**: Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LETTERA di un soldato. **La Patria italo-brasiliana**, Porto Alegre, 9 dez. 1916.

L'ITALIA Guerriera. **La Patria Italo-brasiliana**, Porto Alegre, 30 set. 1916.

LO STATO di Rio Grande del Sud e la crisi economica durante l'ultimo quinquennio. (Da un rapporto del cav. Francesco De Velutiis, R. Console in Porto Alegre) (Febbraio 1908). *In*: **Ministero degli Affari esteri – Commissariato dell'Emigrazione, Emigrazione e Colonie**. Raccolta di rapporti dei RR. Agenti diplomatici e consolari. Vol. III – America, Parte I – Brasile. Roma: Manuzio, 1908, p. 344-347.

LUNZER, Renate. Irredentismo Italiano (1880 – 1915). Irredenti, irredentisti e irredenti irredentisti Zibaldone. *In:* **Estudios Italianos**, vol. 6, n. 1, p. 14-25, jan. 2018.

MARSELLA, Mauro. Enrico Corradini's Italian nationalism: the 'right wing' of the fascist synthesis, *In:* **Journal of Political Ideologies**, n.9, v. 2, p. 203-224, 2007.

PESAVENTO, S. Rio Grande do Sul, 1890-1930: a ideia da indústria (com a palavra o empresário e o Governo). **Análise Econômica**, Porto Alegre, a. 4, n. 7, p. 3-20, 1986.

PER il nostro Trentino, **La Patria italo-brasiliana**, Porto Alegre, 5 ago. 1916.

POSSAMAI, Paulo César. Imprensa e italianidade: RS (1875-1937). *In*.: (ORG) DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Imigração e imprensa**. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

SERGI, P. **Stampa migrante**. Giornali della diaspora italiana e dell'immigrazione in Italia. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2010.

TELLEGRAMI, **La Patria italo-brasiliana**, Porto Alegre, 5 ago. 1916.

TRENTO, A. **Imprensa italiana no Brasil**: séculos XIX e XX. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1989.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

MOVIMENTO DO DESPERTAR ISLÂMICO NA CASA DE SAUD: doutrina wahhabita e política externa para o Irã pós-1979	David Neder Issa Fortuna Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Resumo

O fundamentalismo islâmico surgiu às margens de movimentos de renascimento (*nahda*) religioso que ocorreram nos impérios indiano, otomano e persa nos séculos XVIII e XIX, e, desde então, tem sido representado pelo movimento do despertar islâmico, pelos movimentos reformistas e pelos movimentos radicais. Esse artigo destaca os movimentos do despertar islâmico e se dedica àquele oriundo da Península Arábica. Sendo assim, indaga por que apenas o movimento do despertar islâmico árabe perdura até os dias de hoje e parte da hipótese de que tal sucesso se deve não somente aos objetivos traçados às margens do *nahda*, mas também à criação de uma ideologia ortodoxa que foi cooptada pela Casa de Saud. Estipulado isso, intenta estudar a ideologia de Muhammad Ibn ‘Abd al-Wahhab, averiguar como a Casa de Saud se valeu desse mesmo movimento para conformar a sua política de Estado, e mostrar quão relevante a ideologia wahhabita ainda é para parte da comunidade muçulmana (*ummah*) no Oriente Médio. Tendo sido feito esse esforço, o autor assevera que o Reino da Arábia Saudita ainda se vale do pensamento religioso de al-Wahhab para moldar sua política doméstica e externa, e, por isso, ratifica a hipótese outrora levantada.

Palavras-chave: al-Wahhab; Ideologia wahhabita; Wahhabismo; Casa de Saud.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

ISLAMIC AWAKENING MOVEMENT IN THE HOUSE OF SAUD: Wahhabi doctrine and foreign policy for post-1979 Iran	David Neder Issa Fortuna Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Abstract

The Islamic fundamentalism emerged on the margins of religious revival (*nahda*) movements that occurred in the Indian, Ottoman, and Persian empires in the 18th and 19th centuries, and since then has been represented by the Islamic awakening movement, the reformist movements, and the radical movements. This paper highlights the Islamic awakening movements and focuses on those originating from the Arabian Peninsula. Therefore, it asks why only the Arab Islamic awakening movement persists to this day and starts from the hypothesis that such success is due not only to the objectives outlined on the margins of the *nahda* but also to the creation of an orthodox ideology that was co-opted by the House of Saud. Having stipulated this, it intends to study the ideology of Muhammad Ibn ‘Abd al-Wahhab, to find out how the House of Saud used this same movement to shape its state policy, and to show how relevant the Wahhabi ideology still is for part of the Muslim community (*ummah*) in the Middle East. Having made this effort, the author asserts that the Kingdom of Saudi Arabia still uses al-Wahhab’s religious thought to shape its domestic and foreign policy, and, therefore, ratifies the hypothesis previously raised.

Keywords: al-Wahhab; Wahhabi ideology; Wahhabism; House of Saud.

1 INTRODUÇÃO: RENASCIMENTO E DESPERTAR

Os movimentos do despertar islâmico surgiram nas regiões periféricas dos impérios indiano, otomano e persa entre os séculos XVIII e XIX em resposta a crises identitárias e, consequentemente, em busca de um renascimento (*nahda*) religioso e cultural. Com a emergência do sistema colonial europeu, a comunidade muçulmana (*ummah*) que vivia nos territórios em questão vivenciou um declínio[1] não somente cultural, mas também religioso e político, e, portanto, entendeu ser necessário reavivar o apreço pelo fundamentalismo islâmico – que nem sempre se confunde com uma intolerância religiosa perpetrada pelo radicalismo militar. Disso se depreende que o *nahda* é um fenômeno contemporâneo que em sua origem se opôs ao colonialismo e que atualmente almeja aglutinar em torno de si movimentos culturais, religiosos e políticos que demandam um retorno ao islã "puro" e que desejam revitalizar a identidade muçulmana (Pace, 2002) em suas esferas de atuação. Investigar as razões, os métodos utilizados e os objetivos a serem alcançados ao buscar essa pureza religiosa é, então, vital para compreender o fundamentalismo islâmico.

Antes de dar prosseguimento ao debate proposto, faz-se necessário tecer mais um comentário acerca da relação entre o fundamentalismo islâmico e os movimentos do despertar islâmico que almejavam o renascimento religioso. Em primeiro lugar, é preciso ponderar que apesar de os movimentos do despertar islâmico e o consequente renascimento religioso terem preparado o advento do fundamentalismo islâmico, nem sempre aqueles compuseram este. Ademais, há que se asseverar que a despeito de alguns atores (estatais e não estatais) que compuseram aqueles movimentos serem adeptos do fundamentalismo, não o são do radicalismo armado (Pace, 2002). Isso significa que é possível falar em movimentos do despertar islâmico que se valem de uma leitura unívoca e estrita da Escritura sagrada e/ou que advogam em prol de uma reforma cultural,

[1] O declínio nas esferas cultural, religiosa e política foi consequência do colonialismo europeu que ocorreu entre os séculos XV e XX. Durante esse período de intervenção e ocupação externa, povos muçulmanos de regiões periféricas dos impérios indiano, otomano e persa foram influenciados pelas potências colonialistas à ponto de terem os seus costumes (concernentes, por exemplo, à crença e à maneira de expressá-la) mudados. Daí a percepção, por parte daqueles povos, da necessidade de reafirmar a identidade (em todos os aspectos e âmbitos) ameaçada pelo modo de viver europeu. Daí, em suma, a menção à crise identitária que motivou os movimentos dos despertar islâmico (Pace, 2022).

espiritual e política, mas que não partem de uma perspectiva religiosa e política fundamentalista embasada em uma abordagem militar e, portanto, violenta.

Por ora é bastante ponderar que o fundamentalismo islâmico se refere a um debate acerca da possibilidade do uso da hermenêutica na leitura e interpretação do Corão (processo esse conhecido como *tafsir*) e dos *Hadiths*[2]. Posto isso, teólogos, ideólogos e demais autoridades questionam se métodos racionalistas devem ser utilizados para tentar compreender determinada história, certa diretriz ou dado mandamento corânico se valendo de uma cosmovisão contemporânea. O grande desafio é, então, ser capaz de aplicar os preceitos islâmicos às demandas da modernidade sem, todavia, renunciar a uma perspectiva teológica islâmica embasa nos fundamentos. Nesse sentido, cabe elencar três grupos[3] fundamentalistas islâmicos, que são: movimentos do despertar islâmico, movimentos reformistas e movimentos radicais (Pace, 2002). Como já está claro, o presente artigo se debruçará tão somente sobre a primeira classe de grupos e, além disso, fará um recorte geográfico e temporal que permitirá investigar com maior propriedade determinadas particularidades entre seus movimentos; que, cabe ressaltar, nem sempre se valem do radicalismo militar para serem intolerantes.

Os movimentos do despertar islâmico ocorreram na Índia setentrional, na Nigéria, no Chade, na Somália, no Sudão e na Península Arábica. Apesar de terem empreendido *jihads*[4] com o intuito de purificar a religião islâmica de intentos sincréticos, defender a casa do Islã (*dar al-Islam*) contra intervenções realizadas por países colonialistas e depor governos tidos por eles mesmos como apóstatas para, a seguir, proclamar califados (*khilafahs*)[5], tais movimentos não lograram êxito político e religioso duradouro. À bem

[2] Compilado daquilo que foi dito e/ou feio pelo profeta Muhammad.

[3] É preciso deixar claro que se trata de movimentos distintos. Vale dizer, não são equivalentes entre si, não lidam com elas problemáticas e, consequentemente, possuem propostas distintas.

[4] A palavra árabe *jihad* vem da raiz etimológica *j-h-d* e se refere a algum tipo de esforço ou luta não necessariamente espiritual. À despeito de o termo ser "uma construção, em primeiro lugar, *jurídica*" (Cherem, 2009, p. 84), aponta também para questões religiosas, geopolíticas e militares (Cherem, 2009). Por essa razão, há estudiosos, como Tom Quiggin (2009), que falam em *jihad* pelo bem (*al khair*), que compreende, por exemplo, ações financeiras, educacionais e políticas que beneficiam a sociedade em geral, e em *jihad* contra o mal (*asy-syarr*), que almeja resistir às tentações pessoais e lutar contra o pecado. Outros, vide Quintan Wiktorowicz (2006), defendem que existe o *jihad* interno, semelhante àquele contra o mal, e o *jihad* externo, que se subdivide em *jihad* ofensivo, que possui um caráter principalmente proselitista, e *jihad* defensivo, que preza pela defesa da fé islâmica e da comunidade muçulmana em casos de intervenção externa na Casa do Islã (*dar al-Islam*). O caso em questão se trata, portanto, de um *jihad* defensivo.

[5] O conceito de califado (*khilafah*) remete a um Estado que é governado por um califa (*khalifah*) e que é regido a partir da *shari'a* (veja nota explicativa número 8). O califa, portanto, representa a

da verdade, uma foi a exceção que perdura até os dias de hoje (Pace, 2002). Sendo assim, esse artigo questiona por que apenas o movimento do despertar islâmico que ocorreu na Península Arábica tem persistido. Mais do que isso: o que faz com que tal movimento tenha ganhado tamanha relevância a ponto de conformar a ideologia e a política de Estado saudita, e, ademais, ser utilizado para moldar a política externa saudita para países do Norte da África, do Oriente Médio e da Ásia Central?

Esse artigo arroga para si a hipótese de que o sucesso do movimento do despertar islâmico na Península Arábica se deve não somente aos objetivos traçados às margens do *nahda*, mas também à cooptação de uma ideologia pela Casa de Saud[6]. O objetivo desse movimento, chamado wahhabismo, é o reavivamento islâmico segundo a concepção da escola hanbalita e a oposição a incredulidade e inovações religiosas (*ashya' min al-shirkiyyat wa'l-bida'*)[7] que redundam em progressismo teológico. Já a sua ideologia está ancorada, por exemplo, na delimitação estrita dos conceitos de soberania divina (*rububiyya*), monoteísmo (*uluhiyya* e *tawhid*), oposição a atribuição de parceiros a *Allah* (*shirk*) e métodos de interpretação da Escritura sagrada (*ijtihad* e *tafsir*). Por essas razões, a ideologia wahhabita foi adotada pela Casa de Saud quando da fundação do Reino da Arábia Saudita (Pace, 2002; Mandaville, 2022). Portanto, essa pesquisa parte do pressuposto de que mais importante do que ter almejado o reavivamento do apreço por

supremacia da *shari'a*, é o comandante dos fiéis (*amir al-mu'minin*), deve prezar pela defesa e expansão da Casa do Islã (*dar al-Islam*) e exerce também a função de líder de orações (*imam*). Tal sistema de governo foi proeminente entre os anos 632 e 1258, ocasião na qual foram criados os califados Rashidun (632-661), Omíada (661-750), Abássida (750-1258), Fatímida (909-1171) e Omíada da Espanha (929-1031). Outro caso que merece menção é o califado Otomano, que foi estabelecido após a conquista do Estado mameluco, em 1517, e que terminou em 1924 (Oxford Bibliographies, 2024).

[6] Ou ainda, dinastia saudita.

[7] A incredulidade diz respeito ao abandono de uma vida de devoção ou até mesmo do sistema religioso propriamente dito. Já as inovações religiosas ocorrem quando da renúncia de uma perspectiva e uma postura fundamentalistas – isto é, que prezam por uma leitura estrita e uma interpretação literal de trechos corânicos – e, portanto, redundam em uma releitura de conceitos e doutrinas islâmicas conforme o entendimento ético contemporâneo.

uma pretensa pureza religiosa, foi ter criado uma ideologia conservadora que se tornou a base da *shari'a*[8] e da *fiqh*[9] adotados pelos sauditas.

Dito isto, esse artigo almeja investigar as razões políticas e religiosas pelas quais o wahhabismo se destoa dos demais movimentos do despertar islâmico. Para tanto, em um primeiro momento demandar-se-á estudar a ideologia de Muhammad Ibn 'Abd al-Wahhab, de modo que seja possível compreender qual era sua perspectiva acerca do fundamentalismo islâmico. A seguir, será preciso averiguar como a Casa de Saud não somente arrogou para si o wahhabismo, mas se valeu desse mesmo movimento para conformar a sua política de Estado em âmbito doméstico e externo. No estágio derradeiro, será necessário fazer algumas considerações sobre o Reino da Arábia Saudita, esforço esse que mostrará quão relevante a ideologia wahhabita é nos dias de hoje para a própria Casa de Saud.

Quatro são as razões pelas quais é vital pesquisar como a ideologia wahhabita conforma as políticas doméstica e externa da Casa de Saud. Porque não somente molda o sistema religioso, mas também conforma a *shari'a* e a *fiqh* nacionais. Pois é um movimento salafista[10], logo, possui uma perspectiva fundamentalista sobre doutrinas centrais da religião islâmica, vide a do *jihad*. Dado que pode ser tido como um

[8] A *shari'a* contém uma série de normas que regulamenta a relação do ser humano com a sociedade, com o universo e com *Allah*. Para tanto, elenca e elucida questões concernentes a ritos e cultos, atividades políticas e sistema legal. É possível afirmar, portanto, que a *shari'a* é a "lei sagrada do islã [que] é [tida como] um conjunto abrangente de deveres religiosos" (Weeramantry, 1988, p. 1, tradução nossa). Disso se depreende, em suma, que a *shari'a* é mais do que um mero sistema jurídico, dado que "atinge muito mais profundamente o pensamento, a vida e a conduta" (Weeramantry, 1988, p. 1, tradução nossa) de um muçulmano, do que um compilado qualquer de legislações (Weeramantry, 1988).

[9] A palavra árabe *fiqh* significa "compreensão, conhecimento, inteligência" (Emon, 2018, p. 45, tradução nossa) e tem sido utilizada principalmente no meio legal. Nesse próprio âmbito, concerne a um termo "técnico-jurídico" (Emon, 2018, p. 45, tradução nossa) e, portanto, se refere a "jurisprudência, especificamente a jurisprudência doutrinária legal da lei islâmica" (Emon, 2018, p. 45, tradução nossa). Por essas razões, o conceito em questão diz respeito a "leis que regulam as observâncias rituais e religiosas (*'ibadat*) [...] o direito e o processo penal e, finalmente, o direito constitucional e as leis que regulam a administração do Estado e a condução da guerra" (Emon, 2018, p. 45, tradução nossa) (Emon, 2018).

[10] Movimento muçulmano sunita que preza por imitar a conduta dos chamados "predecessores piedosos (*al-salaf al-salih*)" (Wagemakers, 2016. p. 2, tradução nossa), isto é, daquelas pessoas que fizeram parte das três primeiras gerações da comunidade criada pelo profeta Muhammad. Se trata, portanto, de um movimento que além de ter o Corão como óbvia autoridade máxima, preza pela observação das tradições (*hadiths*) e pela volta ao fundamentalismo religioso. Como será visto adiante, o wahhabismo pode ser considerado a sua versão saudita (Wagemakers, 2021; Mandaville, 2022).

"movimento de resistência global que utiliza o islã ou a terminologia islâmica como referência" (DeLong-Bas, 2014, p. 1, tradução nossa)[11] para a consecução de seus objetivos. Visto que desde os anos 1960, e especialmente após a Revolução Iraniana (1978-1979), tem feito um esforço para influenciar as esferas social, cultural, religiosa e política de países vizinhos da Arábia Saudita. No que concerne às três primeiras temáticas mencionadas, tal diligência tem se dado mediante proselitismo religioso (*da'wa*), já no que tange à política, notam-se até mesmo conflitos diretos e indiretos. Entre esses, merece destaque os esforços para conter a influência iraniana em países vizinhos a partir do início da Revolução Iraniana (DeLong-Bas, 2014; Mandaville, 2022), que tinha como um de seus objetivos difundir a ideologia xiita duodecimana em países muçulmanos.

2 O ENCONTRO ENTRE AL-WAHHAB E IBN SAUD

2.1 Ideologia wahhabita

Para compreender a ideologia criada por Muhammad Ibn 'Abd al-Wahhab (1703-1792), é preciso investigar sua trajetória educacional. al-Wahhab nasceu no vilarejo de al'-Uyayna, situado em Najd, na região central da Península Arábica, em uma família extremamente erudita e de especialistas na escola de jurisprudência (*madhhab*)[12] islâmica hanbalita[13]: seu pai, 'Abd al-Wahhab, foi um grande pregador de Najd; seu tio, Ibrahim, exerceu os cargos de juiz islâmico (*qadi*) e conselheiro legal (*mufti*); e seu avô, Sulayman Ibn 'Ali, também se destacou enquanto jurista. Por essa razão, al-Wahhab foi versado desde cedo na educação religiosa e no hanbalismo, primeiro pelo próprio pai e, em seguida, por mestres da lei que residiam e lecionavam em outras cidades e países (Firro, 2018; Bunzel, 2023). O contexto no qual al-Wahhab cresceu, a oportunidade de ser

[11] resistance movement globally that uses Islam or Islamic terminology as its reference.

[12] As escolas de jurisprudência, também conhecidas como escolas jurídicas doutrinárias, são formadas por juristas "que são leais a uma doutrina legal [...] atribuída a um mestre-jurista de quem se sabe que a escola adquiriu características particulares e distintivas" (Hallaq, 2009, p. 39, tradução nossa). Ademais, tais escolas possuem como atribuição o dever de definir "os limites jurídicos conceituais de um conjunto de casos" quaisquer (Hallaq, 2009, p. 38, tradução nossa). Por fim, é válido ponderar que a vertente islâmica sunita possui quatro escolas, quais sejam: hanafita, malikita, shafita e hanbalita.

[13] Foi fundada pelo juiz-mestre Ahmad Ibn Hanbal (falecido em 855 d.C.) e é popular na Arábia Saudita (Hallaq, 2009).

educado por importantes teólogos hanbalitas e o contato com outros estudantes de religião foram, portanto, fatores decisivos para a posterior delimitação de sua ideologia.

Concluída a educação primária, al-Wahhab prosseguiu com sua formação acadêmica. Na cidade vizinha de Medina, estudou com discípulos do xeique ‘Abdullah Ibn Ibrahim al-Shammari e outros intelectuais que influenciaram sua vida pessoal e sua trajetória estudantil, religiosa e ideológica. Posteriormente, se mudou para o município iraquiano de Basra, onde se deparou com muçulmanos que tinham o hábito de frequentar os “cultos do santuário” (Firro, 2018, p. 56, tradução nossa)[14], ocasiões em que se reuniam[15] para clamar que objetos da natureza e/ou corpos humanos que jaziam nas sepulturas intercedessem por suas vidas no dia do juízo final, ou que os salvassem da condenação eterna. Tais pessoas adotavam uma “posição imanentista dos sufistas panteístas e antinomianos” (Al-Fahad, 2004, p. 488, tradução nossa)[16], isto é, atribuíam características divinas à objetos materiais e/ou à seres vivos, e não a *Allah*; atitude essa que feria a perspectiva hanbalita (Al-Fahad, 2004; Firro, 2018; Bunzel, 2023). Essa foi a primeira divergência entre a comunidade muçulmana árabe, que tinha práticas tidas como corrompidas, e a doutrina hanbalita adotada por al-Wahhab.

Insatisfeito com os costumes religiosos da Península Arábica, al-Wahhab passou a difundir seu pensamento. Conforme o jovem teólogo, os fiéis que frequentavam aqueles encontros religiosos incorriam basicamente em dois pecados, a saber, o “costume de pedir a salvação” (Firro, 2018, p. 57, tradução nossa)[17] (*tawassul*) para aqueles objetos e/ou corpos, que, portanto, eram tidos como mediadores entre *Allah* e os homens; e a negação da unicidade de *Allah* (*tawhid*)[18], dado que, vide a confissão de fé islâmica (*shahada*), “não há deus senão *Allah* [...]”, logo, não é correto fazer uma prece a outrem e muito menos buscar a salvação fora dos caminhos de *Allah*. Essa postura fundamentalista gerou revolta entre os moradores de Basra, que forçaram al-Wahhab a deixar a cidade quatro anos após sua chegada, ocasião na qual ele foi morar com sua família na cidade de

[14] the sanctuary cults.
[15] Tais reuniões aconteciam geralmente em frente às sepulturas, junto às árvores, dentro de cavernas, ao lado de poços d’água e próximo a pedras. Isto é, em meio à natureza, de modo a propiciar a adoração a seus elementos e/ou aos corpos sepultados.
[16] immanentist position of the pantheistic and antinomian Sufis.
[17] the custom of asking for salvation.
[18] “há apenas um Deus além de Alá, que não tem filho nem parceiro em Seu Reino, que Ele é capaz de tudo e é o Senhor do mundo” (Firro, 2018, p. 56, tradução nossa).

Huraymila, na Península Arábica (Firro, 2018; Bunzel, 2023). Todavia, ele não renunciou sua visão e postura ortodoxa; apenas aproveitou o ensejo para repensar a sua abordagem proselitista.

Essa rejeição deve ser vista como um ponto de inflexão na trajetória espiritual de al-Wahhab. Ainda disposto a difundir sua doutrina religiosa que advinha de "uma interpretação austera do islã sunita" (Al-Fahad, 2004, p. 488, tradução nossa)[19], ele se uniu ao corpo de especialistas em teologia (*'ulama*) da região de Najd para dar início ao processo de renovação (*tajdid*) da fé islâmica sunita. Em princípio, ele se filiou aos estudiosos da cidade de Huraymila e começou a discipular fiéis e a propagar seus pensamentos religiosos, todavia, não foi bem recebido entre os seus pares, que afirmaram que sua doutrina era ortodoxa. Por essa razão, ele novamente mudou de endereço – desta feita, para os arredores de sua cidade natal – e mais uma vez foi forçado a se retirar pelos mesmos motivos. Eis a razão pela qual essa situação foi um marco em sua trajetória religiosa: a seguir, ele se mudou para Dir'iyya e foi acolhido pelo chefe tribal e governador local Muhammad Ibn Saud, que o alçou a um cargo religioso que lhe deu condições de colocar em prática sua doutrina religiosa (Al-Fahad, 2004; Firro, 2018). Pela primeira vez, al-Wahhab encontrou maneiras de solidificar seu pensamento e criar e formalizar sua ideologia.

Ante esse cenário de ofensa ao fundamentalismo islâmico, al-Wahhab decidiu publicizar sua oposição àqueles que faziam parte dos encontros religiosos supracitados. Esse foi o início do esforço de delimitação de sua ideologia, que parte do raciocínio de que *Allah* é soberano sobre todas as coisas (*rububiyya*) e que se vale do entendimento de que o politeísmo (*shirk*) – isto é, a rejeição ao monoteísmo estrito (*tawhid* e *uluhiyya*) – advém de um estado de incredulidade (*kufr*). al-Wahhab criou a doutrina da lealdade e do repúdio (*al-wala' wa-l-bara'*), que postula que aquele fiel que não se corrompeu e não cedeu ao progressismo religioso deve se relacionar somente com pessoas que se encontram na mesma situação, de onde deve surgir uma lealdade recíproca. Por oposição, o seguidor de Muhammad deve repudiar o apóstata e tê-lo como inimigo que pode até mesmo ser alvo de uma represália violenta. Isso significa que logo em seus primórdios, a doutrina wahhabita arrogou para si uma perspectiva teológica exclusivista e distinguiu

[19] an austere interpretation of Sunni Islam.

seus adeptos daqueles que não prezavam pela purificação da religião islâmica (Pace, 2002; Al-Fahad, 2004; Firro, 2018; Bunzel, 2023). Como será visto a seguir, essa ideologia ainda norteia as políticas doméstica e externa saudita, dado que o governo nacional prossegue em seu esforço para mitigar a apostasia tanto na esfera local quanto em suas relações exteriores.

2.2 A Casa de Saud e o wahhabismo

Definida o que é a ideologia wahhabita, resta revisitar a história da Arábia Saudita, esforço esse que deve mencionar o processo de criação dos três estados sauditas e a delimitação da política externa saudita na esfera religiosa do Oriente Médio. O primeiro Estado saudita foi fundado em 1744, compreendeu quase toda Península Arábica e possuía uma política expansionista que visava mais do que conquistas geográficas: o objetivo principal de tal ampliação territorial era, em última instância, disseminar a ideologia wahhabita – tida pelo seu fundador como ortodoxa e, portanto, como a verdadeira religião islâmica – e pôr fim a qualquer costume visto por al-Wahhab como *shirk*. Em 1818, esse Estado foi invadido pelas forças armadas do Egito, não resistiu e chegou ao fim (Bunzel, 2023). É preciso se ater ao fato de que somente a estrutura estatal saudita foi derrotada, o que significa que a aliança entre al-Wahhab e Ibn Saud e a própria ideologia wahhabita não foram extintas.

Os representantes do pensamento wahhabita e da Casa de Saud repensaram as estratégias para que o movimento do despertar islâmico da Península Arábica não tivesse o mesmo fim dos demais. Em 1823, os descendentes de al-Wahhab e de Ibn Saud reavivaram a aliança, se estabeleceram em *Riad* e fundaram o segundo Estado saudita; eles ocuparam apenas as regiões central e oriental da região peninsular, pois não foram militarmente fortes para reconquistar o que havia sido ocupado outrora. Esse intento expansionista também teve os *jihads* ofensivo e defensivo como *modus operandi* e, outrossim, foi justificado pela mitigação de práticas pecaminosas tidas como *shirk*. Ou seja, o motivo para essa expansão foi mais uma vez o *da'wa* em prol de uma leitura estrita do Corão a partir da perspectiva wahhabita. Entrementes, devido a uma guerra civil, a estrutura institucional desse Estado ruiu e esse estágio da história saudita findou-se em 1887 (Bunzel, 2023). Apesar do encolhimento territorial do Estado saudita e do segundo

fracasso político da aliança saudita-wahhabita, o movimento do despertar islâmico da Península Arábica não terminou.

Em 1902, ‘Abd al ‘Aziz ibn ‘Abd al-Rahman Al Saud (1875-1953) fundou o terceiro Estado saudita, que também tinha Riad como capital. Ao longo de 25 anos, o jovem membro da dinastia saudita empreendeu um forte movimento expansionista e retomou quase todo território que havia sido perdido ao término do primeiro Estado saudita e que não fora recuperado durante o segundo. Em 1932, ‘Abd al ‘Aziz deu início a uma série de reformas políticas e religiosas que visavam fortalecer e, principalmente, modernizar o Estado. No âmbito político, o líder saudita instaurou já naquele mesmo ano o regime monárquico e, por conta disso, o Estado se tornou oficialmente o Reino da Arábia Saudita. Já na esfera religiosa, o mandatário se valeu de seu capital político e convenceu as autoridades religiosas locais a abrandarem o texto da *shari’a* embasado na ideologia criada por al-Wahhab (Bunzel, 2023). Essa foi a coroação da parceria firmada ainda no século XVII entre um reformador islâmico e um proeminente líder tribal local: a criação de um Estado que além de existir até os dias de hoje, é o bastião do sunismo salafista wahhabita.

As três décadas posteriores foram marcadas por eventos importantes na história da monarquia saudita. O rei Faysal, que se assentou no trono entre 1964 e 1975, erigiu de fato o chamado “transnacionalismo religioso saudita” (Mandaville, 2022, p. 12, tradução nossa)[20] contemporâneo e, consequentemente, projetou a “religião conservadora da Arábia Saudita” (Mandaville, 2022, p. 12, tradução nossa)[21] no cenário internacional. Para além de razões políticas, como o combate ao pan-arabismo do então presidente egípcio Gamal ʿAbd al-Nasser; razões ideológicas, vide a oposição a movimentos secularistas e partidos socialistas – isto é, “forças árabes progressistas” (Aburish, 1996, p. 49, tradução nossa)[22]; e razões diplomáticas, motivadas pela tentativa de melhorar a imagem da Arábia Saudita no sistema internacional, a Casa de Saud intentava difundir em seu entorno geográfico a crença islâmica fundada sob a perspectiva wahhabita (Aburish, 1996; Mandaville, 2022). Isto é, a motivação religiosa propriamente dita se sobrepunha às demandas políticas, ideológicas e diplomáticas.

[20] Saudi religious transnationalism.
[21] Saudi Arabia [...] conservative religion
[22] progressive Arab forces.

Havia uma razão tanto para essa missão proselitista quanto para a sobreposição religiosa mencionada. O *'ulama*, os juristas responsáveis pela redação e aplicação da *shari'a* e as autoridades políticas sauditas proeminentes concordavam com o monarca que se tratava de uma obrigação advinda do fato de o próprio reino abrigar duas das três cidades mais sagradas do islã, que são Meca e Medina. Em suma, a Arábia Saudita sob Faysal almejava cumprir uma "agenda de islamização internacional" (Mandaville, 2022, p. 12, tradução nossa)[23] (Aburish, 1996; Mandaville, 2022) que tinha como objetivo último realizar o *da'wa* para difundir e solidificar a presença da crença islâmica fundada na ideologia wahhabita. Mais uma vez se nota um movimento que, na verdade, pode ser classificada também como uma contrarreação aos intentos religiosos e ideológicos iranianos.

2.3 Dinâmica regional: influência do wahhabismo nos países muçulmanos

Resta ponderar acerca do apreço pelo fundamentalismo islâmico e sobre a influência da ideologia wahhabita em países do Oriente Médio. Dada a quantidade e as particularidades religiosas dos Estados que compõem essa região, apenas um será tomado como exemplo, a saber, a República Islâmica Irã. O primeiro motivo para as divergências entre a Arábia Saudita e o Irã advém do fato de que aquele reino possui uma população majoritariamente sunita (85%-90%), enquanto esse país é composto em sua maioria por xiitas (90%-95%). Já é de conhecimento do leitor que al-Wahhab defendia que sua perspectiva religiosa fundamentalista e sua ideologia apontavam para a verdadeira religião islâmica, o que significa que o islã xiita, por exemplo, já era desde então classificado pelo wahhabismo como uma comunidade religiosa conformada por incredulidade e inovações religiosas (*ashya' min al-shirkiyyat wa'l-bida'*) corruptas, e, portanto, uma seita herética (Bunzel, 2023; The World Factbook, 2023). Não é errado, então, afirmar que desde essa época ambos os povos – isto é, árabes sauditas e persas – se veem como uma ameaça religiosa dentro da própria *ummah*.

Há outra razão para a divergência entre a Casa de Saud e a república islâmica. Entre 1978 e 1979, este país levou à cabo a Revolução Iraniana que culminou na

[23] agenda of international Islamization

deposição do regime secularista de xá Muhammad Reza Pahlevi (1919-1980) e inaugurou o governo islamista do *ayatollah*[24] Ruhollah al-Musavi al-Khomeini (1902-1989). Para além das consequências domésticas oriundas de tal insurreição civil e da consequente mudança na forma de governo iraniano, essa "revolução encontrou eco muito positivo no mundo árabe" (Demant, 2004, p. 517). A partir de então, a disseminação da doutrina islâmica duodecimana xiita iraniana se tornou motivo de preocupação para o Estado saudita, que passou a elucubrar maneiras de mitigar o avanço dos ideais da Revolução Iraniana na região e influenciar as esferas social, religiosa, jurídica e política desses países, conforme o fundamentalismo religioso wahhabita (Pace, 2002; Demant, 2004; Mandaville, 2022). Duas das consequências desse movimento revolucionário foram, então, a alteração da geopolítica de países majoritariamente muçulmanos do entorno geográfico e uma disputa estatal pela reconfiguração do equilíbrio de poder (religioso) regional.

Esse cenário de confronto ideológico entre sauditas e iranianos possui, portanto, em última instância, um teor religioso; é dizer, se trata principalmente – e não apenas – de um conflito intrarreligioso em torno da interpretação mais fiel (ou ainda fundamentalista, isto é, que se atém aos fundamentos) do Corão e dos *Hadiths*. Importante é asseverar mais uma vez que al-Wahhab afirmava ser o portador da verdadeira religião islâmica, de onde se depreende que wahhabitas e xiitas disputam o *status* de hegêmona religioso da *ummah* global. É por essa razão que desde os anos 1960, e especialmente após a Revolução Iraniana, o Ministério das Relações Islâmicas do reino saudita têm investido bilhões de dólares na construção de mesquitas, no subsídio a escolas de teologia, na concessão de bolsas de estudos para pregadores e docentes, e em campanhas de mídia (Demant, 2004; Mandaville, 2022). Em suma, os sauditas declaram *takfir* aos iranianos e, a partir disso, se esforçam para extirpar uma perspectiva islâmica tida como herética e que intenta influenciar países predominantemente muçulmanos e cooptar organizações extremistas islâmicas, sejam elas sunitas ou xiitas.

Enriquece esse debate tecer mais um comentário acerca do confronto ideológico em questão e da disputa pela alteração na balança de poder religiosa da região. O ano de

[24] Palavra que em farsi significa "sinal de Deus". É um título honorífico popularmente concedido a notáveis juristas muçulmanos que fazem parte da comunidade religiosa xiita duodecimana – vista em países como o Iraque, o Líbano e, principalmente, o próprio Irã (Oxford Reference, 2023).

1979 foi um marco na história da Arábia Saudita porque dois acontecimentos influenciaram seu entorno geográfico e sua política externa para a vizinhança. Um deles foi a invasão soviética ao Afeganistão (1979-1989) e o outro foi a própria Revolução Iraniana (1978-1979). Por essas razões, o reino sunita e a república xiita deram início a "uma nova fase de competição 'geo-religiosa'" (Mandaville, 2022, p. 13, tradução nossa)[25], vale dizer, inauguraram um período no qual ambos desejavam se sobrepor um ao outro com o intuito de se tornarem hegemonias religiosas na *ummah* global. Nessa ocasião, o "transnacionalismo religioso saudita" (Mandaville, 2022, p. 12, tradução nossa)[26], que visava conter o expansionismo geográfico, religioso e político iraniano redundou em mais uma fase de injeção de capital financeiro para *da'wa* em países muçulmanos que poderiam ser influenciados pelo Irã (Mandaville, 2022). A disputa em tela se dava, portanto, por meios políticos, com auxílio financeiro, mas tinha uma motivação última de caráter religioso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O BASTIÃO DO WAHHABISMO

Esse artigo indaga por que apenas um movimento do despertar islâmico perdura até os dias de hoje e parte da hipótese de que tal sucesso se deve aos objetivos traçados às margens do *nahda* e principalmente à cooptação da ideologia wahhabita pela Casa de Saud. Entendido que já no século XVIII foi notada a necessidade de retorno a um islã supostamente puro e posto que a *ummah* da Península Arábica (e de seu entorno geográfico) tinha costumes religiosos heréticos, al-Wahhab se voltou para os fundamentos da religião islâmica e criou uma ideologia ancorada nos conceitos de soberania divina, monoteísmo, proibição de inovações religiosas corruptas, acusação de apostasia e outros. Dado esse cenário caracterizado por práticas espirituais ofensivas à ortodoxia sunita – isto é, ao hanbalismo –, o governador Ibn Saud criou uma aliança com al-Wahhab e fundou o terceiro Estado saudita, que culminou na fundação do Reino da Arábia Saudita, em 1932 (Bunzel, 2023). Tal monarquia, como tem sido defendido ao longo dessa pesquisa, é, portanto, a prova do sucesso do movimento do despertar islâmico que teve início na Península Arábia e é, ademais, o bastião do wahhabismo.

[25] a new phase of "geo-religious" competition
[26] Saudi religious transnationalism

Não resta dúvida que o sucesso do movimento do despertar islâmico que surgiu na Península Arábica no final do século XVIII é devedor da aliança firmada entre al-Wahhab e a Casa de Saud. Mais do que isso, é possível asseverar que não foi somente ou exclusivamente a popularidade, a legitimidade ou o desempenho político da dinastia em questão que foi responsável pelo sucesso mencionado, mas principalmente o seu caráter religioso ortodoxo e seu apelo por uma reforma religiosa (Aburish, 1996). Tendo como âncora e norte o conjunto de crenças estabelecido pelo reformador de Najd em um cenário de práticas pecaminosas – entre os quais se destaca o progressismo religioso – cometidas por muçulmanos locais, desde então a monarquia saudita tem delimitado sua política de Estado tanto para a esfera doméstica quanto para o nível internacional.

É válido enfatizar mais uma vez, e já em tom de conclusão, como a doutrina wahhabita conforma a política de Estado saudita em âmbito doméstico e no nível internacional. Na esfera interna, a doutrina wahhabita gerou um senso de unidade e, portanto, forjou a identidade do reino saudita. Isso quer dizer que, do ponto de vista político, o wahhabismo também contribuiu para mitigar as divergências percebidas dentro da Casa de Saud. Nessa conjuntura, o próprio mandatário saudita passou a ocupar um papel crucial do ponto de vista religioso, qual seja, referendar e defender aquilo que ele mesmo entendia ser a verdadeira doutrina islâmica em um cenário permeado por inovações teológicas e, portanto, heresias religiosas. Na esfera externa, nota-se uma clara intenção por parte do Reino da Arábia Saudita de se contrapor à ideologia islâmica xiita duodecimana que foi criada pelo *ayatollah* al-Khomeini e que, desde 1979, tem sido exportada pelo próprio regime iraniano para países majoritariamente muçulmanos (Aburish, 1996; Mandaville, 2022). Ou seja, a Casa de Saud tem observado a dinâmica religiosa regional – isto é, do Oriente Médio – com preocupação e despendido esforços para disseminar a doutrina wahhabita.

Ainda no século XXI, a Arábia Saudita tem se valido do pensamento religioso fundamentalista de al-Wahhab para alcançar seus objetivos no nível doméstico e no plano externo. Entre tais alvos cabe mencionar a intenção de moldar o sistema religioso local, de conformar a *shari'a* a partir de uma interpretação estrita e, por fim, de influenciar as esferas social, cultural, religiosa e política da *ummah* global. Esse é, portanto, o chamado

"transnacionalismo religioso saudita" (Mandaville, 2022, p. 12, tradução nossa)[27]. Por todas essas razões, o autor desse artigo encontra motivos suficientes e bem fundamentados para asseverar que o fundamentalismo e a ideologia wahhabitas constituem, de fato, um arcabouço religioso robusto, e, sendo assim, a coluna sustentadora do Reino da Arábia Saudita, que é fruto do movimento do despertar islâmico que ocorreu na Península Arábica, no século XVIII.

REFERÊNCIAS

ABURISH, Said K. **The Rise, Corruption and Coming Fall of the House of Saud**. New York: St. Martin Griffin, 1996.

AL-FAHAD, Abdulaziz H. From Exclusivism to Accommodation: Doctrinal and Legal Evolution of Wahhabism. **New York University Law Review**, New York, v. 79, n. 2, p. 485-519, mai. 2004.

AYATOLLAH. *In*: **Oxford Reference** [Oxford: Oxford University Press, 2023]. Disponível em: https://www.oxfordreference.com/search?q=ayatollah&searchBtn=Search&isQuickSearch=true. Acesso em: 06 jul. 2023.

BUNZEL, Cole M. **Wahhabism**: The History of a Militant Islamic Movement. Princeton: Princeton University Press, 2023.

CHEREM, YOUSSEF. Jihad: Duas interpretações contemporâneas de um conceito polissêmico. **Campos**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 83-99, 2009.

CALIPH AND CALIPHATE. *In*: **Oxford Bibliographies** [Oxford: Oxford University Press, 2024]. Disponível em: https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0013.xml. Acesso em: 03 jul. 2024.

DELONG-BAS, Natana J. Wahhabism and Salafism in Global Perspective. *In*: MANDAVILLE, Peter (org.). **Wahhabism and the World**: Understanding Saud Arabia's Global Influence on Islam. New York: Oxford University Press, 2022. p. 35-52.

DELONG-BAS, Natana J. **Wahhabism**. Oxford: Oxford Bibliographies, 2014.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

[27] Saudi religious transnationalism.

EMON, Anver M. On Reading Fiqh. *In*: EMON, Anver M.; AHMED Rumee (org.). **The Oxford Handbook of Islamic Law**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 45-74.

FIRRO, TARIK, K. **Wahhabism and the Rise of the House of Saud**. Brighton: Sussex Academic Press, 2018.

HALLAQ, Wael B. **An Introduction to Islamic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MANDAVILLE, Peter. Wahhabism and the World: The Historical Evolution, Structure, and Future of Saudi Religious Transnationalism. *In*: MANDAVILLE, Peter (org.). **Wahhabism and the World**: Understanding Saud Arabia's Global Influence on Islam. New York: Oxford University Press, 2022. p. 3-34.

PACE, Enzo. O fundamentalismo islâmico. *In*: PACE, Enzo; GOMES, Saturino M.; STEFANI, Piero. **Fundamentalismo Religioso Contemporâneo**: Raízes Islâmicas, Protestantes, Hebraicas, Hinduístas, Leitura Fundamentalista da Bíblia. Apelação: Paulus Editora, 2002. p. 49-83.

QUIGGIN, Tom. Understanding al-Qaeda's Ideology for Counter-Narrative Work. **Perspective on Terrorism**, The Hague, v. 3, n. 2, p. 18-24, 2009.

THE WORLD FACTBOOK. **Iran**. Washington, DC: The World Factbook, 2023. Disponível em: https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/iran/#people-and-society. Acesso em: 06 jul. 2023.

THE WORLD FACTBOOK. **Saudi Arabia**. Washington, DC: The World Factbook, 2023. Disponível em: https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/saudi-arabia/#people-and-society. Acesso em: 06 jul. 2023.

WAGEMAKERS, Joas. **Salafism**. Oxford: Oxford Research Encyclopedias, Religion, 2016.

WEERAMANTRY, Christopher G. **Islamic Jurisprudence**: An International Perspective. London: MacMillan Press, 1988.

WIKTOROWICZ, Quintan. A Genealogy of Radical Islam. **Studies in Conflict & Terrorism**, Philadelphia, v. 28, n. 2, p. 75-97, 2005.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

O discurso da legalidade como objeto de uma historiografia do político: possibilidades e riscos	Rafael Dilly Patrus Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Resumo

Pouco explorado pela historiografia, o discurso de defesa da legalidade pode ser uma importante fonte para compreender o modo como as pessoas de um dado lugar, em um dado período, entenderam e praticaram o poder. Neste artigo, examinamos de que forma (e em que medida) o discurso da legalidade pode ser objeto de uma historiografia do político. Para tanto, esclarecemos a força ilocucionária que costuma acompanhar tal discurso e, em seguida, mapeamos duas possibilidades de situá-lo historicamente: como ação política e como expressão da cultura política. Por fim, identificamos os riscos de se estudar o discurso da legalidade a partir da ideia de cultura política.

Palavras-chave: Legalidade. Atos de fala. Ação política. Cultura política.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

The discourse of legality as an object of a historiography on politics: possibilities and risks	Rafael Dilly Patrus Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Abstract

Little explored by historiography, the discourse in defense of legality can be an important source for understanding the way in which people from a given place, in a given period, understood and practiced power. In this article, we examine how (and to what extent) the discourse of legality can be the object of a historiography on the political. To do so, we clarify the illocutionary force that usually accompanies such discourse and then, map two possibilities of situating it historically: as a political action and as an expression of political culture. Finally, we identify the risks of studying the discourse of legality based on the idea of political culture.

Keywords: Legality. Speech acts. Political action. Political Culture.

Introdução

Adaucto Lúcio Cardoso nasceu em Curvelo, formou-se em Direito no Rio de Janeiro e entrou para a política durante o Estado Novo. Em 1944, participou ativamente da fundação do Movimento de Resistência Democrática, mobilização que pregava, segundo seu manifesto de lançamento, o fim da ditadura varguista no Brasil. Em 1947, elegeu-se vereador no Distrito Federal pela UDN, mas abandonou o cargo antes do fim do mandato. Voltou ao cenário político em 1954, dessa vez como deputado federal, função que desempenhou por mais de uma década. Foi escolhido presidente da Câmara dos Deputados em março de 1966 e nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em fevereiro de 1967. Político habilidoso, jurista bem formado, possuidor de uma oratória invejável, Adaucto soube como poucos navegar pelas águas tormentosas da República de 1946. Com efeito, foi um dos oradores que mais "fizeram música" nas críticas aos governos do PTB e do PSD.[1]

Não era, entretanto, um homem de escolhas prontas. Por exemplo, na crise de agosto de 1961, deflagrada com a renúncia do presidente Jânio Quadros, Adaucto assumiu uma posição aparentemente inusitada.[2] Contrário à tentativa de golpe dos ministros militares – que queriam impedir que o vice João Goulart assumisse a Presidência da República –, foi à tribuna no plenário da Câmara dos Deputados e ministrou a todos uma lição sobre o significado do Estado de Direito: "Quaisquer que sejam os meus temores e apreensões por ver assomar à Presidência um homem como o Sr. João Goulart, minha decisão inabalável é de lutar para que a Constituição seja cumprida." Para Adaucto, era necessário que se respeitasse a Constituição, dando posse a quem havia sido eleito pelo povo brasileiro, "ainda que fosse o pior dos malfeitores, ainda que se tratasse do mais grave dos riscos para a República" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1961).

[1] Com a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República em 1950, a UDN passou a liderar a oposição no Congresso, o que se deu sobretudo "através da brilhante 'Banda de Música', grupo formado pelos bacharéis (Adaucto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, José Bonifácio, entre outros) que, sentados na primeira fila do plenário, com sua oratória inflamada e muitas vezes violenta, aparteavam ou discursavam diariamente contra o governo" (BENEVIDES, 1981, p. 60).
[2] Além de sua postura em 1961, há outros dois exemplos emblemáticos da complexidade política de Adaucto Lúcio Cardoso. Em 1966, ele renunciou à presidência da Câmara dos Deputados alguns meses depois de empossado, em protesto contra a cassação de parlamentares. Em 1971, aposentou-se antecipadamente do cargo de ministro do Supremo, indignado com a decisão do Tribunal de não declarar a inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 1.077, editado por Médici, que instituía a censura prévia a livros e periódicos (RECONDO, 2018, p. 204-234).

Nessas palavras – proferidas por um dos mais enérgicos adversários políticos de João Goulart –, está resumido o discurso moderno de defesa da legalidade. Tal discurso aponta que determinada ação é ou compatível, ou incompatível com a Constituição e as leis; defender a legalidade implica confirmar que a ação está conforme o direito, ou denunciar sua contrariedade ao ordenamento jurídico. Na política moderna, o discurso da legalidade é atrativo, eloquente e particularmente persuasivo, porque ele expressa a transcendência emancipatória do direito, isto é, a pretensão normativa de que o direito se dê por meio de normas gerais e abstratas (NEUMANN, 1996, p. 101-141). Assim, o ator político que se utiliza do discurso da legalidade e, assim, evoca a força legitimadora da generalidade do direito intenciona assumir um posicionamento objetivo e imparcial.

Pouco explorado por historiadores externos ao universo jurídico, o discurso da legalidade pode ser uma importante fonte para compreender o modo como as pessoas de um dado lugar, em um dado período, entenderam e praticaram o poder. Neste artigo, examinamos de que forma (e em que medida) o discurso de defesa da legalidade pode ser objeto de uma historiografia do político. Para tanto, esclarecemos a força ilocucionária que costuma acompanhar tal discurso e, em seguida, mapeamos duas possibilidades de situá-lo historicamente: como ação política e como expressão da cultura política. Por fim, identificamos os riscos de se estudar o discurso da legalidade a partir da ideia de cultura política.

A força ilocucionária do discurso da legalidade

Para Quentin Skinner, a compreensão de um texto não se resume à apreensão de seu significado semântico. A sentença textual é dotada de algo mais, algo a que John L. Austin denominou de força ilocucionária intencional (Austin, 1965). O conteúdo ilocucionário de um ato de fala corresponde à intenção do autor ao pronunciar o texto. Segundo Skinner, para que o historiador recupere o teor comunicativo de um determinado enunciado, é fundamental que ele rastreie aquilo que o autor, pronunciando-se na época em que se pronunciou, para a audiência que visou atingir, teve o intuito de comunicar (SKINNER, 1969). A identificação da força ilocucionária do ato, conjugada com o significado semântico do discurso proferido, é o que, na visão de Skinner, possibilita compreender a ação linguística praticada pelo falante (SKINNER, 1971).

Essa tese, debatida nos anos 1970, foi amplamente criticada por contrariar as bases da hermenêutica de inspiração gadameriana. Para os autores que rejeitaram a teoria de Skinner, a apreensão da força ilocucionária de um enunciado linguístico do passado seria impossível, pois a compreensão do texto é sempre condicionada pelo horizonte histórico de sentido do intérprete no presente, o que faz com que toda história seja inexoravelmente contemporânea (TAYLOR, 1971, p. 3-51). Embora elucide questões interessantes, tal crítica ignora que a hermenêutica de Gadamer e a metodologia histórica de Skinner partem de tradições filosóficas muito distintas, as quais, durante muito tempo, permaneceram alheias uma à outra (FERES JÚNIOR, 2005, p. 665-666).

Nesse sentido, dentre as teorias que refutam a perspectiva skinneriana, a mais pertinente é a de Paul Ricoeur, pois ela importa em uma crítica de base gadameriana que, porém, dialoga melhor com os pressupostos nos quais Skinner se baseou (FERES JÚNIOR, 2005, p. 666-675). Para Ricoeur, discurso é todo evento da linguagem. O discurso não é uma construção ideal, mas um produto vivo da atividade linguística; como evento de realização prática, isto é, como evento social, o discurso só pode ser compreendido se analisado em seu contexto de ocorrência, como fenômeno que se passou no mundo. São quatro as características fundamentais do discurso: o tempo do discurso é o presente (ele se dá no hoje, no seu hoje); o discurso é repleto de referências a seu autor; o discurso trata do mundo, da realidade vivida, de algo cujo todo escapa do universo sistêmico da linguagem; e o discurso é um evento cujos destinatários são humanos e, portanto, autores de outros discursos (RICOEUR, 1981, p. 74-90). Nessa formulação, Ricoeur toma de empréstimo, tal como Skinner, a categorização de atos de fala elaborada por Austin.

Vê-se que, pelo menos a princípio, as teorias se assemelham. Entretanto, conforme aponta João Feres Júnior, existe uma importante diferença entre elas: o fato de Ricoeur levar a sério a separação entre o ato oral de fala e seu registro escrito, distinção essa que, na construção de Skinner, sequer aparece (FERES JÚNIOR, 2005, p. 666).

No entender de Ricoeur, a redução do ato de fala ao registro escrito leva à perda de elementos importantes da comunicação. Embora a sentença escrita preserve, tanto quanto possível, a força locucionária do discurso, os conteúdos ilocucionário (a intenção por trás da fala) e perlocucionário (a reação provocada pela fala) do ato se perdem, em graus variados, uma vez que o texto escrito é essencialmente desprovido de aspectos que,

no texto falado, impingem sentidos à atividade comunicativa, tais como entonação, ritmo, gestos, expressões, ruídos etc. Nesse aspecto, mais uma vez, a perspectiva de Ricoeur se aproxima muito da visão de Skinner. Porém, a abordagem de Ricoeur trata da análise de textos quando o intérprete e o autor do ato de fala são contemporâneos. Segundo ele, a possessão do autor sobre o texto só perdura enquanto a contemporaneidade entre ele e o intérprete de seu texto permite comparar e contrastar o significado semântico da fala e sua força ilocucionária; é nesse interregno temporal da contemporaneidade que as perguntas sobre "aquilo que o falante quis dizer" e "aquilo que o discurso quis dizer" permanecem equivalentes. Se o intérprete é capaz de examinar o falante, distinguindo seus trejeitos, esgares, preferências gestuais, ritmo de fala etc., o trabalho de apreender "aquilo que o discurso quis dizer" passa por múltiplas dimensões analíticas: do significado semântico do texto, do contexto em que o ato de fala foi proferido e da força intencional de tal ato.

Por outro lado, quando o intérprete e o falante rompem o elo da contemporaneidade, o que fica para a interpretação é somente o texto. Skinner, a seu turno, falha ao não perceber que esse texto – o registro que, ante a distância que separa o autor do passado e o intérprete do presente, possibilita o conhecimento do discurso – "também transforma o mundo do autor em palavras (escritas)" (FERES JÚNIOR, 2005, p. 671).

Não existe possibilidade de o intérprete acessar o mundo do autor no passado senão por meio da mediação da linguagem escrita. O intérprete não pode ser transportado para o universo do autor, porque tal universo não existe mais. A princípio, o que Skinner parece defender é que elementos externos ao discurso objeto de análise – o contexto histórico geral, a biografia do autor, outros discursos proferidos em contexto e época semelhantes – possam levar a uma compreensão linguística para além do significado semântico do texto. Contudo, o contexto é igualmente apresentado ao intérprete mediante textos, e esses textos são dotados dos mesmos problemas do texto que está no centro da análise histórica (FERES JÚNIOR, 2005, p. 672-674). A tentativa de Skinner de "manter a linguagem do passado imune à poluição linguística do presente" é não apenas contraditória (com as próprias premissas de sua construção teórica), mas também impossível.

Nesses termos, a crítica formulada por João Feres Júnior à metodologia de Skinner, com base em Ricoeur, é procedente, pois aponta uma incongruência na essência da perspectiva skinneriana: a não separação entre atos de fala verbal e textos escritos. É correto dizer, portanto, que "Skinner não nos revela como poderíamos ter certeza do significado que as palavras escritas por um jesuíta do século XVI, por exemplo, tiveram para ele e para aqueles que lhe foram contemporâneos" (FERES JÚNIOR, 2005, p. 671), já que a única possibilidade de apreensão desse significado – e de quaisquer outros advindos do passado – é pela interposição da palavra escrita. Com efeito, Feres Júnior tem razão quando diz que a política como comunicação vivida só existe no presente; que interpretar o debate político do passado é impossível senão por meio do debate político do presente; e que "desistir do sonho do resgate total [do significado] significa assumir a politização da atividade interpretativa" (FERES JÚNIOR, 2005, p. 675).

Não discordamos dessas ressalvas. Todavia, a análise da intenção por trás do texto – isto é, para além do significado semântico do discurso – continua extremamente relevante, por inúmeras razões. Em primeiro lugar, o sentido estritamente gramatical de um enunciado textual não compreende os contextos e pretextos que envolvem a ação comunicativa; se essa ação comunicativa tem implicação política, excluir esses contextos e pretextos da análise pode comprometer o levantamento de aspectos decisivos à compreensão da ação política: a cultura (os valores, costumes, tradições) dos agentes envolvidos na comunicação, as circunstâncias de determinado debate ou determinada decisão, as causas e os efeitos dos comportamentos políticos. Ademais, se considerarmos que os conceitos são elos entre a linguagem e a experiência, e que todo conceito é também um fator da prática social, restringir o resgate do passado a um exame da semântica de dado discurso pode inviabilizar a apreensão das mudanças e adaptações por que passaram os conceitos manuseados na ação política (KOSELLECK, 1989, p. 649-666).

Não há dúvidas, portanto, da importância de rastrearmos não só o que o falante disse, mas também o que ele quis realizar ao dizer. É claro que, nesse rastreio, as intenções contidas na comunicação só poderão ser captadas por intermédio de textos: documentos, registros e inscrições que permitem conhecer os contextos e pretextos do discurso examinado. Skinner não esclarece isso, tampouco estabelece uma metodologia para a colheita, o tratamento e a articulação desses textos. No entanto, Skinner tem o mérito de apontar a relevância historiográfica de se buscar aquilo que o falante, manifestando-se

em sua época, tendo em vista a audiência que almejou alcançar, teve a intenção de comunicar.

Na falta de um método claro, a teoria skinneriana se mostra incapaz, como alerta João Feres Júnior, de elucidar o que determinado agente quis realizar quando disse o que disse. De fato, o que o agente pretendeu com a comunicação é uma dimensão que podemos conhecer apenas a partir daquilo que o próprio agente ou outras pessoas comunicaram, e tudo isso chega até nós exclusivamente por meio de textos. Entretanto, não nos parece automática a conclusão de que essas limitações lesionam de morte a contribuição de Skinner. Isso porque, se tomarmos como norte a concepção skinneriana inicial, sobretudo à luz do trabalho *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, mostra-se, no nosso entender, plenamente possível conciliar a busca pela intenção do ator político com as premissas de que o resgate total do significado textual é impossível; de que interpretar o debate político do passado só é possível por meio do debate político do presente; e de que a ação comunicativa individual carrega elementos ilocucionários e perlocucionários que o intérprete jamais conseguirá captar.

O exame do discurso de defesa da legalidade na experiência política do passado é um exemplo elucidativo dessa possibilidade. Do ponto de vista gramatical, o enunciado da legalidade expressa apenas que determinado ato viola o direito ou é respaldado por ele. Todavia, se perscrutarmos os contextos e pretextos por trás desse discurso – tarefa que, é bom frisar, só é possível cumprir mediante a análise de registros textuais –, veremos que, para além da literalidade semântica, o falante intenciona assumir um posicionamento dotado de generalidade, objetividade e, por consequência, isonomia.

Essa intenção – a força ilocucionária do discurso da legalidade – é de suma importância para o historiador, porque ela revela motivações e perspectivas que são decisivas para explicar as ações políticas praticadas com base no argumento do direito. Ademais, diferentemente do que ocorre quando analisamos um evento discursivo pontual – hipótese que parece ser o alvo das críticas tecidas por Feres Júnior a Skinner –, o estudo do discurso da legalidade possibilita identificar padrões e categorias. Isso porque os intentos e desígnios que os falantes exprimem ao usar o argumento do direito, para se manterem fiéis à plausibilidade fornecida pelo Estado de Direito moderno, precisam necessariamente seguir uma linha de continuidade.

Voltemos ao exemplo de Adaucto Lúcio Cardoso. Sob o ângulo semântico, sua fala enuncia a defesa de que, diante da renúncia de Jânio Quadros, João Goulart deveria assumir a Presidência da República, pois era o sucessor previsto na Constituição de 1946. O que Adaucto quis dizer, porém, é algo mais complexo. Para ele, Jango merecia ascender à Presidência. Mas foi o argumento de que esse merecimento decorria do que estava escrito na Constituição – e tão somente esse argumento – que possibilitou a ele renunciar a suas reservas com relação a Goulart e, a partir disso, unir-se à luta por um resultado político ao qual, em outra conjuntura – caso ausente a força do direito –, ele certamente se oporia.

A intenção de transparecer objetividade e neutralidade políticas, manifestando um posicionamento externo a ideologias e discussões sazonais, pode indicar uma postura de afirmação da democracia. Se, como na fala de Adaucto Lúcio Cardoso, o discurso da legalidade é empregado em prol do direito – isto é, se ele se presta à preservação da generalidade, da abstração e do potencial emancipatório do direito –, a intenção de regular a política expressa justamente as expectativas normativas igualitárias contidas nas pretensões modernas de limitação do poder e de garantia da liberdade.

No entanto, a plausibilidade e a eloquência do discurso da legalidade também podem ser utilizadas contra o direito – e, assim, contra a democracia. Quando o objetivo do discurso é justificar algum ato de arbítrio, a força legitimadora do direito é empregada em contrariedade à generalidade que constitui o Estado de Direito. Ainda assim, o argumento jurídico exerce um forte poder de convencimento no debate público, exatamente em razão de aparentar traduzir um posicionamento "externo" à política. Isso acontece, porque esse discurso – veiculado com propósitos autoritários –, embora se constitua como uma distorção dos postulados que embasam o Estado de Direito, "pega carona" na força ilocucionária que habitualmente acompanha o uso do argumento do direito e, assim, "toma de empréstimo" sua plausibilidade e sua eloquência (CATTONI DE OLIVEIRA, 2017, p. 68-69; RODRIGUEZ, 2009, p. 85; DILLY PATRUS, 2022, p. 115-123).

No nosso exemplo de agosto de 1961, encontramos esses dois usos discursivos: a legalidade com e contra o direito. De um lado, a mobilização pela posse de João Goulart, de que a fala de Adaucto Lúcio Cardoso é representativa, evocava a exigência de respeitar o comando previsto na Constituição. De outro lado, os ministros militares argumentavam

que, tendo em vista as atividades "subversivas" de Jango, decorrentes de sua relação de proximidade com os movimentos do trabalhismo, o sindicalismo e o comunismo, sua ascensão à cadeira presidencial implicaria uma ameaça à ordem constitucional e ao Estado de Direito (MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 129-133). Essa variação do discurso, pouco convincente em 1961, ganharia força em 1963 e 1964 (DILLY PATRUS, 2022, p. 179-222).

O exemplo é interessante, porque mostra como o estudo histórico do discurso de defesa da legalidade pode desvelar nuances e complexidades na tensão entre democracia e autoritarismo.

O discurso da legalidade como objeto de uma historiografia do político

Uma historiografia do político se ocupa da articulação da convivência social. Ela trata dos acontecimentos políticos, do funcionamento das instituições, do processo de elaboração de escolhas coletivas, da interação entre atores sociais na disputa pelo poder. Contudo, não se limita a isso, pois o político abarca todos os ritos, inclusive simbólicos, pelos quais a sociedade se estrutura. A noção de "político", que remonta a Aristóteles, está conectada com a ideia de que o homem só se completa na comunidade (ROSANVALLON, 2003, p. 41).[3]

O discurso de defesa da legalidade é um discurso de interpretação, aplicação e proteção das leis de determinada sociedade política. Na modernidade, essas leis, compreendidas em um sentido amplo, expressam a pretensão normativa, centrada no Estado, de generalização das expectativas de conduta para o funcionamento social; em outras palavras, o direito moderno cumpre a função de estabelecer, em termos gerais, o que se espera das pessoas nas relações umas com as outras.

Regulando a vida em sociedade, o direito disciplina também o poder. As normas jurídicas estabelecem a estrutura e o funcionamento das instituições que compõem o Estado; é por meio delas que se dá a positivação das principais mudanças políticas da modernidade – o sufrágio universal, a alternância de governo e a separação dos poderes.

[3] Muitos autores, porém, utilizam o conceito de "política" em uma perspectiva mais abrangente, de modo a englobar todos os ritos e símbolos que permitem e limitam a organização da vida social. Sobre isso, ver (MOTTA, 2017, p. 1).

O direito, portanto, limita a política. Porém, suas normas nascem de escolhas que são elaboradas mediante decisões políticas. O direito se origina do poder e se legitima por meio dele; afinal, como poderia determinado comando (em detrimento de outros de conteúdo alternativo) se tornar legitimamente vinculante senão por intermédio de um processo de natureza política?

O discurso jurídico exprime, assim, um paradoxo. Como o direito provém da política e se alimenta dela, as normas que embasam esse discurso são, até certo ponto, contingentes e mutáveis, podendo ser alteradas ou adaptadas politicamente. Por outro lado, o principal objetivo do direito é orientar a vida social. No desempenho dessa função – o que, na modernidade, se dá por meio do Estado de Direito e dos direitos fundamentais –, o direito ao mesmo tempo possibilita e limita o poder. O enunciado jurídico expressa uma expectativa de estabilização de conduta, mas, ao fixar uma diretriz, faz uma opção, que precisa ser fundamentada e pode ser modificada; ele se estica, portanto, entre a *possibilidade* de reforma do direito pela política e o *imperativo* de regulação da política pelo direito.

A Constituição moderna é o que soluciona esse impasse. Nos séculos XVII e XVIII, o conceito de constituição é concebido em reação à diferenciação entre o direito e a política, como forma de religar os dois sistemas. Do ponto de vista do direito, a Constituição é positivada como a norma superior do ordenamento, que serve de fundamento de validade para todas as outras normas. Do ponto de vista da política, a Constituição nasce de um ato de soberania e, a partir dele, funda o sistema político, estabelecendo os meios para o jogo de poder e a tomada de decisões coletivas. Ela institucionaliza o poder, traçando ritos e limites para o funcionamento do Estado, e estabelece os canais pelos quais o direito se abre à influência política.

Como vimos no tópico anterior, o argumento do direito é um componente crucial no processo de legitimação da política. Pode ser usado tanto para sustentar (no sentido de embasar, validar) quanto para denunciar (no sentido de criticar) a situação e a ação política. Quando disseram, em 1961, que impedir a posse de João Goulart na Presidência da República era violar a Constituição, quiseram dizer não apenas que a intervenção dos ministros militares desrespeitava o direito, mas também que ela carecia de legitimidade política. Da mesma forma, a defesa, em 1964, de que a deposição de Goulart atendia a uma necessidade de preservação da ordem constitucional implicou não só a alegação de

que a atuação de Jango ultrapassara limites jurídicos, mas também a afirmação de que o presidente havia perdido sua sustentação política. Isso mostra que o argumento da legalidade importa *politicamente*.

Além disso, o discurso jurídico contém conceitos que são da política: Constituição, revolução, golpe, democracia, ditadura, liberdade e povo. Esses conceitos são elos entre a linguagem e a experiência (KOSELLECK, 1996, p. 59-70); e, mais do que isso, eles são conceitos-chave (*Grundbegriffe*), uma vez que, por expressarem conflitos políticos, sofrem um alargamento de seu campo semântico para abarcarem definições divergentes. Pensemos, por exemplo, na ideia de revolução: após ser reconstruída, no fim do século XVIII, para designar o movimento de fundação de uma nova ordem baseada na liberdade (ARENDT, 2006, p. 132-170), a noção foi apropriada por empreendimentos de índole autoritária, como o golpe de 1964, para sinalizar iniciativas pré-jurídicas, externas ao sistema, e assim justificar ações contrárias ao direito. Isso revela que esses conceitos – dentre os quais se inclui a própria legalidade, que muitas vezes opera como um conceito-síntese dos demais – são politicamente complexos (e, por consequência, historicamente relevantes) exatamente por serem conceitos em disputa.

Se considerarmos que, sem conceitos comuns, não pode haver ação política, e se tivermos em mente, por outro lado, que os conceitos adquirem inteligibilidade à luz de uma realidade político-social (KOSELLECK, 1989, p. 649-650), será possível assentar, para além de uma falsa polarização entre a vivência política e sua tradução comunicativa, que a história dos usos do discurso de defesa da legalidade em determinado período é também a história de como as pessoas, em tal período, compreenderam o poder e se enfrentaram no intuito de tomá-lo ou mantê-lo. É dizer: a análise desse discurso e dos conceitos que ele encampa se aproxima tanto da História Cultural (que estuda a gênese e o desenvolvimento dos valores, crenças e tradições partilhadas por um grupo humano, conferindo-lhe identidade) (BURKE, 2019) quanto da História Política (que estuda a gênese e o desenvolvimento das ideias, dos fenômenos e das relações de poder) (RÉMOND, 2003, p. 441-442).[4]

[4] Aproximações como essa ensejam, evidentemente, uma série de questões metodológicas, sobre as quais não nos ocupamos neste artigo. Para uma defesa da relação entre as disciplinas, ver (KOSELLECK, 2020, p. 107-129).

Uma historiografia preocupada com o político pode se beneficiar de tal aproximação de duas maneiras. Em primeiro lugar, o discurso da legalidade atravessa espaços variados de debate e ação políticos. Isso fica evidente tanto em agosto de 1961, quando pessoas comuns foram às ruas para protestar pelo respeito à Constituição, fazendo coro à defesa que percorria a imprensa e as instituições, quanto em março e abril de 1964, em que passeatas e comícios, animados pela narrativa ecoada pela mesma imprensa e pelas mesmas instituições, repercutiram a intervenção militar como um ato de preservação da democracia constitucional. Aproveitando essa pluralidade tão diversificada de atores e públicos, a historiografia que se produz pelo exame dos usos comunicativos da bandeira da legalidade é capaz de romper com o prisma tradicional da História Política, focado no Estado e de viés elitista e factual (FONER, 1997, p. ix-xiii; MOTTA, 1996, p. 92-100).

Outro aspecto com potencial para uma historiografia que se ocupa do político é a possibilidade que a análise da legalidade abre para um estudo do imaginário, da simbologia e da cultura política. Como o discurso jurídico pressupõe uma visão da Constituição e das leis, há por trás dele uma impressão – ou, melhor dizendo, um conjunto de imagens, valores e representações – sobre como a sociedade deve funcionar, o que o Estado deve realizar e prover, e até onde pode (ou deve) ir a intervenção do Poder Público no mercado e no ambiente privado.

Considerações finais: o discurso da legalidade como ação política e expressão da cultura política (premissas e riscos)

Vimos, inicialmente, que o uso do discurso de defesa da legalidade expressa a intenção de assumir um posicionamento dotado de generalidade, objetividade e, por consequência, isonomia, razão pela qual seu estudo histórico pode desvelar nuances e complexidades relativas à disputa pelo poder e à tensão entre democracia e autoritarismo. Com base nisso, estabelecemos que a análise do discurso da legalidade constitui objeto de uma historiografia preocupada com o político. Apontamos, ainda, que essa análise interessa à História Política, especialmente após a renovação de suas abordagens, em razão de propiciar a exploração de novos objetos de investigação e o estudo de práticas e comportamentos sociais para além do ambiente estatal.

Existe, portanto, um potencial na eleição do discurso de defesa da legalidade como objeto de análise histórica. No entanto, para que essa análise faça sentido, é necessário fixar algumas premissas. Primeiro, ações individuais são historicamente legíveis à luz do vocabulário propiciado pela cultura de seu tempo e de seu lugar (DARNTON, 1995, p. 40-60). Segundo, tal qual explicamos no primeiro tópico, discursos do passado não podem ser interpretados a partir de questões próprias do presente e, por isso, sua compreensão histórica depende não apenas da apreensão de seu significado semântico, mas também de sua força ilocucionária, isto é, da intenção do agente ao proferi-los (SKINNER, 1970, p. 121) – embora a apreensão dessa intenção seja, em vista dos limites da interpretação, ontologicamente incompleta (RICOEUR, 1981, p. 74-90; FERES JÚNIOR, 2005, p. 672-675). Por fim, é possível compreender o imaginário político-social que orientou e impulsionou as ações do passado, porém é preciso olhar para essas ações não só "por trás" de tal imaginário, mas "através dele" (GEERTZ, 2008, p. 72); para que isso funcione, é fundamental lançar mão de fontes que possam traduzir o cotidiano cultural da sociedade, a exemplo da imprensa (FERREIRA, 2005, p. 15).

Isso significa que, no nosso entender, o estudo dos usos passados do discurso de defesa da legalidade exige compreender tal discurso não apenas como ação política, mas também, e sobretudo, como expressão da cultura política.

Essa perspectiva, no entanto, apresenta alguns riscos. Primeiro, a utilização do conceito de cultura política pode fomentar generalizações abusivas, ofuscando particularidades e contingências importantes e obscurecendo individualidades (que são necessariamente complexas). Segundo essas generalizações, que implicam uma objetificação dos grupos sociais analisados, podem contribuir para a perpetuação de preconceitos e invisibilidades. Terceiro, há o perigo de, pelo prisma da cultura, as estruturas sociais serem encaradas como estáticas, acrônicas e, portanto, supra históricas, sem gênese e imunes a mudanças e variações; esse prisma impede que os sujeitos sejam vistos como agentes transformadores do ambiente sócio-político (MOTTA, 1996, p. 100). Quarto, existe o risco de, por meio da teorização da cultura de determinado grupo, estabelecer-se, mesmo que de forma involuntária, um modelo cultural ideal, isto é, uma referência de padrão cultural à luz do qual devem ser examinados os elementos de outros conjuntos sociais; a assunção de um referencial como esse – que usualmente corresponde ao paradigma liberal engendrado na Europa ocidental e na América do Norte, onde o

avanço civilizacional supostamente permitiu a construção de um arquétipo "adiantado" e universal, em contraposição ao atraso das culturas "periféricas" – contribui, mais uma vez, para o fortalecimento de discriminações e invisibilidades (CATTONI DE OLIVEIRA, 2020, p. 381-413; LYNCH, 2015, p. 58).

Assim, uma historiografia do político que se ocupe de analisar o discurso de defesa da legalidade, ao passo que deve reputar tal discurso como expressão da cultura política de determinada época, precisa, igualmente, pressupor que não existe uma cultura política única ou autêntica, mas apenas manifestações político-culturais, ou seja, expressões fragmentárias e essencialmente incompletas da cultura política.

Referências

AUSTIN, John L. **How to do things with words.** Oxford: Oxford University Press, 1965.

ARENDT, Hannah. **On revolution**. New York: Penguin Classics, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo:** ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BURKE, Peter. **What is Cultural History?** London: Polity, 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Discurso do deputado Adaucto Lúcio Cardoso.** Brasília: Plenário da Câmara dos Deputados, 26/08/1961.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. **Contribuições para uma teoria crítica da Constituição.** Belo Horizonte: Arraes, 2017.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Tempo Cairológico da Constituição e democracia sem espera: uma reflexão a partir da crítica aos discursos sobre a transição política, do resgate da memória do processo constituinte e da legitimidade da Constituição brasileira trinta anos depois. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (coord.). **Constitucionalismo e história do direito.** Belo Horizonte: Conhecimento, 2020, p. 381-413.

DARNTON, Robert. Censorship, a comparative view: France, 1789 – East Germany, 1989. **Representations,** n. 49, p. 40-60, 1995.

DILLY PATRUS, Rafael. **O manto diáfano da fantasia:** o discurso moderno da legalidade e o Brasil de João Goulart (1955, 1961 e 1964). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2017, João Pessoa. **Anais do II Encontro Nacional de História Política.** João Pessoa: UFPB, 2017

FERES JÚNIOR, João. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Dados: Revista de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 655-680, 2005.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista:** getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FONER, Eric. **The new American History.** Philadelphia: Temple University Press, 1997.

GEERTZ, Clifford. **Local knowledge:** further essays in interpretive anthropology. New York: Basic Books, 2008.

HONNETH, Axel. **Verdinglichung:** eine anerkennungstheoretische Studie. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Linguistic change and the history of events. **The Journal of Modern History,** v. 61, n. 4, p. 649-666, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. A response to comments on the Geschichtliche Grundbegriffe. In: LEHMAN, Hartmut; RICHTER, Melvin (orgs.). **The meaning of historical terms and concepts:** new studies on Begriffgechichte. Washington: German Historical Institute, 1996, p. 59-70.

KOSELLECK, Reinhart. **Vergangene Zukunft:** zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2020.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cultura Política Brasileira. In: SANTOS, Gustavo; BRITO, Éder (orgs.). **Política no Brasil.** São Paulo: Oficina Municipal, 2015, p. 57-83.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961:** o Brasil entre a ditadura e a guerra civil. São Paulo: Benvirá, 2011.

MARRAMAO, Giacomo. **La passione del presente.** Roma: Bollati Boringhieri, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH: Revista de História,** n. 6, p. 91-100, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O historiador da política e a crise: desafios. In: II.

NEUMANN, Franz. The change in the function of law in modern society. In: SCHEUERMAN, William E. (ed.). **The rule of law under siege:** selected essays of Franz L. Neumann and Otto Kirchheimer. Berkeley: University of California, 1996, p. 101-141.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Fuga do direito:** um estudo sobre o direito contemporâneo a partir de Franz Neumann. São Paulo: Saraiva, 2009.

RECONDO, Felipe. **Tanques e togas:** o STF e a ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político.** São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the History of Ideas. **History and Theory,** v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

SKINNER, Quentin. Conventions and the understanding of speech acts. **Philosophical Quaterly,** n. 20, v. 79, p. 118-138, 1970.

SKINNER, Quentin. On performing and explaining linguistic actions. **Philosophical Quarterly,** v. 21, n. 82, p. 1-21, 1971.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 441-454.

RICOEUR, Paul. **Hermeneutics and the human sciences.** Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli.** Paris: Seuil, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por une Histoire Conceptuelle du Politique.** Paris: Seuil, 2003.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva:** uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

TAYLOR, Charles. Interpretation and the sciences of man. **The Review of Metaphysics,** v. 25, n. 1, p. 3-51, 1971.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

Rui Barbosa: um estadista do Império e da República	Marco Volpini Michele Natália Tammone Universidade de São Paulo

Resumo

O presente artigo tem por objetivo, a partir da exploração bibliográfica especializada, apresentar um breve panorama da trajetória do político Rui Barbosa, destacando especialmente as nuances de seu pensamento econômico e sua atuação à frente do Ministério da Fazenda. Busca-se, assim, analisar com maior detalhamento a associação entre o pensamento econômico e as práticas de Rui Barbosa na vida pública, tendo de um lado, sua complexa relação com os princípios liberais da economia; e de outro, a originalidade de suas ideias, que devem ser interpretadas à luz da conjuntura brasileira de então. Nessa esteira, pretende-se expor que, a despeito de seu legado ter sido alvo de inúmeras controvérsias, nomeadamente quanto à crise do Encilhamento, numerosos estudos demonstram que as suas propostas reformistas não estavam descoladas da situação brasileira do momento, porquanto Barbosa almejava solucionar os problemas econômicos do final do Oitocentos a partir de um plano consciente de desenvolvimento econômico e de ampla reforma financeira.

Palavras-chave: História do Brasil; Políticas Econômicas; Liberalismo; Rui Barbosa

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

Rui Barbosa: a statesman of the Empire and the Republic	Marco Volpini Michele Natália Tammone Universidade de São Paulo

Abstract

This article aims, from the specialized bibliographic exploration, to present a brief overview of Rui Barbosa's trajectory, especially highlighting the nuances of his economic thinking and his performance at the head of the Ministry of Finance. Thus, we seek to analyze in greater detail the association between economic thought and Rui Barbosa's practices in public life, bearing in mind, on the one hand, his complex relationship with the liberal principles of economics; and on the other hand, the originality of his ideas, which must be interpreted in the light of the Brazilian conjuncture at the time. In this vein, it is intended to expose that, despite his legacy having been the subject of numerous controversies, namely regarding the Encilhamento crisis, numerous studies show that his reformist proposals were not detached from the Brazilian situation of the moment, as Barbosa aimed to solve the economic problems of the end of the 19th century from a conscious plan of economic development and broad financial reform.

Keywords: History of Brazil; Economic Policies; Liberalism; Rui Barbosa

I. *Vida e trajetória política de Rui Barbosa*

Era o tempo do Rei. Rui Barbosa de Oliveira nasceu na Bahia, em 05 de dezembro de 1849, período conturbado política e economicamente para o jovem Império do Brasil. Após os abalos que determinaram o retorno de D. Pedro I para a Europa em 1831, o país passara por um período de regência, no qual as forças e poderes locais do país manifestaram-se mais do que nunca, causando uma série de instabilidades que quase custaram a unidade nacional. A maioridade de D. Pedro II, em 1840, melhorou o panorama, mas estávamos longe de atingir a estabilidade política e o crescimento econômico. O Brasil buscava um caminho para a industrialização e o progresso, como tantas outras nações recém-criadas.

Nas décadas que antecederam o nascimento de Rui Barbosa, o Brasil havia enfrentado diversos movimentos revolucionários, alguns deles de cunho separatista. Entre 1835 e 1849 o estado imperial teve que lidar com a Revolução Farroupilha, a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada, a Revolta dos Malês e revoltas liberais em Minas Gerais e São Paulo. Entre 1848 e 1850 estourou a Revolução praieira, cujo caráter liberal e republicano abalou a estabilidade política do Império. Em 1847 institui-se o parlamentarismo no país; o movimento de transformação continuava. Ao longo de suas primeiras décadas de vida, Rui Barbosa assistiu a proibição do tráfico de escravos, a inauguração da primeira ferrovia do Brasil e o início dos conflitos da guerra do Paraguai, que demarcaria fronteiras do Brasil e a relação com os vizinhos latino-americanos.

Esse breve panorama permite-nos compreender o contexto brasileiro no momento do nascimento e juventude de Rui Barbosa. Sua família era originária das Ilhas dos Açores, passando pelo Porto e culminando na chegada à Bahia, em meados do século XVIII. Embora sempre envolvidos na administração do Estado e ocupando diversos cargos públicos, o ramo da família de Rui Barbosa não tinha posses. Seu pai, João José Barbosa, cursou a faculdade de Medicina da Bahia, mas nunca chegou a exercer o ofício de médico. O ambiente político e intelectual da Bahia nesse momento era muito fecundo, tendo recebido grande influência do pensamento de Rousseau e das ideias de contrato social e de direitos do homem ao longo de sua formação (VIANA FILHO, p.10). Em 1837, Barbosa envolveu-se na Sabinada, servindo à causa no Gabinete Revolucionário. Mais tarde, trabalhou na redação de jornais Liberais e como Diretor na instrução pública da Bahia. Seu empenho pela difusão do ensino público e elevação da cultura geral do

país, foram mais tarde herdados por Rui Barbosa em sua defesa pela educação e do voto universal (LACOMBE, 1978, pp.2-3). Sua mãe, Maria Adélia Barbosa de Almeida, prima de seu pai, também estava ligada ao ramo da administração pública por várias gerações. Nos momentos de ostracismo político do marido, nos quais os liberais estavam na oposição governamental, a esposa montou uma pequena empresa de doces caseiros, empregando todos os escravos da família, garantindo assim, a subsistência do lar em vários momentos de dificuldades (VIANA FILHO, 1960, p. 11)

Rui Barbosa não teve um lar abastado, mas muito severo quando se tratava da educação e da instrução recebida. A partir dos 5 anos, o pai tomou as rédeas de sua educação, que passou por sólidas leituras e um árduo treinamento de oratória. Desde muito cedo, Rui era instigado a decorar discursos e apresentá-los ao pai, que lhe ensinava o timbre para a pronúncia das palavras e a forma correta como deveria se posicionar um orador (VIANA FILHO, 1960, p. 17). Foi um aluno precoce, concluindo os anos iniciais de sua educação um ano antes, o que lhe permitiu dedicar-se ao estudo de música, alemão e obras clássicas, antes de ingressar na Universidade. Optou pelo curso de direito, que à época só era oferecido em Recife e em São Paulo. Iniciou seus estudos no Recife, mas um desafeto com um professor o fez pedir transferência para o curso de São Paulo.

Foi durante os anos de formação universitária que teve contato com professores como José Bonifácio e tabulou amizade com figuras como Castro Alves, Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves, Afonso Pena e Juca Paranhos, futuro Barão do Rio Branco. Ao mesmo tempo, seus anos como estudante universitário foram também aqueles de sua formação política. Participou ativamente na redação de jornais estudantis, clubes radicais e na maçonaria. Sua temática favorita, nesse primeiro momento, foi sempre a abolição da escravidão (LACOMBE, 1978, pp. 9-10).

Seu último ano em São Paulo foi de agitação política e acadêmica. Os jovens universitários exacerbaram a crítica ao governo, iniciando uma fase de liberalismo que contestava a validade do governo monárquico. Foi lançada a primeira semente do liberalismo. Uma doença que o acometeu no fim da graduação e a conclusão do curso universitário, afastaram Rui Barbosa do ambiente de idealismo republicano de São Paulo. Retornou à casa paterna, na Bahia, onde a situação financeira da família era cada vez pior com o Partido Liberal na oposição. (VIANA FILHO, 1960, p. 51). Rui se engajou na redação do *Diário da Bahia*, publicação de cunho Liberal. É importante ressaltar que,

nessa altura, seu liberalismo não assumia um caráter republicano, mas sim de crítica e oposição à atuação dos conservadores. Nessa fase, seus artigos foram marcados pela influência paterna e por autores ingleses como Brougham, Burke e Gladstone. Para ele, os problemas a serem resolvidos no país eram principalmente a eleição direta, a liberdade religiosa e as práticas federativas (LACOMBE, 1978, p.11). Pouco a pouco a fama política de Rui foi se alastrando. Através de seus artigos jornalísticos, *meetings* e discursos, sua posição entre os liberais foi se consolidando. Em 1877, buscando consolidar sua atuação como advogado e saudar das dívidas deixadas pelo pai, foi ao Rio de Janeiro. Durante esse período, interessou-se pela questão religiosa e as polêmicas da Igreja com a Maçonaria, que fervilhavam na capital. Escreveu e publicou, então, o livro ( ) o qual fala sobre a questão religiosa, criticando severamente a Igreja, que acabaria lhe valendo a fama de ateu e inimigo da religião por toda a vida (VIANA FILHO, 1960, p. 90). Em 1878, a questão do voto direto tornou-se inevitável. Assim, acabando com o domínio conservador no parlamento, o Imperador nomeou um novo governo, de cunho liberal. Nesse novo contexto, Rui Barbosa foi eleito para a assembleia estadual. Logo em sua estreia política suas habilidades foram notadas. Rui proferiu uma série de discursos de defesa da posição liberal e sobre a necessidade de encaminhar a reforma eleitoral, rumo à adoção do voto universal. Sua atuação na câmara nesse período baseou-se em três pilares fundamentais: o voto universal, a reforma no ensino e o problema da escravidão (LACOMBE, 1978, p. 24).

Escolhido para expor os problemas da educação no país e propor medidas para reformá-la, Rui Barbosa escreveu um verdadeiro tratado sobre o estado da questão, buscando conhecer os maiores estudiosos sobre o tema e propôs reformas para a educação em todos os níveis. Nessa época, forma-se em seu pensamento a ideia de que a educação era a base para a transformação social e esta última era a condição necessária para a industrialização e progresso do país. Seus esforços teóricos foram reconhecidos. Além de ler sua obra e convocá-lo para um debate sobre a temática, o Imperador D. Pedro II concedeu-lhe o título de “conselheiro”, título com o qual ficaria conhecido por toda sua carreira (LACOMBE, 1978, p. 26-7).

Em 1884, engajou ativamente na composição de uma lei que encaminhasse o país rumo à abolição total da escravidão: a Lei do Sexagenário.[1] Sua redação inicial, proposta por Rodolfo Dantas e tendo como segundo signatário Rui Barbosa, representaria um avanço real na condição escravocrata no Brasil, rumo à emancipação. A situação política era tensa, os liberais se sustentavam na Câmara de maneira instável.

A luta deixou os salões do parlamento e dividiu a opinião pública nacional. Dividiu-se. O partido liberal rompeu, os conservadores emplacaram uma solução que acabava com o princípio emancipacionista da legislação. Foi uma derrota dura para o Partido Liberal, que foi derrotado nas eleições subsequentes. Rui Barbosa, agora no ostracismo político, aproxima-se da nova geração do exército, que começa a constituir-se em opinião pública das classes médias brasileiras. (LACOMBE, 1978, pp. 30-32; VIANA FILHO, 1960, pp. 150-163)

A ascensão de um novo governo liberal em 1889, agudizou a tensão de Rui com o velho partidarismo. A moderação do governo Ouro Preto, que se esquivou de discutir o projeto federalista proposto no congresso do partido e as posições de Rui Barbosa fizeram com que este passasse a uma oposição ferrenha à postura do governo. (LYNCH, 2010, p. 48). Neste momento, Rui Barbosa iniciou uma postura que se consolidou ao longo dos anos da República: uma posição apartidária e com tendência a defesa de seus ideais, indiferentemente das posições políticas partidárias. Foi nesse momento que participou das reuniões políticas na casa de Deodoro da Fonseca, que resultaram no golpe de 15 de Novembro e a queda do Império.

Assumiu a pasta da Fazenda do governo provisório; partia da ideia de mudar de um regime constitucional a outro, com instituições mais adiantadas na questão da liberdade. Esperava ser capaz de atuar de dentro, rumo às reformas políticas que buscavam alcançar e que não se concretizaram sob o regime monárquico: a secularização do estado, a federação das províncias e o voto universal. Além disso, entendia que o aceite dessa posição lhe colocaria como fiscal e impedidor do autoritarismo, tendência não desprezível dentro do movimento republicano. Atuou ativamente na constituinte, e teve diversas de suas propostas colocadas em prática (LYNCH, 2010, p. 47-52).

[1] Ver discussão em Flávia Maria Ré. *Ideias em ação: liberalismo e reforma no pensamento político de Rui Barbosa*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Assim, a passagem do sistema político monárquico para o republicano não alterou seus projetos, pautando as medidas adotadas por ele quando Ministro da Fazenda, como veremos a seguir. Sua colaboração com o regime foi, no entanto, breve. As divergências com Floriano, Peixoto principalmente sobre as garantias dos direitos individuais, pregadas por Rui, e a forma autoritária de governo, adotada por Floriani, fizeram com que ele passasse a oposição, tendo apoiado a Revolta da Armada, em 1893, fato pelo qual acabou exilado em Londres.

Em seu período de exílio, fortaleceu a base do seu pensamento progressista, que se associaria cada vez mais a questão da legalidade e aos mecanismos constitucionais para garantir o individualismo, bases da constituição que ele mesmo ajudara a redigir (LACOMBE, 1978, p.41). A partir de então, sua posição sobre os regimes monárquico e republicano se consolidaria mais como uma crítica a constituição social do Brasil, visto que nada adiantava a forma de governo empregada sem a participação popular e o amor do povo pela liberdade, de que o Estado ainda não dispunha (LYNCH, 2010, p. 62).

Como representante da República, tomou parte na equipe brasileira na Segunda Conferência de Paz, em Haia, primeira oportunidade das repúblicas sul-americanas de participarem de um fórum da diplomacia mundial. O objetivo do encontro era formar uma corte de arbitragem de conflitos internacionais. O papel esperado para as recentes repúblicas da América era a de subalternidade, seguindo as políticas norte-americanas no assunto, que concordava com a divisão dos países em categorias de nações fortes ou fracas, segundo suas forças militares, e que atribuía maior ou menor peso a elas segundo essa disposição. Rui Barbosa se opôs a essas disposições, levando o Brasil a votar contra as disposições americanas e adotar uma postura em que buscava o reconhecimento internacional de sua posição de potência. (RICUPERO, 2017, p. 315)

Inicialmente com argumentações individuais, logo foi conseguindo apoio dos demais representantes sul americanos, o que impediu que a proposta inicial fosse alcançada. Ao final da conferência, a atuação de Rui Barbosa foi aplaudida, não apenas pelos representantes sul-americanos, mas até mesmo pelos americanos, que o convidaram a visitar diversas instituições e universidades norte-americanas. No Brasil, a atuação de Rui foi aplaudida, consagrando-o pela entrada do Brasil no círculo das grandes potências. Ficou então conhecido como “Águia de Haia”, além de ser agraciado com uma medalha de ouro pelos serviços prestados ao seu país (LACOMBE, 1978, p.48).

A conjuntura política no Brasil, as dificuldades de acordo da elite política nacional e a falta de participação de fato da população na vida política do país fizeram com que Rui Barbosa se decidisse a sair candidato na eleição de 1910. Era um momento de efervescência cultural, de formação de sindicatos, jornais e agremiações políticas no pais (RICUPERO, 2017, p. 163). Rui acreditava que o povo deveria ser chamado ao embate político e por isso promoveu, pela primeira vez na história democrática, uma série de viagens pela república para propagar suas ideias como candidato. Foi a primeira de uma série de candidaturas, que marcariam sua atuação política até o fim da vida. O plano falhou, mas evidenciou a fragilidade da presidência frente às novas demandas da classe média nacional. Como salientou Lynch,

> Na impossibilidade de avançar na realidade autoritária do novo regime, como republicano, ou de retroceder à Monarquia parlamentar, como liberal, Rui refugiou-se na defesa solitária de uma República ideal, utópica, que deveria superar a Monarquia em matéria de liberalismo, mas que, por isso mesmo, não se confundia com aquela república real, empírica, que via do lado de fora de sua janela (LYNCH, 2010, p. 41)

Outra ocorrência que marcou profundamente a influência de Rui Barbosa na vida política nacional foi sua atuação no contexto da primeira guerra mundial. Opositor ferrenho das ideologias de superioridade racial e do militarismo desenfreado foi, desde o primeiro momento, contra a atuação da Alemanha no conflito. Nesse interim, publicou diversos textos sobre a questão e, em 1916, convidado para uma palestra na Universidade de Buenos Aires, defendeu a tese do *Dever dos Neutros*, ou *a neutralidade vigilante*, que acabaria por ser a marca da atuação das repúblicas latino-americanas no conflito. Ao se eleger o Conselho da Liga das Nações, primeiros juízes permanentes de uma corte internacional, Rui foi o mais votado, ultrapassando o candidato inglês e o francês (LACOMBE, p.55). Mais uma derrota nas eleições e a perda de uma querela constitucional sobre o governo baiano fizeram com que declinasse a honraria, alegando falta de representatividade no governo do próprio país (LACOMBE, 1978, p. 61).

Esse não foi o fim de sua atuação política. Participou ativamente das discussões sobre a reforma constitucional. Em 1823, enquanto repousava em sua casa em Petrópolis, convalescendo de uma pneumonia, estourou novamente o problema da sucessão ao governo na Bahia. Reuniram-se em sua casa todos os representantes da oposição, que passaram um dia de debates acalorados sobre a solução do problema. A infecção piorou

e no dia 01 de março de 1823 faleceu. Até seus últimos dias, estava ocupado em debater a questão nacional e procurar os caminhos políticos do Brasil (LACOMBE, 1978, p.65).

II. ***Pensamento econômico de Barbosa e atuação no Ministério da Fazenda***

A formação intelectual de Rui Barbosa remonta ao liberalismo clássico europeu, tendo a ideia central do livre-mercado balizado sua formação econômica, não obstante a impossibilidade de se poder definir sua atuação no Ministério da Fazenda como ortodoxa. Em realidade, é necessário desassociar suas ideias, apenas no âmbito do debate econômico do século XIX, das medidas que empreendeu à frente do Ministério da Justiça, tendo estas se caracterizado pela heterodoxia de suas práticas, adaptadas às necessidades oriundas da realidade da economia brasileira naquele momento, segundo o entendimento do próprio Barbosa.

Nesse sentido, a influência liberal em sua formação foi sendo abandonada em detrimento da defesa da atuação mais direta do Estado para o fortalecimento da economia do Brasil. Pode-se dizer que as medidas de Rui foram mostrando "uma adesão a princípios teórico-ideológicos, porém com um tempero local e conjuntural" (CURI, 2015, p. 48). Os adeptos às teorias liberais, por exemplo, apresentavam tendência mais clara de endossar as medidas pregadas pelo padrão-ouro, o que não se manifestou na política de Barbosa, que, desde cedo, defendeu a necessidade da industrialização nacional e da emissão de papel-moeda.

Seu discurso, embora se apoiasse nos princípios do livre cambismo, também indicava as vantagens do protecionismo, o qual seria capaz de reorganizar as finanças públicas e impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional. Barbosa apontou que os mais notáveis economistas da época discutiam essa questão sem, todavia, chegarem a conclusões concretas que atendessem às necessidades de todos os países. Na esteira das proposições de John Stuart Mill - que em sua obra defendia solidamente o "livre escambo internacional", reconhecia, porém, que há casos em que as leis econômicas podem conciliar-se com os direitos protetores. O então Ministro da Fazenda posicionou-se no debate, em 1891, tendo defendido que,:

> Enquanto a mim, por mais que as minhas opiniões se inclinem de todo para a liberdade comercial, em cuja realização me parece residir o amplo ideal do futuro, não posso deixar de reconhecer a gravidade dos interesses, que com esse princípio se complicam nesta questão, desviando muitas vezes

> inevitavelmente a orientação legislativa da direção que as aspirações mais adiantadas lhe determinam.
>
> A solução liberal, neste assunto, logo que se desça ao terreno das exigências da administração pública, há de forçosamente entrar em repetidas transações, atendendo, por um lado. a certas conveniências econômicas da posição de cada país. com especialidade ao estado de suas indústrias, por outro às necessidades do seu tesouro. (BARBOSA, 1891b, p. 127)

Assim sendo, países como o Brasil deveriam manter certos direitos protetores a fim de naturalizar processos produtivos que em outras economias já estavam consolidados. Para Curi (2015), a ideia de Rui era estabelecer uma proteção "módica e lenta", cujo objetivo seria o de criar um mecanismo de rendas internas que permitisse ao Brasil depender cada vez menos dos direitos aduaneiros, seja como forma de proteção à indústria, seja como suprimento ao Tesouro.

Além disso, a necessidade de financiamento do Estado também contribuía para que o livre-comércio fosse aplicado com cautela. Recorrendo ao economista alemão Adolph Wagner, ligado à Escola Histórica, Rui procurou indicar a importância dos direitos alfandegários como fonte de receita, citando o caso alemão como exemplo. No âmbito do processo de unificação e criação da Alemanha, os germânicos haviam estruturado sua economia com base em princípios liberais, passando, todavia, pelo protecionismo no período entre 1842-1865, para apenas a partir do fim da década de 1870, ter assumido plenamente o propósito de assegurar ao mercado alemão à produção nacional (CURI, 2015, p. 50). Para tanto, criaram a tarifa de 15 de julho de 1879, cujo escopo principal era a arrecadação fiscal, tendo efetivamente servido à ampliação das rendas estatais e fomentando a atividade industrial.

Nesse sentido, entendia que, no caso brasileiro, as experiências internacionais poderiam servir de modelo para o desenvolvimento nacional:

> Nenhum país reúne, talvez, nos seus recursos naturais, proporções tamanhas e tão variadas, como este para o desenvolvimento de indústrias poderosas e opulentas. Mas outros, em todos esses ramos de aplicação do trabalho, principiaram muito antes de nós; e, para esmagar a nossa concorrência, ou dificultá-la. condenando-a à inferioridade, à atrofia e ao marasmo, bastam-lhes as vantagens inerentes a essa prioridade. Impossível será, pois. estabelecer-se a concorrência em condições equitativas, proporcionar-se ao trabalho nacional esse *fair play,* em que aliás consiste o objeto e o atrativo do regime livre, se não buscarmos ressarcir um pouco as desvantagens da nossa tardia entrada na arena da competência industrial mediante certa dose de proteção, moderada, temporária, mas compensadora.

> Fugindo à sistematização do protecionismo, que podia trazer diminuição no rendimento das alfândegas, transtornos ao próprio desenvolvimento das indústrias, perturbações em nossas relações comerciais com os países estrangeiros, podemos, entanto, por uma proteção módica e lenta, aplicada com critério a cada caso especial, estudado nos seus efeitos, ir preparando a indústria nacional, para em época mais ou menos próxima, confiar exclusivamente em si mesma, e criando simultaneamente um mecanismo de rendas internas, que nos habilite a recorrer cada vez menos, em suprimento das necessidades do Tesouro, aos direitos de fronteira. (BARBOSA, 1891b, p. 129)

Para Barbosa, esse processo implicaria em passar-se, em matéria de indústrias, da condição de país consumidor para a posição de país produtor, o que seria extremamente vantajoso. Segundo Rui, o próprio desenvolvimento industrial não seria apenas uma questão econômica, mas, concomitantemente, uma questão política, já que a República somente estaria plenamente consolidada, quando suas funções se firmassem na democracia do trabalho industrial. A pobreza, dependência e submissão amarravam o país à situação de subdesenvolvimento e condicionavam seu "progresso" à boa vontade do empreendedor estrangeiro (AGUIAR, 1973, pp. 52-53).

Nesse diapasão, também o caso dos Estados Unidos foi por ele observado: segundo Rui, não se pretendia recomendar a reprodução do tipo de tarifas americanas, ainda que reconhecesse nelas o motivo de vencerem "rapidamente os compromissos de uma guerra gigantesca" e eliminar eficazmente suas altas dívidas. Não obstante, já em 1872, havia desaparecido as taxas internas relativas aos direitos de entrada, o que foi reiterado em 1883 pelas modificações de caráter liberal, em que a indústria dos Estados Unidos, para Barbosa, se reputava habilitada a desafiar a concorrência dos países estrangeiros. Mesmo assim, os "próprios promotores da evolução" recusaram a classificação de *free traders* (BARBOSA, 1891b, p. 140).

Em suma, o pensador identificava relação estreita entre a prosperidade americana e a aplicação de tarifas restritivas, embora criticasse o peso das tarifas aplicadas nos Estados Unidos. Haveria, assim, um tipo de compatibilidade temporária entre as elevadas pressões fiscais no regime de importação de bens, sob o prisma das necessidades do Tesouro Nacional, e a expansão das riquezas, das produções e do bem estar da nação, o que era especialmente verdade, segundo ele, "nos países cuja vastidão de território, variedade de recursos, diversidade de interesses, e multiplicidade de regiões diferentes", poderia suprir a ausência dos mercados estrangeiros, graças às riquezas nacionais e amplitude do mercado interno (BARBOSA, 1891b, p. 141).

Pode-se dizer que, em linhas gerais, que a postura de Rui Barbosa foi moderada no que tange ao debate entre o liberalismo comercial e o protecionismo. Malgrado sua tendência a defender o liberalismo, seu pensamento econômico pareceu buscar certa conciliação entre os dois extremos, procurando soluções que combinassem medidas adequadas às necessidades brasileiras. A importância de se fortalecer o Tesouro, a partir do incremento da arrecadação, bem como a implementação de tarifas aduaneiras moderadas eram pilares importantes de suas ideias para o desenvolvimento econômico nacional. Como indicou Curi (2015), o exemplo alemão aparecia em seus escritos de maneira recorrente, haja vista sua opinião de que fora caso bem-sucedido de desenvolvimento da economia ancorado no protecionismo. Barbosa reconhecia, tal como Wagner, que a expansão das despesas públicas poderia ser não de todo condenável: "fazia parte do processo de expansão orgânica do Estado moderno" (CURI, 2015, p. 50).

As transformações defendidas por Rui na organização econômica do Brasil, que à época era uma república nova, pautavam-se na eliminação progressiva das instituições que se haviam consolidado durante o período de escravidão, instituição que era declaradamente contra.

Como ministro, a partir de 1889, defendia que a República apenas se consolidaria assentada em bases seguras, quando o seu funcionamento repousasse sobre a "democracia do trabalho industrial", premissa necessária para o correto funcionamento do sistema. O desenvolvimento industrial, em sua visão, era necessário não apenas para um fortalecimento econômico, mas por uma questão também política.

Sua atuação à frente do Ministério da Fazenda foi estudada, em grande parte, pelos efeitos secundários que foram resultados diretos das circunstâncias em que foram executadas suas medidas, num contexto de guerra civil quase contínua, que, segundo Lacombe (1978), devorou e aniquilou os seus benefícios previstos. Nesse prisma, se Deodoro o havia apoiado em seus planos, Floriano Peixoto apresentou divergências com seus pensamentos, o que obsta a formação de uma equipe reformista de fato que desse continuidade às suas políticas.

Desde os momentos finais do Império, discutia-se que o meio circulante era incompatível com as novas realidades advindas do trabalho assalariado e da entrada maciça de imigrantes. De modo geral, tão logo havia assumido o novo Ministério,

Barbosa baixou decretos no sentido de aumentar a oferta de moeda e tornar mais acessível a criação de sociedades anônimas. Como principal providência, deu a bancos a faculdade de emitir moeda, tendo cabido ao Banco dos Estados Unidos do Brasil, no Rio de Janeiro, o papel fundamental.

Essas iniciativas concorreram para a expansão do crédito e para a ideia de que o novo momento de governo, a República, seria "o reino dos negócios" (FAUSTO, 2004, p. 252). Foram formadas, então, muitas empresas, tanto reais quanto fantásticas, o que contribuiu para que crescesse tanto a especulação na bolsa de valores quanto o custo de vida. Já dois anos depois, em 1891, iniciou-se a crise a partir da derrubada do preço de ações e a falência de diversos estabelecimentos bancários e de empresas, o que foi acompanhado de uma baixa do valor da moeda do Brasil, frente à libra inglesa.

Esses anos iniciais foram marcados pelo termo conhecido como "Encilhamento", como já foi citado anteriormente, cujas características principais eram justamente essa intensificação dos negócios e a forte especulação financeira. Segundo Fausto (2004, p. 252), a expressão relaciona-se com um dos sentidos do vocábulo: o local onde são dados os últimos retoques nos cavalos de corrida antes de se disputarem os páreos. Por analogia, portanto, o termo teria sido aplicado "à disputa entre as ações das empresas na Bolsa do Rio de Janeiro, trazendo em si a ideia de jogatina".

Os projetos de Barbosa, durante a transição econômica entre o Império e a República, renderam-lhe o reconhecimento de formulador do possível primeiro grande plano econômico do período republicano, não pela sua originalidade, mas pelo seu sentido, consciência e significação (Salomão & Fonseca, 2013). A emissão inconversível e a pluralidade bancária já haviam sido empregados durante o período imperial, mas sem o impacto e a real efetivação de proposta da maneira que se observou no início da década de 1890.

Jurista de formação, Barbosa observou as experiências internacionais na política de emissão de papel-moeda sem lastro em metais preciosos, que eram, em muitos casos, bem-sucedidas. É importante frisar que esse debate, entre papelistas e metalistas, apareceu no Brasil, na segunda metade do século XIX, já com certa defasagem temporal quando se observa o debate inglês, o qual havia já estava colocado com força desde a década final do Setecentos (Fonseca e Mollo, 2012, p. 217).

Rui Barbosa ressaltou em seus discursos, que a circulação metálica era "um embrião incapaz de vida" e que havia morrido por sua "impossibilidade orgânica de viver" (BARBOSA, 1891b, p. 185). Para além da questão da extração física da matéria-prima, o Ministro chamava atenção para o problema da instabilidade do câmbio brasileiro como uma constante negativa na economia nacional. Quando havia desvalorização, corria-se aos bancos para a troca das notas ao par, o que resultava em prejuízos para as instituições financeiras. Salomão e Fonseca (2013) também indicaram que essa reforma da estrutura bancária, que se baseou na emissão de moeda lastreada em apólices da dívida pública, causou aumento da liquidez e da inflação, sem precedentes. A justificativa de Barbosa para essa permissão era contundente e apontava para uma forte atuação do poder público, no sentido de expandir crédito e determinar a baixa da taxa de juros:

> Um vasto afluxo de empresas e transações, que a revolução surpreendeu, corriam risco iminente de esboroar-se em vasta catástrofe, assinalando com o mais funesto *krach* a iniciação da República. Foi entre essas perplexidades e sob o aguilhão desses perigos, que recorri à única salvação possível, em semelhante conjuntura: assentar, como os Estados Unidos tinham feito, em circunstâncias análogas e sob a força de iguais necessidades, a garantia do meio-circulante sob os títulos da dívida nacional (...)
>
> Como preparação essencial e eficaz para essa futura situação, para a organização normal da nossa vida econômica, aí ficam lançados os elementos fundamentais nestas três medidas: a cobrança dos direitos aduaneiros em ouro, o resgate do papel-moeda e a unificação do meio circulante. Não podíamos, porém, esquecer que as finanças do Tesouro dependiam radicalmente da atividade produtora das forças nacionais, as quais não podiam ter desenvolvimento sem instituições que impulsionem o trabalho, ministrando-lhe os instrumentos de ex- pansão. A essas duas necessidades julguei responder adequadamente, decretando a criação dos bancos populares e a do banco hipotecário nacional. (BARBOSA, 1891a, pp. 53-56)

A escolha de fomentar a "criação dos bancos populares" relacionava-se, portanto, com a necessidade de expansão da base monetária e incorreu na imputação, aos caixas regionais, da tarefa de "suprir os agentes econômicos com o numerário condizente com a nova realidade do país" (Salomão e Fonseca, 2013, p. 10). Era, segundo Barbosa, ademais, prova de que o governo não tinha intenções altamente centralizadoras, o que atendia aos interesses da corrente federalista republicana (BARBOSA, 1891a, p. 54).

Suas diligências, no sentido de reduzir dívida nacional mediante a absorção dos títulos dela empregados no lastro dos bancos emissores, juntamente à conversão da dívida interna, sua amortização gradativa por um conjunto de medidas, que, se corretamente

executado, lhe operaria a extinção em menos de três décadas, eram "outras tantas peças de um mecanismo harmônico", que, se representava considerável alívio, imediato e continuado, para o Tesouro, constituía também sólidos elementos para a "reedificação do crédito brasileiro sobre alicerces profundos e inabaláveis" (BARBOSA, 1891a, p. 51).

Essa face da reforma financeira completava-se, nesse contexto, com as duas instituições capitais: a cobrança total das taxas de importação em ouro (i); e o resgate quase gratuito do papel-moeda em cinco anos (ii); atos legislativos que visavam diminuir a dívida do Estado; diminuir-lhe a despesa; preparar a circulação metálica, e, por fim, estabelecer um tipo de válvula de segurança contra os riscos do papel inconversível.

Em suma, para Barbosa (1891a), a situação que o pagamento dos direitos aduaneiros em ouro criava aos ministros da fazenda vindouros estava bem longe de se parecer com a que encontrara, e as que haviam atravessado todos os seus antecessores, presos continuamente pelo receio das baixas do câmbio, vítimas da posição de especuladores forçados entre as flutuações do mercado cambial.

Como assinalado em momento precedente, complementarmente a essas políticas, em sua atuação junto ao Ministério, Rui Barbosa defendeu projeto claro de estímulo à indústria nacional. Para ele, o Brasil era uma nação agrícola, mas que poderia vir a ser também industrial. Não escasseavam, em sua visão, "o ouro, a prata, o ferro, o estanho, o bronze, o mármore, a argila, a madeira, a borracha, as fibras têxteis" (BARBOSA, 1882), mas o que carecia naquele momento era a "educação especial", que possibilitasse aos brasileiros não pagarem aos estrangeiros os tributos de mão de obra. Em um de seus discursos, sustentou que nenhum país reunia em si qualidades tão decisivas e importantes para tornar-se industrializado, quanto aqueles, como o Brasil, onde a natureza assombrosa "prodigaliza às obras do trabalho mecânico e do trabalho artístico um material superior, na abundância e na qualidade" (BARBOSA, 1882, p. 255).

Com esse intuito, empreendeu uma reforma alfandegária, cujo escopo era transformar a política aduaneira, de instrumento meramente fiscal, em base para o estabelecimento e incremento da produção nacional:

> Não é, porém, somente a interpretação dada aos interesses nacionais da indústria, ou da agricultura, não é esse elemento econômico o único fator nas variações do caráter das tarifas. Uma força de outra ordem, o peso dos orçamentos, a pressão da despesa pública associa-se, em toda a parte, mais ou menos, àquela causa, sobre a qual, não raro, chega a preponderar. (BARBOSA, 1891b, p. 131)

Por isso, novas empresas fabris deveriam ser introduzidas e, com elas, "o peso de mantê-las", até que os novos produtores estivessem em condições de competir com os estrangeiros, cujos processos de trabalho eram tradicionais. Os direitos de proteção, mantidos durante período de tempo razoável, seriam, para Barbosa, o "meio menos inconveniente de taxar-se uma nação a si mesma em coadjuvação desse tentame" (BARBOSA, 1891b, p. 128).

Esse intento materializou-se no Decreto 836, de outubro de 1890, cujos objetivos consistiam, de maneira geral, em: fomentar a produção nacional, reequilibrando a balança comercial; promover mais vultuosas rendas alfandegárias, o que eximiria o Tesouro de novos empréstimos externos; e criar um poder de barganha que possibilitasse a negociação com maior facilidade junto aos outros parceiros comerciais (Salomão & Fonseca, 2013).

Tecia-se um discurso, cuja retórica nacionalista remetia ao caso norte-americano e que buscava reproduzir, um século depois, o sucesso de Alexander Hamilton. No momento de ápice da Primeira Revolução Industrial, quando os britânicos pregavam veementemente e praticavam o livre-comércio, os americanos preferiam seguir os conselhos de seu primeiro secretário do Tesouro, Hamilton, sabido autor de obra pioneira do protecionismo industrial, talvez a primeira grande crítica de Adam Smith, o *Report on manufactures* (1791) (RICUPERO, 2002, p. 9). Hamilton, no período seguinte à independência, transformou-se em paladino da industrialização, tendo advogado e promovido uma decidida ação estatal de caráter positivo e de estímulos diretos às indústrias, como sinalizou Celso Furtado (1961, p. 120).

Na esteira dos conceitos seguidos por Hamilton, determinada nação que apresente estrutura produtiva com base no sistema agrícola estaria mais propensa a sofrer com as oscilações dos mercados externos. A solução para esse impasse seria a de fazer desenvolver a prosperidade das nações a partir do fortalecimento do mercado consumidor interno, que estaria intimamente conectado ao fomento de manufaturas industriais.

Baseando-se nesse referencial histórico-ideológico, Barbosa defendia os interesses do País com base na expansão da indústria. Reiterava, como fizera Hamilton, que "o contínuo oscilar do câmbio não é compatível cora a tranquilidade do capital acumulado", e que a industrialização asseguraria ao Brasil a conservação dos capitais

desenvolvidos pela exploração da natureza e das atividades da população nacional. Segundo ele, o "espírito cosmopolita das instituições republicanas" produziria uma reação progressiva e salutar "contra esse esgoto da nossa riqueza comercial pelo comércio estrangeiro" (BARBOSA, 1891b, pp. 180-181).

Tratava-se, então, de identificar, no espírito da nova forma de governo e nas práticas dele resultantes, uma construção efetiva da economia nacional, assentada no desenvolvimento de mecanismos internos e endógenos da realidade brasileira. Mesclava-se o discurso liberalizador à necessidade de se proteger os interesses nacionais, justamente para que, em momento seguinte, se lograsse atingir o estado final de livre comércio e de liberdade econômica. Associava-se o Republicanismo com esses ideais, destoantes por completo daquilo que se fizera até então, durante o período de Império.

A crítica constante de Rui, à luz dessa contextualização, residia na necessidade de fazer crescer o Brasil, livrando-o do monopólio comercial das casas estrangeiras. Salomão & Fonseca salientaram essa questão, ao apontar que existia, à época, um discurso que permeava as elites latino-americanas, cuja tônica era a de reter os lucros dentro dos próprios países, o que estava efetivamente presente nas ideias de Barbosa. Essa defesa de um nacionalismo malvisto pelos dirigentes externos, assustados com a política brasileira e com o andamento da realidade política do País na transição para a República, é importante para que se possa estabelecer o cerne de suas ações enquanto Ministro da Fazenda. Para ele, era mister que os "acumuladores de riqueza" as reservassem dentro do território nacional, "para a pátria", onde:

> concentram as suas aspirações, e para onde retiram o capital adquirido, que, até hoje, não foi convenientemente taxada, ao menos para salvarmos, a benefício do país, uma quota módica dessas fortunas amontoadas à custa dele. Essa tendência constitui um fator permanente de depauperação nacional, invertendo contra nós a proporção real entre o ativo e o passivo das nossas relações comerciais com o estrangeiro. (BARBOSA, 1891b, p. 180)

Para empreender-se com êxito a associação entre o pensamento econômico e as práticas de Rui Barbosa durante o período republicano, deve-se, em resumo, atentar a alguns condicionantes, a saber: sua intrincada relação com os princípios liberais da economia, dos quais era adepto, sem contudo deixar de nuançá-los; a originalidade de suas ideias, que devem ser lidas levando-se em conta o contexto da época e os aspectos conjunturais (a formação recente da República e a realidade brasileira em fins do Oitocentos, pautada pela dependência econômica em relação à exportação de bens

primários); e uma historiografia que, até os anos 1920, esteve "presa aos fatos e às consequências recessivas acarretadas pelo *funding loan* de 1898, dedicando-se, com raras exceções, a condenar os excessos de emissão e a pessoa de Rui Barbosa", nos dizeres de Curi (2015).

Pode-se dizer que com as saídas propostas por Barbosa, ele visava não apenas a solucionar problemas imediatos, mas também os desafios futuros. Nesse sentido, não hesitou em abandonar, de alguma maneira, suas convicções teóricas e esquemas intelectuais, em detrimento de medidas que lhe pareciam mais assertivas e que, até certo ponto, ele próprio combatera anteriormente. Assim, aprovou pautas aduaneiras de orientação protecionista, mesmo tendo sido livre-cambista convicto; admitiu a aplicação de um sistema de bancos regionais, ainda que fosse advogado da centralização bancária; e aceitou uma política pluriemissionista, mesmo adepto do monopólio da emissão (AGUIAR, 1973, p. 54).

III. *Considerações finais*

Rui Barbosa é uma daquelas figuras incontornáveis da política e economia brasileira em sua época. Sua história muitas vezes se confunde com a história do Brasil na passagem do Império para o regime Republicano. Atuou em várias frentes, sendo distinguido entre os juristas, senadores, diplomatas, ministros e até mesmo economistas mais notáveis do Brasil de seu tempo. Lacombe (1978, p. 158) chega a afirmar que a figura de Rui se constituiu em uma formação mitológica no imaginário popular brasileiro, sendo possível analisar esse momento como a "época de Rui Barbosa".

Seu legado, porém, foi alvo de aclamadas controvérsias, principalmente em torno da chamada crise do *Encilhamento*, que passou aos livros de história como uma crise inflacionária, gerada pela má avaliação da concessão de empréstimos e emissão livre e desenfreada de papel moeda, patrocinados pelo então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Os estudos mais acadêmicos sobre a sua trajetória e o contexto econômico de sua atuação no Ministério mostraram, porém outro panorama: observa-se que as suas propostas reformistas não estavam descoladas da situação brasileira do momento nem permitiram caracterizar o estadista como um "idealista utópico", como sugerira Oliveira Vianna (RÉ, 2016, p. 435).

Vale dizer que Barbosa levava em consideração a realidade em que estava inserido e buscava solucionar os problemas concretos que envolviam cada uma das questões econômicas e políticas da recém proclamada República. Para Salomão e Fonseca (2015), teria abdicado de parte de suas convicções teóricas para pôr em prática um plano consciente de desenvolvimento econômico, quiçá um prelúdio do desenvolvimentismo característico do governo Vargas.

Defensor do industrialismo e de reformas no panorama fiscal e tributário do Brasil, advogava pela necessidade de uma ampla reforma financeira, que possibilitasse o desenvolvimento de uma economia nacional, desligando o Brasil das estruturas coloniais, que ainda determinavam as estruturas políticas e econômicas da nação. Esse foi o ideal que perseguiu ao longo de toda sua vida, e continuou a afirmar até os seus últimos anos (AGUIAR, 1973, p. 254). Em 1820, convidado para a solenidade de formatura da turma de direito do Largo de São Francisco, instituição que havia frequentado, formulou um discurso aos jovens advogados intitulado *Oração aos moços*. Finalizou o discurso apontando as convicções que motivaram sua atuação ao longo da vida:

> Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemmo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas. Não nos temamos tanto dos grandes impérios já saciados, quanto dos ansiosos por se fazerem tais à custa dos povos indefesos e mal governados. Tenhamos sentido nos ventos, que sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil é a mais cobiçável das presas; e, oferecida, como está, incauta, ingênua, inerme, a todas as ambições, tem, de sobejo, com que fartar duas ou três das mais formidáveis.
>
> Mas o que lhe importa é que dê começo a governar-se a si mesmo; porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida, e amenizada na tutela perpétua de governos, que não escolhe. Um povo dependente no seu próprio território e nele mesmo sujeito ao domínio de senhores não pode almejar seriamente, nem seriamente manter a sua independência para com o estrangeiro.
>
> (...)
>
> Mãos à obra da reivindicação de nossa perdida autonomia; mãos à obra da nossa reconstituição interior; mãos à obra de reconciliarmos a vida nacional com as instituições nacionais; mãos à obra de substituir pela verdade o simulacro político da nossa existência entre as nações. Trabalhai por essa que há de ser a salvação nossa. Mas não buscando salvadores. Ainda vos podereis salvar a vós mesmos. Não é sonho, meus amigos: bem sinto eu, nas pulsações do sangue, essa ressurreição ansiada. Oxalá não se me fechem os olhos, antes de lhe ver os primeiros indícios no horizonte. Assim o queira Deus (BARBOSA, 1997, pp. 50-51).

Fica patente, assim, o seu desejo pela independência econômica e desenvolvimento do país. Rui Barbosa buscou atingi-los através de uma política de desenvolvimento guiada pelo Estado, combatendo no campo político, os interesses

orientados para satisfazer somente a elite agrícola do país. No campo econômico, através da orientação para o saneamento fiscal e o incentivo à industrialização e da diplomacia, através da autonomização dos interesses nacionais e no reconhecimento do Brasil como uma grande potência. O legado de Rui Barbosa continua sendo tema de estudo e debate nos mais diversos campos do conhecimento.

Fontes e Bibliografia

AGUIAR, M. Pinto de. *Rui e a economia brasileira.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.

BARBOSA, Rui. *Relatório do ministro da fazenda*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1891a. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. XVIII, tomo II).

BARBOSA, Rui. *Relatório do ministro da fazenda*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1891b. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. XVIII, tomo III).

BARBOSA, Rui. *Oração aos moços / Rui Barbosa; edição popular anotada por Adriano* da Gama Kury. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

CURY, Luiz Felipe Bruzzi. "Rui Barbosa e as Ideias Econômicas: Entre teoria e conjuntura". In: *Boletim Informações FIPE*. São Paulo: FIPE, 2015, pp. 45-52.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004 (1ª edição de 1994).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra e MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Metalistas x Papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas*. Nova Economia, 22(2), 203-233.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1961 (1ª edição de 1959).

LACOMBE, Américo Jacobina. *A sombra de Rui Barbosa.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

LYNCH, Christian Edward Cyril. "Entre o liberalismo monárquico e o conservadorismo republicano: a democracia impossível de Rui Barbosa", In: DUARTE, Fernanda e KOERNER, Andrei(Org.). *Revista da Escola da Magistratura Regional Federal / Escolada Magistratura Regional Federal, Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Cadernos Temáticos - Justiça Constitucional no Brasil: Política e Direito.* Rio de Janeiro: EMARF - TRF 2ª Região / RJ, 2010.

RÉ, Flávia Maria. *Ideias em ação: liberalismo e reforma no pensamento político de Rui Barbosa*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016*. São Paulo: Versal, 2017.

SALOMÃO, Ivan Colangelo & FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "Heterodoxia e Industrialização em Contexto Agrário Exportador: o pensamento econômico de Rui Barbosa". In: *America Latina en La Historia Económica*, 2015, vol.22, n.1, pp.150-178.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Rui Barbosa.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960 (6ª Ed.).

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

Um estudo sobre pautas de mulheres no movimento negro em Pernambuco por meio dos periódicos (1964-1985)	Tayanne Adrian Santana Morais da Silva Raylan Andreza Dias Navarro Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar como eram evidenciadas as especificidades das experiências das mulheres negras pelo movimento negro em Pernambuco entre os anos de 1964 e 1985, período do Regime Civil-Militar, caracterizado pela restrição aos direitos civis, censura e supressão à oposição política. Em diálogo com a História Cultural e por meio da pesquisa documental, analisamos os periódicos pernambucanos e com isso foi possível perceber que a partir da segunda metade da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980 as pautas das mulheres negras começaram a despontar no âmago dos movimentos sociais negros pernambucanos. Este estudo aponta que as discussões contemporâneas de movimentos como o feminismo negro têm suas origens naquelas promovidas por mulheres negras durante o período do Regime Civil-Militar, bem como reafirma que esses sujeitos femininos, ainda que diante de uma sociedade androcêntrica e racista, se colocaram em posição de resistência por um país efetivamente igualitário.

Palavras-chave: Mulheres negras; Movimento Negro; História Cultural; Periódicos; Pernambuco.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

A study of women's agendas in the black movement in Pernambuco through periodicals (1964-1985)	Tayanne Adrian Santana Morais da Silva Raylan Andreza Dias Navarro Universidade Federal de Pernambuco

Abstract

The aim of this article is to identify how the specific experiences of black women were highlighted by the black movement in Pernambuco between 1964 and 1985, the period of the Civil-Military Regime, characterized by restrictions on civil rights, censorship and suppression of political opposition. In dialogue with Cultural History and through documentary research, we analyzed Pernambuco's periodicals and were able to see that from the second half of the 1970s and throughout the 1980s, the agendas of black women began to emerge at the heart of Pernambuco's black social movements. This study points out that the contemporary discussions of movements such as black feminism have their origins in those promoted by black women during the period of the Civil-Military Regime, as well as reaffirming that these female subjects, even in the face of an androcentric and racist society, placed themselves in a position of resistance for an effectively egalitarian country.

Keywords: Black women; Black Movement; Cultural History; Periodicals; Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

Delinear um estudo sobre mulheres negras e trazer a essas páginas as suas pautas, sobretudo em um período tão nefasto de nossa história como o próprio título deste artigo propõe, torna necessário enfatizar que a investigação da qual ele resulta possui fortes imbricações com o campo da História das Mulheres. Nas tribunas, nos comícios, nos hospitais, nos quintais das casas, nas escolas, nas igrejas e nos terreiros, dentre tantos outros lugares ocupados por elas, muitos enfrentamentos foram necessários para que suas vozes fossem efetivamente ouvidas, seus direitos debatidos e suas pautas evidenciadas. Autoras como Mary Del Priore (2020), Margareth Rago (2014) e Ana Maria Colling (2004; 2015; 2018) no Brasil, particularmente, evidenciam as possibilidades que o diálogo entre o recorte de gênero feminino e a escrita da história nos oferece no sentido de compreender as contradições, os empasses e a construção de coletivos que militaram por um país, de fato, democrático.

Quando trazemos o recorte racial para o debate, a luta feminina se diversifica e traz nuances que durante décadas foram desprezadas. Além do entendimento sobre as mulheres enquanto sujeitas históricas, levamos em consideração, neste estudo, as relações raciais que as atravessaram e que ainda atravessam tantas outras, dado observado pelo feminismo negro latino-americano, notadamente na obra de Lélia Gonzalez (1984; 1988), Luiza Bairros (1995) e Sueli Carneiro (2001). A partir das análises das autoras, fica evidente que o racismo latino-americano possui camuflados mecanismos de atuação, uma vez que, impregnado pela ideologia do branqueamento, na América Latina negros e indígenas, bem como suas culturas, são relegados a lugares de inferioridade e subordinação, em que os valores do ocidente branco e cristão são tomados como balizadores de crenças e comportamentos (GONZALEZ, 1988).

Lélia Gonzalez (1988) aponta que na sociedade brasileira, em que predomina o racismo por denegação, ou racismo "disfarçado", diferentemente do que acontece em sociedades em que o racismo age de maneira mais incisiva, a exemplo do que ocorre na sociedade estadunidense, a resistência se dá, sobretudo, pela agência no meio cultural. Para Luiza Bairros (1995), a colonização das américas imprimiu as marcas do racismo e do sexismo por meio de um sistema de dominação que se caracteriza por opressões que se intersectam, em que a mulher negra "[...] experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade

desigual racista e sexista" (p. 461). Isto é, a mulher preta, devido ao seu pertencimento étnico-racial, vivencia um quadro de violências diferente daquele experimentado pela mulher de cor branca, o que modifica, por exemplo, a dinâmica de formação dos seus laços afetivos, a experiência com seu próprio corpo e suas formas de atuação no tecido social. Na mesma perspectiva, Sueli Carneiro (2001, p. 1) entende que é preciso considerar as especificidades – tal qual o enfrentamento ao racismo estrutural, ao machismo e ao patriarcado, bem como a sexualização e aos estereótipos que as atravessam – das experiências históricas das mulheres negras, pensar no lugar social reservado a elas e como esses espaços foram apropriados ou não por essas mulheres. Para a autora

> As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não têm dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas… Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (CARNEIRO, 2011, n.p.).

Investigar como suas pautas eram percebidas e evidenciadas pelo movimento negro, nos permitiu atentar, historicamente, para as lutas dessas mulheres para que seus direitos, mas antes deles seus desejos e singularidades, fossem debatidos e, assim, desconstruir a visão da mulher negra enquanto sujeito subordinado e resignado, embora forte e resistente corporalmente, que aparece nas páginas da história, comumente, associada ao período da escravização no Brasil.

O Estado de Pernambuco, por sua vez, foi elencado como lócus da pesquisa tendo em vista as transformações e mobilizações de caráter político pelas quais o Estado passou, sobretudo nos anos anteriores ao ano de 1964. De início, é importante ressaltar que em Pernambuco a década de 1960 foi marcada pelo ressurgimento do interesse pela cultura popular. Segundo Santos (2014), houve em terras pernambucanas certo atrelamento entre a cultura e a educação popular por meio do Movimento de Cultura Popular (MCP), criado pela Prefeitura do Recife, assim como o Movimento de Educação de Base (MEB), instituído pela Igreja Católica em parceria com o governo federal, e diversas ações do

Serviço de Extensão Cultural, da Universidade do Recife (UR), o que fez com o que o Estado angariasse destaque no plano educacional popular, em sua maioria, desmobilizados no período do Regime Civil-Militar "[...] como forma de coibir as resistências e informações que pudessem reavivar as ações mobilizatórias" (SANTOS, 2014, p. 109). A década de 1960 também foi um período de lutas por reforma agrária e justiça social, especialmente no contexto das desigualdades no campo. Movimentos como as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, foram precursores no levante pela reforma agrária em Pernambuco (SANTOS, 2014).

Além deste clima de agitação e levantes populares anteriores a 1964, é preciso enfatizar que, sobretudo no final da década de 1970 e alinhado as pautas do Movimento Negro a nível nacional, tem-se em Pernambuco a construção de grupos como o Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE), a Frente Negra Pernambucana e o Movimento Negro do Recife, assim como a criação de organizações culturais, a exemplo de afoxés, maracatus, teatro e grupos de dança que carregavam elementos próprios da cultura afro-brasileira (LIMA e GUILLEN, 2021). Nos anos posteriores, tais associações e organizações culturais compuseram o Movimento Negro Unificado (MNU) no Estado, o MCP e o Movimento Negro do Recife. Tal cenário evidencia que tanto nos anos anteriores a 1964, quanto no período do Regime Civil-Militar, Pernambuco experimentou e consolidou mudanças significativas em seus cenários político, cultural, educacional e social, o que reverberou também nas discussões a respeito das pautas de segmentos sociais antes marginalizados, a exemplo da população negra e, em especial, das mulheres negras.

Por último, é preciso apontar que, em Pernambuco, a ausência de revisitação a documentação existente e a incorporação de novas fontes como sugere a História Cultural desde a década de 1960, têm consolidado uma visão homogeneizadora da cultura pernambucana, em que homens e mulheres negras, por vezes, não têm visibilidade (LIMA e GUILLEN, 2021). Assim, ao colocarmos em perspectiva as organizações e movimentos sociais de pessoas negras no Estado no período anunciado, pensamos em contribuir no sentido de desvelar a pluralidade e diversidade cultural pernambucana, bem como cooperar com a pesquisa sobre os movimentos sociais negros que mitigue essa visão homogênea a respeito do cenário cultural pernambucano.

Assim sendo, imperou as seguintes problemáticas investigativas: como eram apresentadas as pautas específicas das mulheres negras em meio às lutas pela democracia que marcaram o Regime Civil-Militar no Brasil (1964-1985)? Mais do que isso, o movimento negro, que conquistou maior notoriedade sobretudo a partir da segunda metade do século XX, conferia efetiva visibilidade às reivindicações específicas das mulheres negras? Como se dava essa visibilização das pautas de mulheres demarcadas racialmente? Com o intento de responder tais questões e contribuir com os estudos que versam sobre as experiências de mulheres negras, empreendemos uma pesquisa documental nos jornais que circulavam em Pernambuco entre os anos de 1964 e 1985, tendo por objetivo identificar como eram evidenciadas as especificidades das experiências dessas mulheres pelo movimento negro no estado em um dos períodos políticos mais sombrios de nossa história, período este em que houve também o fomento dos debates a respeito da ampliação da participação política de diversos setores da sociedade brasileira, a exemplo da população negra.

Para tanto, dialogamos com a História Cultural, com o propósito de compreender aspectos, sentidos e percepções que conduzem a constituição do imaginário social em dado período. Segundo Pesavento (2008), a História Cultural tem como um de seus objetivos entender a realidade do passado a partir de suas interpretações, investigar fatos históricos a partir de elementos cotidianos e subjetivos, tais como ideias, valores e percepções sobre o mundo. Conforme aponta Burke (2005), foi com a valorização e incorporação de novas fontes, por via da História Cultural, e pelas próprias mudanças da noção de documento (LE GOFF, 2010) que os periódicos passaram a ser entendidos como fonte de conhecimento a respeito do passado. Nesse cenário, é condição *sine qua non* compreender que os impressos na pesquisa histórica, não são meros transmissores dos acontecimentos, envoltos na imparcialidade e neutralidade, pelo contrário, através dos periódicos é possível perceber "[...] projetos políticos e visões de mundo representativas de vários setores da sociedade" (CAPELATO, 1988, p.34).

Para além disso, a imprensa detém "[...] a função de 'despertar as consciências' e 'modelá-las' conforme seus valores e interesses", o que influencia o comportamento político do público leitor (CAPELATO, 1988, p.34). Ainda segundo a autora, a imprensa se coloca como interventora da vida social, se mesclando à vida política ao passo em que também a modifica, o que nos conduz a perceber a fonte periódica como um elemento

que pode desvelar fatores sociais, políticos, culturais e econômicos. Considerando ainda a eclosão de diversos movimentos negros no país, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, e sua consequente aparição nos jornais, é possível perceber se as pautas das mulheres negras circulavam nos grandes veículos de comunicação em Pernambuco.

Nesse sentido é importante compreender como os impressos tratam os diversos grupos sociais e aquilo que acontece na sociedade, assim como acabam "pré-determinando" os papéis que cada grupo social pode assumir. No caso das mulheres particularmente, como mostra Mauad (1999), de forma generalizada, seria à sombra do modelo masculino e seus principais assuntos seriam voltados para o cuidado da aparência e do lar. No entanto, é válido salientar que as camadas populares e seus anseios também eram retratadas nos jornais e o universo das mulheres negras entrou em perspectiva ao longo do século XX. Em oposição a opulência burguesa, as imagens difundidas desse grupo eram a de trabalho, especialmente o do braçal e dando uma grande ênfase à "dificuldade e precariedade" (MAUAD, 1999) vivida por esses sujeitos femininos. Um outro ponto que deve ser analisado é o da sexualização feminina, também mostrado por Mauad (1999) e que foi feito de maneira consciente e, conforme veremos, atravessou as experiências das mulheres negras, por muito tempo vendidas como "mulatas".

Vale destacar ainda que para além do ambiente internacional americano, que vivia sob intensas discussões a respeito do lugar da pessoa negra na sociedade, a exemplo das pautas suscitadas por nomes como Martin Luther King Jr. – líder dos direitos civis nos Estados Unidos, também conhecido por sua luta não violenta contra a discriminação racial e a segregação racial – e Malcom X – também ativista dos direitos civis nos Estados Unidos, conhecido por sua atuação incisiva em prol dos direitos dos afro-americanos – e da criação de movimentos de pessoas negras, a exemplo dos *Black Panters* nos Estados Unidos em 1966, o Regime Civil-Militar via nesses movimentos negros uma ameaça, pois, na lógica dos civis e militares componentes do governo, esses movimentos eram responsáveis por criar, no Brasil, um clima de luta racial (LIMA e GUILLEN, 2021). Assim sendo, entre os anos de 1964 e 1985 houve o crescimento da mobilização de pessoas negras, tanto a nível internacional quanto a nível nacional ainda que em um período imerso na censura e na falsa democracia racial.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que tange aos aspectos metodológicos da pesquisa, dividimos a análise em três etapas. Na primeira, de caráter pragmático, levantamos o número de ocorrências com os descritores entre os anos de 1964 e 1985. No que tange aos descritores[1], foram utilizadas as palavras "mulher negra", "feminismo negro", "feminista negra", "movimento negro", "negritude", "cecerne"[2], "frente negra pernambucana"[3], "encontro de negros do norte e nordeste"[4] e "movimento negro do recife"[5], todas com aspas duplas e letras minúsculas, com o intuito de mapear os periódicos e matérias que versaram sobre a temática mulher negra dentro dos movimentos sociais negros. Quanto ao *lócus* da pesquisa, ou seja, a base de dados, a escolha foi a Hemeroteca Digital Brasileira[6], fruto da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. A forma de pesquisa disponível no acervo é simples e dispõe de mecanismos de busca avançada, permitindo que o pesquisador acesse os arquivos digitalizados através de recortes temporais, locais e por periódicos. A escolha pela referida Hemeroteca deu-se, sobretudo, pela possibilidade de obter os periódicos disponíveis na íntegra e de forma remota.

Ao seguir os procedimentos metodológicos, o levantamento das matérias, artigos, anúncios e reportagens foi realizado entre os dias 21 de abril e 10 de maio de 2023. Reconhece-se que a pesquisa em questão é provisória e que outros arquivos, públicos e pessoais, podem resguardar outros periódicos e publicações seriadas que tratem da mulher negra nos movimentos sociais negros em Pernambuco. Nos mecanismos de busca avançada disponíveis na Hemeroteca, utilizamos a busca por "local" dos quais se originaram as publicações, selecionando, em seguida, o Estado de Pernambuco. Por fim,

[1] A inclusão dos termos "cecerne", "frente negra pernambucana", "encontro de negros do norte e nordeste" e "movimento negro do recife" se deu a propósito da pesquisa sobre associações protagonizadas e/ou fundadas por pessoas negras, realizada, sobretudo, a partir da obra "Movimentos sociais negros em Pernambuco: memória(s) e história(s)", organizado por Ivaldo Marciano de França Lima e Isabel Cristina Martins Guillen.

[2] Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra, o CECERNE, foi fundado no ano de 1979, em Pernambuco, dentro de um período de crescimento das discussões sobre a questão étnico-racial no país.

[3] A Frente Negra Pernambucana surgiu em 1936, passando a se chamar Centro de Cultura Afro-brasileiro em 1937. Em suma, essa instituição defendeu a ideia de que a educação seria uma das principais táticas para a ascensão social da população negra.

[4] Realizado pela primeira vez em 1981 tendo como sede o estado de Pernambuco.

[5] Diante das dificuldades e disputas vividas no interior do CECERNE, parte de seus militantes criaram e migraram para uma nova organização, sob o nome de Movimento Negro do Recife que mais tarde iria compor ao MNU.

[6] A Hemeroteca se configura como um portal de periódicos nacional que possibilita uma ampla consulta, pela internet, de periódicos e outras publicações seriadas, a exemplo do Correio Braziliense e a Gazeta do Rio de Janeiro, ambos fundados em 1808, primeiros jornais criados no país, até mesmo as primeiras edições de jornais ainda em circulação, como o Diário de Pernambuco.

para afunilar e obter os periódicos entre os anos de 1964 e 1985, utilizamos também o mecanismo de busca por "período", selecionando respectivamente as décadas de 1960-1969, 1970-1979 e 1980-1989, conforme disponível na Hemeroteca. No quadro 1 abaixo, é possível observar parte dos periódicos que circulavam à época de acordo com a década e que estão disponíveis no referido acervo digital.

Quadro 1 – Periódicos pernambucanos entre os anos de 1960 e 1980 que constam na Hemeroteca

1960-1969	Diário de Pernambuco (PE)	Diário da Manhã (PE)	Maria (PE)	Última Hora (PE)	O Lidador (PE)	Correio de Recife (PE)
1970-1979	Diário de Pernambuco (PE)	Diário da Manhã (PE)	-	-	O Lidador (PE)	-
1980-1989	Diário de Pernambuco (PE)	Diário da Manhã (PE)	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

O periódico Maria circulou entre os anos de 1919 e 1969, já o jornal Última Hora circulou por apenas dois anos, entre 1962 e 1964. O Lidador, teve uma existência mais duradoura entre os anos de 1883 e 1976, enquanto o Correio de Recife circulou apenas no ano de 1966. Como podemos perceber no quadro 1, ao longo das décadas de 1960 e 1980, quatro dos seis jornais alocados na Hemeroteca, aparentemente, pararam de circular, por vezes fruto das circunstâncias oriundas do novo Regime, como foi o caso do periódico Última Hora, um dos poucos periódicos a defender o governo de João Goulart em 1 de abril de 1964, e que teve sua sede invadida e depredada pela polícia (GASPARI, 2014). Os dois jornais que permaneceram em circulação ao longo de todos os anos entre 1964 e 1985, por seu turno, foram o Diário de Pernambuco e o Diário da Manhã, e dos quais oriunda as matérias, artigos e reportagens aqui analisados.

Fundado em 16 de abril de 1927 por Carlos de Lima Cavalcanti[7], o Diário da Manhã foi um periódico matutino predominantemente político cuja fundação, em 1927, remonta ao início dos movimentos que antecederam a chamada "República Velha", tornando-se ao longo dos anos referência de leitura para diversas lideranças políticas da Região Nordeste, conforme consta no site da Hemeroteca. Em seu histórico, o Diário da

[7] Político e jurista brasileiro, nascido em 18 de setembro de 1892 em Paudalho, Pernambuco, e falecido em 13 de fevereiro de 1982 em Recife, Pernambuco.

Manhã contribuiu com o movimento que resultou na Revolução de 1930, capitaneada por Getúlio Vargas, de quem Carlos de Lima Cavalcanti era simpatizante. Contudo, divergências políticas entre seu fundador e Vargas fez com que o Diário da Manhã se tornasse um veículo de oposição ao governo que se desenhava. Com o passar dos anos o jornal mudou de donos e sedes constantemente até que fechou entre os anos de 1950 e 1962. Em sua reabertura o periódico esteve sob a direção do jornalista Heleno Fonseca de Gouveia[8]. O jornal funciona até hoje.

A respeito do periódico Diário de Pernambuco, é um jornal publicado na cidade do Recife, capital de Pernambuco, e que também é o mais antigo periódico em circulação da América Latina. Fundado em 1825 pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão[9], começou suas publicações como um impresso de única folha em que constavam anúncios, achados e perdidos. Na década de 1960, o periódico adotou uma política de oposição ao governo de João Goulart, bem como apoiou o movimento político-militar de 31 de março de 1964 (TAVARES, 2022), que também depôs o governo Goulart e afastou o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes[10].

A seguir, o quadro 2, no entanto, nos oferece alguns dados a respeito do crescimento, em números, de menções sobre as pautas raciais, ainda que com o número reduzido de jornais. É possível perceber que entre os anos de 1964 e 1985, houve um significativo número de registros da questão racial enquanto tema tratado pelos jornais, somando, ao todo são 450 menções com os descritores estabelecidos. Os descritores "mulher negra", "movimento negro" e "negritude", especificamente, foram os mais expressivos nas ocorrências, o que, em um primeiro momento, revela a aparição destes debates na sociedade pernambucana.

Quadro 2 - Resultados das ocorrências observadas na pesquisa com os descritores

	mulher negra	feminismo negro	feminista negra	movimento negro	negritude	cecerne	frente negra pernambucana	encontro de negros do norte e nordeste	movimento negro do recife

[8] Jornalista pernambucano que permaneceu na direção do jornal até o ano de seu falecimento, em 2002
[9] Foi um tipógrafo e jornalista, nascido em 1798 no Rio de Janeiro e falecido em 1878.
[10] Advogado, economista e político brasileiro filiado ao Partido Socialista Brasileiro, nascido em 1916 e falecido em 2005. Seu mandato enquanto governador de Pernambuco foi marcado por políticas de caráter progressista, em que implementou projetos de desenvolvimento econômico e cultural, além de medidas que visavam a melhoria das condições dos trabalhadores, sobretudo dos meios rurais.

1964-1969	3	0	0	13	14	0	0	0	0
1970-1979	33	1	0	18	66	0	2	0	0
1980-1985	55	0	0	138	70	17	4	5	11
Total	**91**	**1**	**0**	**169**	**150**	**17**	**6**	**5**	**11**

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa nos jornais Diário de Pernambuco e Diário da Manhã (2023)

O quadro 2 também aponta para o dado de que as feministas negras[11] e o feminismo negro[12] – notadamente reconhecido por introduzir o recorte racial ao movimento feminista – no que se refere aos números, ainda não eram temas especificamente abordados pelos periódicos, o que revela que a temática específica das mulheres negras dentro do movimento feminista ainda não se constituía como assuntos relevantes para os jornais ou mesmo para as mulheres negras pernambucanas. Isto porque o movimento feminista tem suas origens não apenas por mulheres consideradas brancas, mas de classe média.[13] Entretanto, com o número de menções às mulheres negras nos periódicos, podemos inferir em um segundo momento que a temática da mulher negra era abordada em outros espaços para além daqueles ocupados pelo movimento feminista. Ainda que em menor número, as menções sobre associações fundadas por pessoas negras em Pernambuco – tal qual o Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE), a Frente Negra Pernambucana e o Movimento Negro do Recife – também passaram a circular nas páginas dos jornais entre as décadas de 1970 e 1980 no Estado.

[11] A primeira menção a uma feminista negra nos jornais pernambucanos, de acordo com a pesquisa, foi no ano de 1988, em uma entrevista com a feminista negra Inaldete Pinheiro de Andrade, uma das fundadoras do Movimento Negro em Pernambuco (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1988, p. 5).

[12] A única menção entre os anos de 1964 e 1985 ao feminismo negro diz respeito a uma edição do jornal Diário de Pernambuco (1977) que tratava de um espetáculo da Broadway protagonizado por mulheres negras.

[13] No Brasil, o movimento feminista ganhou novos contornos e maior notoriedade a partir da criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), uma organização, fundada em 1922, que teve um impacto significativo na promoção dos direitos das mulheres no país e na conquista do direito de voto feminino. Uma de suas principais lideranças foi a feminista Bertha Lutz que liderou campanhas e mobilizações para sensibilizar a sociedade sobre a importância da participação das mulheres na vida política e nas decisões do país.

Mediantes tais dados iniciais, percebe-se que, ainda que o feminismo negro não tenha sido tema relevante para os jornais da época, a mulher negra era assunto de artigos, reportagens e matérias desses periódicos. Restava-nos compreender como suas pautas eram debatidas nessas publicações e se o movimento negro era um dos mobilizadores dessa visibilidade nos periódicos e em que tipo de periódicos. Passada a primeira etapa, seguimos para a segunda, de caráter mais seletivo, em que fizemos a escolha das matérias que constituíram o *corpus* documental aqui analisado e que revelaria, de fato as pautas procuradas. Dado o alto número de ocorrências na pesquisa com os descritores, estabelecemos critérios de inclusão e exclusão de matérias, artigos, anúncios e reportagens para afunilar os resultados e realizar a análise.

Quantos aos critérios de inclusão das publicações, foram eles: a) pautas sobre os movimentos negros que abordassem as mulheres negras; b) matérias, artigos, anúncios e reportagens protagonizados por mulheres negras ligadas ao movimento negro e que tratassem das pautas femininas negras; c) pautas raciais presentes nos periódicos que incluíssem de alguma forma a mulher negra em sua abordagem; d) matérias, artigos e reportagens que abordassem eventos e seminários criados pelos movimentos negros que tivessem como uma de suas pautas a questão da mulher negra. A respeito dos critérios de exclusão, estes foram: a) pautas sobre o movimento negro que não incluíssem a mulher negra; b) matérias, artigos, anúncios e reportagens que tratassem de pautas raciais e que não envolvessem mulheres negras; c) notícias que citassem fenótipos das mulheres negras apenas como descritores de vítimas de crimes que não tivessem como mote a questão racial; d) pautas sobre eventos e seminários criados pelos movimentos negros que não tivessem como um de seus assuntos a mulher negra.

Mediante os critérios de inclusão e exclusão dos materiais contidos nos periódicos, nota-se que as matérias, as reportagens e os artigos selecionados visaram mapear como, em Pernambuco, as pautas das mulheres negras eram evidenciadas pelos movimentos negros. Assim como pode ser percebido no quadro 3, das 450 ocorrências com os descritores, selecionamos inicialmente 49 entre matérias, artigos e reportagens que, de algum modo, tratassem do que fora delimitado como foco das análises.

Quadro 3 - Resultados das ocorrências observadas e das matérias selecionadas

Descritor	Nº de ocorrências	Nº de seleções	Jornais

mulher negra	91	24	Diário de Pernambuco
feminismo negro	1	0	Diário de Pernambuco
feminista negra	0	0	-
movimento negro	169	6	Diário de Pernambuco
Negritude	150	4	Diário de Pernambuco
Cecerne	17	9	Diário de Pernambuco e Diário da Manhã
frente negra pernambucana	6	0	-
encontro de negros do norte e nordeste	5	3	Diário de Pernambuco
movimento negro do recife	11	3	Diário de Pernambuco
Total	450	49	-

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Deste primeiro levantamento, selecionamos 26 matérias, reportagens anúncios e artigos a serem efetivamente analisados. Como já apontamos, o feminismo negro ainda não era, entre os anos de 1964 e 1985, tema abordado pelos jornais pernambucanos, ainda que as menções ao feminismo e às feministas[14] ultrapassam em muito os números até aqui apresentados, o que nos permite inferir que, ao menos no movimento feminista, as mulheres negras ainda não eram visibilizadas, contudo, as pautas dessas mulheres dentro do Movimento Negro de algum modo apareciam nas páginas dos periódicos. É preciso ressaltar que as mulheres, sobretudo a partir da década de 1970 – em que os movimentos negro e feminista experimentavam o aumento de seus debates e a visibilidade de suas pautas – foram gradativamente conquistando espaços de participação nas associações negras, ocupando cargos de liderança e introduzindo discussões que evidenciavam as particularidades da condição feminina negra. Como aponta Santos (2009, p. 277), ao estudar a presença e a ação política das organizações não governamentais (ONGs) de mulheres negras no Brasil.

> [...] as mulheres negras começaram a questionar sua participação junto ao movimento negro e a exigir papeis mais ativos no que se referia à luta política, contrapondo-se aos papéis subalternos e às tarefas domésticas, como cozinhar, limpar e secretariar, que eram destinados a elas nos eventos de encontros promovidos pelo movimento.

[14] Entre os anos de 1964 e 1985, a pesquisa com o termo “feminismo” na Hemeroteca soma 435 resultados. A pesquisa com o termo “feminista”, por seu turno, soma 950 resultados.

Como veremos por meio da análise das produções jornalísticas, os movimentos negros em Pernambuco – e as mulheres que dele participavam – acompanhavam esses debates. Desde a gênese do movimento no Estado, as mulheres foram partícipes de sua fundação e manutenção, o que reverberava na aparição do tema da mulher negra nos periódicos. Assim, ainda que de forma tímida, é perceptível através dos jornais que ativistas, centros, frentes e movimentos sociais negros pernambucanos participavam de congressos, reuniões e associações que tinham como uma de suas pautas a mulher negra, por vezes como denúncia de sua situação, mas também como exaltação à essas mulheres e seu papel na manutenção da cultura afro-brasileira, conforme veremos.

3. AS PAUTAS DAS MULHERES NEGRAS POR MEIO DA MÍDIA IMPRESSA

À redação do Diário de Pernambuco (1976), um senhor de nome Manuel Raposo Torres escreveu uma carta sobre a existência de uma estátua cuja história se apresentava duvidosa. Localizada em um dos canteiros da Praça Dr. Domingos Abreu Vasconcelos, no município de Nazaré da Mata, região da Zona da Mata de Pernambuco, a estátua era de uma mulher negra cujos braços estavam algemados. No pedestal da estátua, não constava qualquer informação que remetesse a origem daquela mulher que ali fora representada, contudo, o senhor Manuel informou ao Diário em sua carta que um orador popular, em uma festa pública da cidade, defendia que se tratava de uma mulher chamada Ana Rosa, tida pelo orador como "[...] escrava de um Senhor brutal e desumano, o que a levou a matá-lo. Fora condenada à morte e executada naquele mesmo lugar" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1976, p. 4). O senhor Manuel, no entanto, acreditava que Ana Rosa era escrava de um senhor solteiro que não aceitou quando este se casou, envenenando sua senhora e por isso condenada à morte e executada naquela mesma praça. A carta dizia ser a estátua "[...] um atentado a sociedade nazarena e desrespeito à Justiça da época" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1976, p. 4).

Ainda que não se saiba se a estátua era de uma escravizada torturada ou de uma escravizada criminosa, é preciso ressaltar que se tratava de uma mulher negra, representada por ter sido morta em praça pública nos tempos da escravização – presente no monumento através das correntes que pendiam dos braços da mulher – do povo negro no Brasil. É válido ressaltar ainda que "[...] o patrimônio nacional foi construído sob a

égide da colonialidade", visto que é comum encontrar estátuas, escolas, avenidas, dentre outros monumentos que visam homenagear personalidades como, por exemplo, Duque de Caxias, Pedro Álvares Cabral e Borba Gato, ao passo que não encontramos com a mesma facilidade celebrações de figuras a exemplo de Zumbi e menos ainda às figuras negras femininas, tais como Dandara dos Palmares e Maria Felipa (FREITAS, 2021, p. 84).

Nesse sentido, tal estátua pode ser interpretada como expressão artística que buscava, de certo modo, transmitir as experiências dolorosas e desumanizadoras enfrentadas pelas mulheres escravizadas. Contudo, ainda que pareça destacar a resiliência e a luta desses seres femininos em face do poder e da exploração a que foram submetidos, é de fundamental importância reconhecer que essa representação visual pode resguardar limitações, tendo em vista que focaliza somente um aspecto específico da experiência histórica das mulheres negras. Se "contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo" (BENJAMIN, 1987, p. 202) a existência da estátua da escravizada, no entanto, demonstra que mesmo diante de monumentos que homenageavam – e ainda homenageiam – figuras brancas e escravocratas, tínhamos também iniciativas que, ressalvadas as temporalidades distintas das homenagens, visavam, de certo modo, contar outras histórias e ir de encontro às celebrações deste passado colonial, se valendo, ainda que de forma escabreada, de figuras femininas em meio a um período que, segundo Schwarcz e Starling (2015) celebrava a diversidade e a integração entre as raças, mascarando as mazelas que atingiam, sobretudo, a população feminina negra.

A pesquisa documental realizada na Hemeroteca dá conta de um cenário semelhante no que diz respeito ao tratamento do movimento negro às pautas das mulheres negras. As matérias, artigos e anúncios aqui selecionados desvelam um clima social em que as demandas específicas das mulheres demarcadas racialmente começavam a despontar no âmago dos movimentos negros e que Pernambuco seguiu essa tendência. Em edição do jornal Diário de Pernambuco (1977), por exemplo, o articulista Amaury Pedrosa da redação teceu suas opiniões a respeito de algumas teses defendidas pelo ativista negro Abdias Nascimento[15] que, segundo o articulista, pouco inovavam no que

[15] Nascido em 1914, Abdias Nascimento foi um ativista, poeta, ator, dramaturgo e artista visual que lutou pelos direitos do povo negro no Brasil. Sua importância para a arte afro-brasileira tem na criação do Teatro Experimental do Negro um dos seus exemplos, sendo também autor de obras em que denunciou o racismo,

tange a questão racial no Brasil se comparado às obras do brasilianista Thomas Skidmore[16]. Para Amaury Pedrosa, Abdias Nascimento "remoía" as mesmas proposições de Skidmore, a exemplo do embranquecimento premeditado da população negra e a inexistência de diplomatas brasileiros negros.

Amaury Pedrosa, ao que indica seu artigo de opinião, contestava as teses de Abdias Nascimento e Thomas Skidmore, bem como considerava que a população recifense, e por extensão toda sociedade brasileira, se mostrava avessa a casos de discriminação racial. Ou seja, é perceptível que o articulista considerava os estudos dos autores citados como posicionamentos radicais que contradiziam a real postura dos brasileiros face aos problemas de ordem racial no país, o que em muito coadunava com o clima de falsa democracia racial em que o período do Regime Civil-Militar estava imerso[17]. Contudo, uma análise mais detida do artigo de opinião em questão desvela que a exploração sexual da mulher negra era um dos temas comuns aos dois estudiosos. Segundo o articulista, ambos os escritores afirmavam que havia em terras brasileiras a exportação das "mulatas" como produto nacional, bem como uma exploração sexual da mulher negra pelo homem branco "que lhe oferece amor, mas, lhe escamoteia posição de dignidade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977, p. 11). Por meio da opinião de Amaury Pedrosa é possível apontar que ativistas e estudiosos negros brasileiros, a exemplo de Abdias Nascimento, denunciavam já na década de 1970 as opressões a que eram submetidas as mulheres negras, o que de certa forma rompia com os laços da integração racial e evidenciava, resguardadas as devidas proporções, o recorte de gênero dentro da pauta racial.

Poucos anos depois, em entrevista cedida ao Diário de Pernambuco (1980a), o próprio Abdias Nascimento se valeu da imprensa pernambucana para expor o racismo a que estava submetida a população negra brasileira e em seu livro não obliterou em falar da mulher negra. Vindo a Recife, a convite de membros de associações negras no Estado

a exemplo de "Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado". Faleceu no Rio de Janeiro aos 97 anos.

[16] Thomas Skidmore foi um historiador brasilianista nascido nos Estados Unidos no ano de 1932. Duas de suas principais obras são "Brasil: de Getúlio a Castelo" e "Brasil: de Castelo a Tancredo". Faleceu em 2016, aos 83 anos.

[17] O chamado "mito da democracia racial" é uma ideia que se popularizou no Brasil, sobretudo ao longo do século XX, que propunha ser o país caracterizado pela harmoniosa convivência entre diferentes grupos étnicos, principalmente brancos e negros, e que o racismo e a discriminação não seriam problemas relevantes para a sociedade brasileira.

para lançamento de seu livro "O quilombismo", o líder negro mostrava-se temeroso de encontrar em Pernambuco "[...] possíveis reações ferozes ao movimento lançado por ele em São Paulo" e que agora se alastrava por todo o país (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980, p. 3). Abdias Nascimento, ao contrário do que diziam suas expectativas, teve uma recepção positiva em Pernambuco, onde dialogou com intelectuais e estudantes, participou de programas de rádio e TV, bem como prestou declarações à imprensa escrita, inclusive ao Diário.

Como bem aponta a citada publicação, as ideias "radicais" de Abdias do Nascimento não "chocaram" a opinião pública porque "[...] em Pernambuco, estava se enraizando um movimento solidário e paralelo ao seu, de conscientização do negro e de luta por sua valorização" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980, p. 3). A publicação se tratava justamente de uma entrevista fruto da gravação do depoimento de Abdias Nascimento para o Departamento de Pesquisa do Diário de Pernambuco em que, para além da divulgação da obra "O quilombismo", o líder negro tratou das dificuldades de ser negro mesmo em um país onde a maioria descende de africanos, assim como do crescimento de associações e movimentos negros no Brasil. É perceptível com isso que na década de 1980 o clima social do Diário mostrava-se receptivo ao movimento negro e seus militantes. Mais do que isso, havia certa movimentação de membros do movimento negro recifense em dialogar e divulgar no Estado obras que tratavam das pautas específicas da população negra, obras estas que evidenciavam também a mulher negra.

O mesmo Diário de Pernambuco (1980a), em uma matéria publicada no dia 13 de Maio, ao entrevistar Sylvio Ferreira[18], à época presidente do Centro de Cultura Afro-brasileiro em Pernambuco[19], o CECERNE, afirmava que o negro ainda não havia sido liberto, pelo contrário, o sociólogo pernambucano afirmava que o negro havia passado "[...] da exploração do regime escravocrata para a da exploração pelo regime capitalista" em pleno regime de exceção, e que "o negro com o seu suor construiu o Brasil, e é o que menos usufrui dele". Assim, Sylvio Ferreira ia de encontro ao mito da democracia racial que ainda sustentava o Regime Civil-Militar e, ao falar da miscigenação, o sociólogo

[18] Sylvio Ferreira, nascido em Olinda, em 1953, é psicólogo e professor da Universidade Federal de Pernambuco. Foi também o criador e presidente do CECERNE até 1980.
[19] Criado em 1979, o CECERNE surgiu da necessidade das negras e negros pernambucanos de discutirem a questão racial no Estado. Surgiu inspirado no Instituto de Pesquisa e Cultura Negra, criado em 1975 no Rio de Janeiro e no Movimento Negro Unificado, em São Paulo.

apontava que essa se configurava não como um meio de integração entre as raças, mas como modo de diluição da cultura negra, dado que irá se repetir em outras edições do mesmo periódico, conforme veremos. De acordo com o sociólogo a mulher negra, neste interim, era tratada como objeto de prazer do homem branco, enquanto o homem negro se valia da mulher branca como forma de ascender socialmente. Assim, a mulher negra, explorada pelo homem branco e escamoteada pelo homem negro, se encontrava em uma posição de sexualização e subalternidade ainda pouco denunciada.

Também no Diário de Pernambuco (1981a), uma matéria sobre Lélia Gonzalez abordava como a socióloga contestava a tese de que o Brasil era uma sociedade interracial perfeita e a mulher negra, nesse sentido, foi bastante evidenciada. Segundo Gonzalez, as mulheres negras têm sido, ao longo da história, "[...] um sustentáculo que permitiu a sobrevivência e a permanência da cultura negra dentro do País", e que dentro do movimento negro, elas se configuravam como um setor muito forte (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1981, p. 10). Segundo a matéria do jornal pernambucano, a mulher negra sofria uma tripla discriminação que se caracterizava por ser racial, social e sexual, ocupando posições de trabalho mais baixas, a exemplo do trabalho doméstico, sem a garantia de direitos trabalhistas. Lélia Gonzalez foi incisiva ao afirmar em 1981 que nos últimos 18 anos de "governo discricionário, em que se 'consolidou' no País a presença das multinacionais na economia", o que restou à mulher negra foi a posição de "mulata", em que o corpo dela era visto como mercadoria que conferia lucro ao homem branco que a explora.

> Como sempre, o corpo da mulher é que é explorado como mercadoria, portadora de lucros. No fenômeno da mulata, temos mais uma vez a exploração da produção cultural negra por parte das classes dominantes, tornando-se fonte de lucro de um lado. E, por outro, mantendo o povo negro numa situação de alienação. Como exemplo disso, basta olharmos o que vem ocorrendo em relação às escolas de samba forte (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1981, p. 10).

O tom "educativo" da matéria fica evidente se considerarmos o caderno, intitulado "Educação", em que estava localizada. As duas últimas matérias aqui citadas revelam ainda o interesse da redação do periódico em trazer aos seus leitores as pautas raciais, evidenciando, nessa linha de pensamento, a problemática da mulher negra que tem seu corpo explorado ora no campo do trabalho, ora no campo sexual. Tem-se como exemplo também outro artigo publicado no Diário de Pernambuco (1978a), que ao tratar de um estudo realizado sobre a mulher brasileira – mais precisamente sobre o livro intitulado "A

Mulher na América Latina: uma história"[20], de June Hahner – trouxe a opinião de uma jornalista argentina, Nice Rissona, que afirmou ao jornal as desvantagens de ser mulher e negra no Brasil, que "[...] já deu provas históricas de ser uma ampla desvantagem: as negras continuam a ocupar posições mais baixas na sociedade" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978a, p. 3).

Em outras matérias é perceptível que, para além da postura receptiva do jornal de tratar da questão racial e trazer para o debate o recorte de gênero, há também um posicionamento do próprio Movimento Negro recifense de tratar da condição da mulher negra dentro do movimento. Em matéria intitulada "'Movimento' lança hoje, na Unicap, 'Lugar Negro'" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1982b), por exemplo, é possível inferir – através da publicação que tratava do lançamento do livro "Lugar de Negro" da autora Lélia Gonzalez – que o Movimento Negro pernambucano buscava fomentar o diálogo com escritores, pesquisadores e líderes do Movimento Negro a nível nacional, o que demonstra, de certo modo, tanto a expansão do Movimento Negro no Brasil, quanto a iniciativa da célula pernambucana do Movimento em dialogar com o que estava sendo produzido no campo das relações raciais. Também por meio desse diálogo com autores negros nacionais, tais quais os já citados Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez – que não se isentavam de tratarem da condição da mulher negra brasileira em seus estudos – paulatinamente o recorte de gênero dentro da questão racial ganhava relevância no seio do Movimento Negro pernambucano.

O artigo de título "Magistratura pernambucana: proibida para mulheres" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978b) já nos revela inicialmente seu teor, ao tratar da ausência de mulheres no Tribunal de Justiça de Pernambuco, entretanto, também foi pontuado pelo periódico que, para além da pobreza, o fator racial tornava a jornada até os postos da magistratura ainda mais problemática. Cenário análogo reaparece em outra edição do Diário de Pernambuco (1984a, p. 17) em que uma vereadora do Estado, a senhora Edna Santos (PMDB), reiterou as denúncias do presidente do Sindicato dos Bancários, à época o senhor Severino Hélio, sobre "[...] a existência de preconceitos racial e sexual na seleção de pessoal para trabalhar em bancos". Tal ênfase em trazer o fator

[20] "A Mulher na América Latina: Uma História" é um livro escrito por June Edith Hahner e publicado em 1976. Hahner examina a história das mulheres na América Latina, tecendo uma análise das questões de gênero na região, explorando tanto os aspectos culturais e sociais quanto os políticos e econômicos.

racial para os episódios em questão nos permite inferir que a pretensa democracia racial, característica do Regime Civil-Militar como já pontuamos, era debatida inclusive nos postos da magistratura e em postos de trabalhos considerados mais elevados. A vereadora, mulher negra, denunciou ainda o preconceito velado que transparece no comportamento das pessoas diante de mulheres negras que rompeu as barreiras de caráter socioeconômico, o que se revela como fruto do preconceito que delega a elas os postos de trabalho estritamente domésticos.

Em outra matéria, de título "Assessor preocupado com posição da mulher negra na sociedade" o periódico trouxe também a preocupação do assessor para Assuntos Afro-Brasileiros do Ministério da Cultura, à época o advogado e ativista Carlos Moura, a respeito do lugar ocupado pela mulher negra na sociedade. Segundo o periódico, o assessor reafirmou a questão da dupla discriminação da mulher negra que sofre preconceito pela raça e pelo gênero, bem como a marginalização por ela sofrida no campo escolar e do trabalho (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1985a). Conforme relatou o assessor,

> [...] as oportunidades crescem em razão do embranquecimento da pele [...] prova-se que 65% das mulheres brasileiras ganham, no máximo, dois salários mínimos. Aproximadamente 32,1% da força de trabalho feminina estão subempregadas e 21% trabalham mais de 50 horas semanais. No conjunto geral, apenas, 7% das mulheres ocupam cargos e salários altos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1985a, p. 12).

Com isso, é preciso enfatizar que o leitor do Diário de Pernambuco tinha a seu dispor artigos, matérias e reportagens que buscavam evidenciar a dupla discriminação da mulher negra também nos cargos de poder e em postos de trabalho que geravam maior poder aquisitivo. Em matéria extensa sobre o racismo nas escolas intitulada "Racismo – um preconceito que chega às escolas", o Diário de Pernambuco (1980b) tratou também de citar os estereótipos que cercavam as mulheres negras e a falta de variedade dos brinquedos com visões positivas e não estereotipadas para a população afro-brasileira.

É possível notar ainda que o Diário se volta para a recorrência do tratamento da mulher negra sempre como empregada doméstica nos jogos educativos, afirmando ainda que o elemento negro, nos programas de televisão, aparecia em "número reduzidíssimo e colocado como personagem engraçado ou de nível intelectual inferior" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980b, p. 1). Percebe-se, com isso, que havia na redação do periódico certa atenção para a causa racial e que a mulher negra era tida como alvo de estereótipos,

preconceitos e marginalizações, assim como a noção de que a figura feminina negra, sobretudo no processo de abolição, fora apagada das narrativas históricas, elementos que reverberavam na questão racial dentro dos espaços escolares.

Em outra matéria de título "Negro é quem mais tenta o suicídio, segundo legistas", o Diário de Pernambuco (1980c), ao tratar das taxas de suicídio segundo estudiosos, deixou evidente para seus leitores que eram mais altas entre a população de cor negra. Ao abordar os estigmas étnico-raciais e de gênero, a edição não obliterou em trazer a pauta a miscigenação como produto vendido ao mundo pelo Brasil e da condição da mulher negra nesse processo. De acordo com a opinião dos legistas trazida ao jornal:

> — O Brasil, herdeiro de Portugal, mantendo uma estrutura patriarcal de família, fez a mulher negra pagar o preço dessa herança, por sua condição econômica-social e seu total desamparo, tornando-a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco [...] o fruto desse cruzamento de sangue, único produto brasileiro de exportação (mulata), recebe um tratamento extremamente degradante, sujo e desrespeitoso. Um velho ditado atravessa barreiras seculares: "branca para casar; negra para trabalhar; mulata para fornicar" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980c, p. 13).

Como já pontuamos, é perceptível ainda que a miscigenação – tão bem quista pelo governo civil-militar – nem sempre era bem-vista no caso pernambucano, visto que por vezes era avaliada como "calculada estratégia" de apagamento da população negra (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980, p. 13). No breve artigo, intitulado "Negro Hoje" que trata sobre programas televisivos envolvendo a cultura negra, o Diário de Pernambuco (1981b) voltou a tratar do corpo da mulher negra, dessa vez abordando a hipersexualização desses sujeitos femininos. No artigo é denotada ainda as constantes denúncias do MNU sobre como a imagem da mulher negra, lida como "mulata", era vendida externamente e como isso fomentava o turismo brasileiro. Assim, é possível inferir que, ainda que não cite diretamente o movimento negro, havia receptividade da redação do periódico às pautas específicas das pessoas negras e que a mulher demarcada racialmente pouco a pouco se tornava objetos desses debates.

A divulgação das pautas raciais, bem como o recorte de gênero dentro dos debates raciais, nos periódicos de grande circulação em Pernambuco, partia também do próprio Movimento Negro no Estado. O CECERNE, em edição do Diário de Pernambuco (1980d, p. 3), ao divulgar suas ações, cita os minicursos ofertados pelo centro que tinham como intuito "[...] informar e debater a história do negro em seus mais variados aspectos". As temáticas versavam sobre "A história do continente africano", "Aspectos econômicos da

escravatura", "Tradição de luta dos Negros", "O porquê do preconceito racial" e "A mulher negra". Elas eram também maioria na direção do Centro, como pode ser percebido através de outra edição do jornal Diário de Pernambuco (1980e), visto que entre os 6 componentes da diretoria à época – segundo o periódico, Sylvio Ferreira (presidente), Margarida Barbosa (vice-presidente), Maria Nogueira (primeira secretária), Josué Honório (segundo secretário), Inaldete Andrade (tesoureira) e Wanda Chase (Relações públicas) – 4 eram mulheres, ocupando, inclusive, cargos de vice-presidência e tesouraria, e sendo ao menos uma delas, declaradamente feminista: Inaldete Andrade[21].

Essas mulheres, a exemplo da jornalista Wanda Chase[22], representavam também o Movimento Negro Unificado (MNU) do Estado em congressos, encontros e palestras promovidos nacionalmente por movimentos sociais negros. Como a própria jornalista, algumas cediam entrevistas aos jornais pernambucanos tratando justamente das pautas de gênero dentro da questão racial, evidenciando ainda o comportamento da própria mídia em branquear sujeitos negros que ascendem socialmente (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1982b; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1982c). A jornalista cita o caso da primeira senadora[23] do Acre, uma mulher negra, e da primeira mulher negra[24] que entrou para o Itamaraty, e que tal qual acontece com outros negros que ascendem socialmente, ambas foram branqueadas pela mídia impressa. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1982c). Como consta em outra edição do Diário de Pernambuco (1981c) Inaldete Pinheiro foi uma das coordenadoras do I Encontro de Negros do Norte e Nordeste, o que demonstra a participação ativa dessas mulheres no movimento social negro em Pernambuco. Além dos cargos de poder dentro das associações protagonizadas por pessoas negras no Estado, elas criavam grupos de teatros, como o intitulado Abibimam, que teve como um de seus

[21] Inaldete Pinheiro de Andrade nasceu em 1946, na cidade de Parnamirim-RN. Mudou-se para a cidade do Recife ainda jovem, onde cursou Graduação em Enfermagem e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Desde jovem participa ativamente de ações em prol da igualdade racial. Foi uma das fundadoras do Movimento Negro em Pernambuco.

[22] Wanda Chase é jornalista, graduada pela Universidade Federal do Amazonas. Mudou-se para a cidade do Recife também muito jovem e atuou como repórter, produtora, editora, apresentadora e comentarista em várias emissoras de televisão e jornais do Norte-Nordeste. Também foi uma das fundadoras do Movimento Negro em Pernambuco.

[23] Ainda que Wanda Chase não cite diretamente o nome da senadora, tudo indica que se trata de Laélia Contreiras Agra de Alcântara (1923-2055), médica e política brasileira, eleita a primeira mulher negra a exercer tal mandato.

[24] Wanda Chase também não cita diretamente o nome da primeira mulher negra a ser diplomada pelo Itamaraty, contudo, parece se tratar de Mônica de Veyrac (1957-1985), nomeada Terceira-Secretária da carreira de diplomata em 19801, tornando-se aos 22 anos de idade a primeira diplomata negra do Brasil

criadores a própria Wanda Chase (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1984b), assim como participavam dos elencos das peças promovidas sobre a população e cultura negras (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1983), a exemplo da peça denominada "O conto da Abolição", autoria de um dos membros do Abibiman, de nome, encenada pelo grupo teatral inclusive em escola pernambucanas e na Câmara de Vereadores do Recife

É preciso destacar que dentro dessas associações, muitas mulheres, por vezes protagonistas em suas criações e fundações, foram as responsáveis por introduzir os debates sobre gênero e condição da mulher negra. Como bem aponta Lima e Guillen (2021, p. 38),

> [...] as questões de gênero também emergiram, e houve nesses grupos a necessidade de muitas mulheres, a exemplo de Inaldete, Martha Rosa, Rosilene, Wanda e Telma Chase promoverem discussões sobre discriminação sexual, pautando também a discussão sobre a mulher negra, em seus discursos apontadas como duplamente discriminadas. Muitas dessas militantes estiveram também presentes na formação de grupos feministas, ou mesmo promoveram a formação de grupos de discussão de gênero dentro dos movimentos sociais negros.

Em nosso mapeamento, foi possível atentar também para o dado de que o CECERNE, buscava promover releituras a respeito do 13 de maio, comumente associado a imagem de uma concessão da Princesa Isabel ao povo negro. As edições mostram que o CECERNE buscava ainda integrar outras associações protagonizadas por pessoas negras no Estado, a exemplo dos Afoxés[25], à essas solenidades. Se valendo da figura feminina da mãe de cor preta, buscou divulgar em edição do Diário da Manhã (1984) e em outras do Diário de Pernambuco (1984c; 1984d; 1984e; 1984f), para além das ações que desenvolveu em comemoração ao 13 de Maio, iniciativas que visavam o tombamento de baobás[26] e a ereção de monumentos votivos à população negra, sobretudo às mulheres de cor preta que embalaram gerações brancas e que representavam a dívida da população brasileira à sua parcela negra, dívida esta que, segundo o Centro, passaria a ser cobrada.

É válido apontar baseando-se em edições do Diário de Pernambuco (1982e; 1984g; 1982f; 1984g) que, para além do CECERNE, o Movimento Negro em Pernambuco participava ativamente de iniciativas que tinham como motes as pautas das mulheres negras dentro dos movimentos sociais negros ao redor do país, chegando

[25] Afoxé diz respeito, em Pernambuco, assim como em outros estados do nordeste, a um ritmo musical.
[26] O baobá é considerado uma árvore sagrada em muitas culturas africanas, sobretudo porque representam a conexão entre o mundo sobrenatural e o mundo material.

inclusive a promovê-las no Estado. É possível elencar também, a partir dessas edições, que militantes do Movimento Negro do Recife participaram de eventos como as edições do Encontro de Negros do Norte e Nordeste, em que discutiram "O problema da mulher negra" (DIÁRIO DE PENRNAMBUCO, 1982e) e "a discriminação da mulher negra e da empregada doméstica" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1984g), o que desvela a preocupação desses encontros em evidenciar as mulheres negras nas esferas social e econômica e que o movimento negro no Estado estava imerso nessas discussões. Em anúncio intitulado "Mulher Negra" de 1982, o periódico Diário de Pernambuco ressalta a participação de Wanda Chase, representando o Movimento Negro do Recife, no Encontro Nacional Afro-brasileiro, dando ênfase ao fato de que no Encontro, o tema "Mulher Negra: tripla discriminação" seria amplamente discutido (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1982f). Sobre o MNU, especificamente, é válido apontar que os anos de 1970, em que o movimento despontou, foram marcados pelo recrudescimento de movimentos sociais, ao passo que também viu uma pluralidade de manifestações culturais a nível nacional.

> Nessa década o MNU (Movimento Negro Unificado) surge a partir da união de uma série de outros movimentos negros, quase todos de caráter regional. [...] Não há como se pensar os movimentos negros fora desse contexto nacional, em que a luta pela redemocratização dá o tom das questões políticas [...] O MNU, nesse processo, dá corpo à campanha de questionamento do dia 13 de maio como marco na história dos negros e negras brasileiros, processo este que culminou com a reivindicação de que o 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, fosse considerado o dia da consciência negra. Todos os aspectos culturais sofreram o impacto dessas mudanças, não é demais ressaltar (LIMA e GUILLEN, 2021, p. 17).

Como pontuamos, ações como aquelas promovidas pelo CERCENE buscavam questionar o "13 de maio" como algo cedido pela Princesa Isabel, buscando, nesse interim, destacar a participação da população negra no processo de abolição. E assim como ocorria em âmbito nacional, os de 1970 e 1980 assistiram também a uma campanha que visava positivar figuras negras, a exemplo de Zumbi dos Palmares, bem como desenvolver ações, eventos e encontros que tinham como principal intuito discutir aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos voltados a população de cor preta no Brasil. Assim, militantes do Movimento Negro do Recife participaram também do V Congresso do Movimento Negro Unificado em que foi tratado o tema da esterilização da mulher negra, conforme o trecho transcrito abaixo.

> [...] as mulheres de São Paulo denunciaram a distribuição do Dispositivo Intrauterino sem nenhuma assistência médica ocasionando hemorragias a até o câncer. O DIU é distribuído com as comunidades carentes, que nada mais são que os negros que estão lá nas favelas. "É importante que se diga", asseguram as mulheres negras, que esta é mais uma forma de tornar infértil a mulher negra como, também, barrar o crescimento da comunidade negra através do controle da natalidade. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1984g).

Com isso, percebe-se que as matérias, anúncios, artigos e reportagens aqui elencadas corroboram com a afirmação de que os movimentos sociais negros, associações e centros protagonizados por pessoas negras em Pernambuco, se valiam, ainda que de forma tímida, da mídia impressa para divulgar suas ações, algumas delas voltadas para o estudo e denúncia da condição da mulher negra, bem como à exaltação da mulher negra como componente essencial da preservação da cultura afro-brasileira. Exploração do corpo, miscigenação, marginalização, afetividades, postos de trabalho, racismo, esterilização forçada, bem como discriminação racial e de gênero, trabalho e salário se configuravam como as principais pautas debatidas quando se tratava das mulheres negras entre os anos do Regime. Nesse sentido, é válido destacar que, em Pernambuco, elas encabeçaram os movimentos sociais protagonizados por pessoas negras no sentido de debater as questões raciais em um Brasil que estava imerso no mito da democracia racial, que velava seu racismo e exportava uma suposta harmonia entre as raças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento aqui empreendido nos permite apontar que das 450 menções a população negra brasileira obtidas com os descritores em nossa pesquisa, salvo as menções que apareceram em mais de um descritor, apenas 26 tratavam diretamente da condição da mulher afro-brasileira. Mais do que isso, é preciso ressaltar que dessas 26 menções, 16 estavam ligadas diretamente aos movimentos sociais negros em Pernambuco durante o período aqui recortado. Os números apontam que nos anos de 1960 os debates sobre as mulheres negras e suas pautas ainda não estavam consolidados em terras pernambucanas, contudo, é perceptível a aparição dessas pautas na segunda metade da década de 1970 e, sobretudo, ao longo dos anos de 1980, com a criação de centros de estudos e promoção da cultura negra no Estado, encontros e congressos dos movimentos negros, e grupos teatrais, todos protagonizados por mulheres negras, há que se ressaltar.

Este estudo revela que as discussões atuais de movimentos como o próprio feminismo negro encontram raízes naquelas produzidas pelas mulheres negras na época

do Regime Civil-Militar. Nomes como o da socióloga Lélia Gonzalez, e de pernambucanas como Wanda Chase e Inaldete Andrade, demonstram que esses sujeitos femininos, ainda que diante de uma sociedade androcêntrica e racista, se colocaram em posição de resistência e fizeram de suas experiências o mote para lutarem por um país mais justo e igualitário para a população afro-brasileira. Além disso, o Regime Civil-Militar se fazia presente e buscava investigar, cercear e perseguir militantes negros que ameaçavam a ordem – nem aparentemente perfeita – da harmonia racial vendida do Brasil.

Seus corpos erotizados e explorados, suas mentes consideradas inferiores e seus afetos marginalizados foram se tornando ao longo dos anos de chumbo motivos de discussões e de posturas combativas entre estudiosos e militantes. É possível pontuar que tal cenário foi endossado pelo fim da prevalência dos Atos Inconstitucionais (AI's), especialmente o AI-5, caracterizado por permitir que o governo executivo cassasse mandatos legislativos, executivos, federais, estaduais e municipais, bem como suspendesse os direitos políticos dos cidadãos. Durante o processo de abertura política no Brasil, que ocorreu a partir do final da década de 1970 até meados da década de 1980, também diversos movimentos sociais emergiram e ganharam força, tal qual o movimento negro que desempenhou – e ainda hoje desempenha – um papel crucial na pressão por mudanças democráticas, na ampliação dos direitos civis e na reivindicação por justiça social.

Em Pernambuco, mais precisamente, é perceptível que a mídia impressa ao menos o Diário de Pernambuco buscava se imiscuir nos debates a respeito da situação da mulher negra brasileira, buscando, por vezes, "educar" os leitores para uma formação voltada às relações raciais. Talvez fruto da ordem do próprio Regime Civil-Militar? Ainda é uma questão a ser debatida, mas o que se pode apontar é que havia um clima social em Pernambuco que incitava os leitores dos periódicos a leitura de temas que há muito tempo encontravam-se escamoteados nas universidades, no movimento feminista e, durante algum tempo, no próprio movimento negro. O movimento negro, em particular, e as mulheres que dele eram partícipes, a partir dos anos de 1970, se tornaram responsáveis pelo crescimento dessas discussões.

É preciso, no entanto, reafirmar que esta pesquisa teve o caráter preliminar e tomou como ponto de partida os jornais de maior circulação no Estado, sendo necessária a investigação de periódicos produzidos pela própria população negra e para a população

negra em Pernambuco, dentro e fora do período aqui estudado, como é o caso dos jornais Angola (1981), do Centro de Cultura Afro-Brasileira; Negritude (1986), do Movimento Negro Unificado de Pernambuco; Negração (1988), do Afoxé Alafin Oyó; Djumbay (1992), da Djumbay e Omnira (1993), também do Movimento Negro Unificado de Pernambuco. A aparição das pautas dessas mulheres no escopo dos discursos consolidados dentro e fora do movimento negro como resultado de uma luta da qual as mulheres negras se fizeram protagonistas. Suas dores se transpuseram em lutas, lutas que até hoje se ramificam e se frutificam.

5. REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n.2, 1995. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462. Acesso em: 15 set. 2023.

BARBOSA, Cibele. Imagens afro-atlânticas: usos e circuitos transnacionais da fotografia de populações negras nos tempos do colonialismo. **Revista Tempo**. Niterói. v.27, n.3, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/R3GDk4c8fjwJTrVZLnw6vKw/abstract/?lang=pt. Acesso em: 4 set. 2023.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2011. Disponível em http://arquivo.geledes.org.br/emdebate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-ofeminismo-a-situacao-da-mulher-negra-naamerica-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-degenero. Acesso em: 25 abr. 2023.

COLLING, A. M. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPSIS**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 370–383, 2015. DOI: 10.5216/o.v15i2.33836. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/33836. Acesso em: 5 ago. 2023.

COLLING, Ana Maria. Vozes silenciadas: a ditadura brasileira e as mulheres: Dossier "Ditadura Militar no Brasil". **Contenciosa**, *[S. l.]*, n. 8, 2018. DOI: 10.14409/contenciosa.v0i8.8591. Disponível em:

https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Contenciosa/article/view/8591.Acesso em: 5 ago. 2023.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história da mulher no brasil de 1500 a 2000. 1ª ed. São Paulo, Planeta, 2020.

DIÁRIO DA MANHÃ: jornal diário. Ed. 510, 10 de maio. Recife, 1984.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 15, 16 de janeiro. Recife, 1976.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 156, 11 de junho. Recife, 1977.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 61, 5 de março. Recife, 1978a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 258, 22 de setembro. Recife, 1978b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 127, 13 de maio. Recife, 1980a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 63, 6 de março. Recife, 1980b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 280, 15 de outubro. Recife, 1980c.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 202, 28 de julho. Recife, 1980d.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 133, 19 de maio. Recife, 1980e.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 183, 8 de julho. Recife, 1981a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 159, 13 de junho. Recife, 1981b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 118, 3 de maio. Recife, 1982a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 201, 25 de julho. Recife, 1982b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 74, 18 de março. Recife, 1982c.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 258, 20 de setembro. Recife, 1982d.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 112, 27 de abril. Recife, 1982e.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 201, 25 de julho de 1982. Recife, 1982f.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 318, 19 de novembro. Recife, 1983.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 212, 5 de agosto. Recife, 1984a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 126, 1 de maio. Recife, 1984b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 127, 12 de maio. Recife, 1984c.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 262, 24 de setembro. Recife, 1984d.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 263, 25 de setembro. Recife, 1984e.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 266, 28 de setembro. Recife, 1984f.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 109, 23 de abril. Recife, 1984g.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 166, 18 de junho. Recife, 1985a.

FREITAS, André Luiz Ranucci. **Quebra das estátuas:** possibilidades de uma (re)escrita decolonial e pública da história. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Luiz Antônio Silva (Org.). Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos. Brasília: **Anpocs** (Ciência Sociais Hoje, 2), 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/40454/31497. Acesso em 13 set. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et. al.]. 5. ed. 4. reimp. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

LIMA, Ivaldo Marciano de França; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. (orgs). **Movimentos sociais negros em Pernambuco**: memória(s) e história(s). Recife: Editora UFPE, 2021.

MAUAD, Ana Maria. **Janelas que se abrem para o mundo**: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro. vol.10, n.12, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. In: **Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais: Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p.

275-288, jul./dez. 2009. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/9102. Acesso em: 11 set. 2023.

SANTOS, Alessandra Maria. **A interiorização da educação popular em Pernambuco (1956 a 1964):** Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul) e Caruaru (Agreste) (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SCHWARCZ, Lilia Schwarcz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHOLL, Camille Johann. Matriarcado e África: discursos na história acerca de poder político e gênero. In: FONSECA, Mariana Bracks.; OLIVEIRA, Fernanda Chamarello de. **África e suas relações de gênero.** Edições Áfricas, Rio de Janeiro, 2019, p. 155-184

TAVARES, Geovane Augusto da Costa. **"Questão de consciência":** Atuação da TFP em Pernambuco a partir das Páginas do Diario de Pernambuco (1960-1968). 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

Vestígios das primeiras iniciativas de filantropia e assistência à infância em Rio Branco (Acre) nas décadas de 1930 e 1940	Giane Lucélia Grotti Universidade Federal do Acre Juarez Tuchinski dos Anjos Universidade de Brasília

Resumo

O presente artigo tem por objetivo investigar os vestígios das primeiras iniciativas filantrópicas de assistência à infância na cidade de Rio Branco, capital do então Território do Acre, ocorridas entre as décadas de 1930 e 1940. Tomando por fonte o jornal "O Acre", nele são abordadas notícias das primeiras instituições criadas na capital para a assistência à infância: o Instituto de Amparo Social, a Instituição de Assistência Social Darcy Vargas e a Sociedade Plácido de Castro. Na falta de documentos produzidos pelas próprias instituições – até agora não localizados – o jornal fornece informações importantes sobre suas finalidades e iniciativas. Após a análise das ações de cada uma dessas instituições, as conclusões confirmam a hipótese de que, no período em tela, foi uma filantropia de caráter laico, com a participação feminina e com algum apoio do poder público, que caracterizou as primeiras iniciativas de assistência à infância levadas à cabo em Rio Branco.

Palavras-chave: Assistência à Infância; Estado Novo; Rio Branco; Acre.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

Traces of the first initiatives of philanthropy and assistance to children in Rio Branco (Acre), in the 1930s and 1940s	Giane Lucélia Grotti Universidade Federal do Acre Juarez Tuchinski dos Anjos Universidade de Brasília

Abstract

This paper is aimed at investigating traces of the first philanthropic initiatives for child care in the city of Rio Branco, capital of the Territory of Acre, occurred during the 1930s and 1940s. The newspaper "O Acre" was used as a source; it contains news about the first institutions created in the capital for child care: the Instituto de Amparo Social, the Instituição de Assistência Social Darcy Vargas, and the Sociedade Plácido de Castro. In the absence of documents produced by these institutions – not located so far – the newspaper provides important information about their purposes and initiatives. After an analysis of the actions carried out by each of these institutions, the conclusions confirm the hypothesis that in the studied period philanthropy had a secular nature, with female participation and with some support by the public authority, which characterized the first child care initiatives carried out in Rio Branco.

Keywords: Child care; Estado Novo; Rio Branco; Acre.

Introdução

O cenário que constituiu os anos de 1930-1940 quanto ao serviço de assistência à criança e à maternidade no Brasil partiu de um movimento anterior, que compôs o pensamento moderno em diversos países. A 1ª. Guerra Mundial produziu o aumento das doenças, epidemias, pobreza e outras mazelas. Nesse cenário, as crianças foram as mais atingidas pelos efeitos danosos dessa conjuntura, prejudicando o crescimento da sociedade. Isso porque a alta taxa de mortalidade entre elas era elevadíssima, agravada pela aceitação, quase consensual, do trabalho infantil, o que diminuía ainda mais sua expectativa de vida.

Esse fato, gradualmente, foi considerado um problema que comprometeria o futuro sob diversos aspectos. Conforme aponta Cristina Fonseca, diversos países passaram a criar leis e implementar medidas de proteção e amparo à infância e a maternidade. Para exemplificar o que ocorreu, a autora cita alguns países como a Polônia e a Iugoslávia que, a partir do início dos anos de 1920, definiram que o Estado deveria cuidar da infância e da maternidade e protegê-la (FONSECA, 1993). A autora destaca o Chile que, em 1921, "instalou um Conselho Superior de Proteção à Infância, responsabilizando-se por todos os problemas relativos à criança" (FONSECA, 1993, p. 100) e a Argentina "fundou a Diretoria de Eugenia" nesse mesmo período, a fim de "controlar a assistência infantil" (FONSECA, 1993).

Fonseca (1993) destaca, ainda, que, nos Estados Unidos, o governo, junto às instituições privadas de assistência social, se uniu ao Conselho Social de Obras Sociais para prestar auxílio às crianças e suas mães. No que se refere à Europa, especificamente à Alemanha, a autora afirma que as medidas de assistência e amparo às crianças, em 1930, se expandiram justamente devido ao agravamento dos problemas sociais decorrentes do contexto das Guerras, com "uma cobertura que abrangia 90% dos lactantes, 30% a 40% das crianças em período pré-escolar e 100% dos escolares". (FONSECA, 1993, p.100-101).

No Brasil republicano, as primeiras iniciativas quanto à assistência à criança e à mãe partiram de particulares, sem o apoio de entidades governamentais. Uma das ações pioneiras de destaque no campo da assistência foi a que o médico Carlos Arthur

Moncorvo Filho empreendeu na cidade do Rio de Janeiro, ao fundar o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), em 1899. Posteriormente, estimulou a criação de outras instituições de proteção e amparo à infância e à maternidade, como também, exerceu pressão o Estado assumir esse serviço de assistência. (FREIRE e LEONY, 201).

O Instituto que dirigiu tinha como objetivos:

> inspecionar, cuidar, regulamentar, fomentar, exercer, proteger e fundar aparatos capazes de coordenar um plano geral de assistência médica, filantrópica e educativa à infância e às famílias pobres. A orientação proposta por Moncorvo Filho para a instituição apoiava-se na ideia, corrente à época, de que a razão médica deveria prevalecer sobre as diversas formas de organização da cidade e dos indivíduos. (CAMARA, 2013, p. 61).

Outra ação desenvolvida por este Instituto foi a implantação dos lactários, chamados de Gotas de Leite[1]. Esta prática visou promover a distribuição de leite às crianças e fornecer orientação às mães e às amas sobre os benefícios de uma amamentação adequada.

A "causa da infância", segundo Moncorvo, precisava ser enfrentada sob a ótica civilizadora e política, portanto, as pesquisas sobre o "problema da infância" acarretavam "estudos dos fatos sociais, a apreensão de estatísticas dos nascimentos, mortes, riqueza, ensino, trabalho". (SARTOR, 2000, p.148). Seu propósito era divulgar esses dados a fim de convencer o governo a investir nesta área tão peculiar e importante para o "futuro da nação" (SARTOR, 2000, p. 148).

Conforme Levy (1996), outra contribuição de grande importância realizada por Moncorvo Filho foi a criação do Departamento da Criança, em 1919**,** que funcionou como um complemento do Instituto. O propósito de tal departamento era levantar dados sobre a assistência à infância em todo o país, colocados à disposição do Governo Federal e, depois, divulgados nos Congressos de Proteção à Infância. Pode-se afirmar que algumas ações de iniciativa do IPAI permaneceram por algumas décadas nas atividades desenvolvidas por instituições criadas até o ano de 1940.

[1] Foi a partir de Congressos Internacionais de Gotas de Leite, realizados em países europeus e em estados norte-americanos, que essa prática foi adotada pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância e se tornaria mais um dos modelos de tratamento dispensado à infância pobre (WADSWORTH, 1999). Segundo o que Kuhlmann Jr. (2002) registra, a influência dos Estados Unidos depois da 1ª. Guerra Mundial se intensificou notadamente no Brasil, bem como nos demais países latino-americanos.

Diante desse contexto até aqui delineado, nosso objetivo é operar com um jogo de escalas (REVEL, 1998), reduzindo e deslocando as lentes da análise para uma região brasileira em particular, a cidade de Rio Branco, capital do então Território Federal do Acre, para investigar os vestígios das primeiras iniciativas filantrópicas de assistência à infância naquela localidade, ocorridas entre as décadas de 1930 e 1940.

Como observam Gisele Sanglard *et al* (2015). dialogando com os estudos de Catherine Duprat, segundo esta autora francesa:

> ...o conceito de filantropia admite uma dupla acepção. De forma genérica significa toda a ação social (caritativa ou humanitária), seja de inspiração confessional ou não; de forma específica, opõe-se às obras de caráter religioso, negando qualquer referência à espiritualidade (Duprat, 1996) (SANGLARD *et al.*, 2015, p. 13).

Nossa hipótese é de que é esse segundo tipo específico de filantropia, de caráter laico, mas com algum apoio do poder público, numa relação de mútua cooperação, que caracteriza as primeiras iniciativas de assistência à infância levadas à cabo em Rio Branco; uma filantropia, em alguns casos, não apenas masculina, mas também feminina, marcada pela atuação de mulheres no campo assistencial, inspiradas, em parte, pelo que fazia Darcy Vargas, Primeira-Dama do país à época e escolhida como nome de uma das instituições criadas no período no território acreano.

A fonte — evidência do passado no presente (BURKE, 2017) – escolhida para este estudo é a imprensa periódica local, mais especificamente o jornal O Acre, editado em Rio Branco. Nele comparecem notícias das primeiras instituições criadas na capital para a assistência à infância: o Instituto de Amparo Social, a Instituição de Assistência Social Darcy Vargas e a Sociedade Plácido de Castro. Na falta de documentos produzidos pelas próprias instituições – até agora não localizados – o jornal fornece informações importantes sobre suas finalidades e iniciativas no período.

Atentos às ponderações do historiador Robert Darnton (1996) entendemos que o jornal, ao dar visibilidade às iniciativas de assistência à infância, não se limitava a relatá-las, mas tornava-se "ingrediente dos acontecimentos" (DARNTON, 1996, p. 15), visando interferir na realidade e somar-se às ações que almejavam materializar formas de proteção à criança em Rio Branco. As notícias que estampava, mais do que reflexos da realidade relatada, são, assim, encaradas não como *o que aconteceu*, mas sim "*relatos sobre o que*

aconteceu" (DARNTON, 2005, p. 41, *grifos nossos*), tentativas de produzir nos leitores sentidos e significados para a informação transmitida através dos prelos tipográficos.

Devemos, desde já, reconhecer que o que emerge das páginas do jornal O Acre são, sobretudo, vestígios das iniciativas de assistência encetadas no período, "a marca perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si impossível de captar" (BLOCH, 2011, p. 73). Assim, será com base em informações escassas e por vezes lacunares que procuraremos construir nossa interpretação historiográfica sobre o modo como determinados grupos filantrópicos atenderam às necessidades da infância mais carente em Rio Branco, no período em tela. Se por um lado, nem sempre encontraremos todas as evidências de que desejaríamos dispor, por outro, nos conformaremos, mais uma vez, com o que asseverou Carlo Ginzburg quando afirmou que "o nosso conhecimento do passado é um empreendimento necessariamente desconexo, cheio de lacunas e incertezas, alicerçado em fragmentos e ruínas" (GINZBURG, 1991, p. 232), mas, nem por isso, menos conhecimento.

Apresentados os protocolos historiográficos, teóricos e metodológicos deste estudo, ele divide-se em três partes, cada uma delas dedicada à análise de uma das iniciativas filantrópicas de assistência à infância que emergiram da análise das páginas do jornal O Acre. Ao final, encerramos com algumas considerações, a modo de conclusão.

O Instituto de Amparo Social: uma instituição nacional em terras acreanas

Nos anos de 1930 e 1940, a propaganda governamental era veiculada exacerbadamente em todos os Estados e municípios da federação, bem como, no então Território do Acre. No tocante à assistência à população desfavorecida socialmente, notícias semanais incluíam temas relativos às contribuições aos necessitados, com destaque para as crianças, mães, gestantes e lactantes. O periódico, jornal O Acre, disseminava debates proferidos nos grandes centros urbanos, divulgando as deliberações e ações que compuseram essa história da assistência.

Precisamente no ano de 1936, uma matéria veiculada no referido jornal, intitulada "Hygiene e Saúde para Todos"[2], originalmente publicada pela Editora Melhoramentos em forma de livretes, expõe uma série de orientações sobre os cuidados

[2] Na transcrição das fontes, optamos por manter a ortografia da época.

com o corpo e a saúde. Essa matéria de autoria do Dr. Sebastião Barroso, "experiente técnico propagandista sanitário" e ex-inspetor de Propaganda e Educação Sanitária, enfatiza a higiene e a saúde como condicionantes essenciais para a manutenção e resistência do organismo às doenças e para a satisfação das contingências da vida. (O ACRE, 19/04/1936, p. 6). Essa matéria está entre as várias encontradas ao longo do período em tela, exemplificando como esse debate circulou em todo o território nacional, por meio dos impressos.

Uma das primeiras instituições assistenciais encontradas dentro desta pesquisa que instruiu como deveriam ser assistidas as pessoas "desvalidas" no Território Federal do Acre, mais especificamente em Rio Branco, foi o *Instituto de Amparo Social*, cujas finalidades eram:

> a) Zelar pela saúde pública, promovendo o amparo dos desvalidos, fornecendo os necessários serviços técnicos, bem como estimulando os serviços sociais existentes e coordenando as suas finalidades;
>
> b) Incentivar a educação eugênica;
>
> c) *Amparar a maternidade e a infância,* para o que a União, os Estados e os Municípios destinarão 1 por cento de seus fundos tributários;
>
> d) Socorrer as famílias de prole numerosa;
>
> e) Proteger a juventude contra a exploração bem como contra o abandono physico, moral e intelectual;
>
> *f) Restringir a mortalidade e a morbicidade infantil;*
>
> g) Votar medidas de hygiene social visando impedir a programação de moléstias. (O ACRE, 02/02/1936, p. 4, *grifos nossos*).

Conforme se depreende do excerto acima, o Instituto de Amparo Social não tinha como foco exclusivo a assistência à infância, mas, sem dúvida, a tomava como um dos seus campos de ação, seja no amparo à maternidade e à infância, fosse na busca por restringir a mortalidade e as doenças que se poderiam adquirir nessa etapa da vida (índice de morbidade, diríamos hoje).

Esse Instituto de Amparo Social foi uma instituição criada para estudar, coordenar e aplicar medidas de assistência social em todo o país (O ACRE, 22/08/1935, s/p). Percebe-se, assim, que o Instituto não era uma iniciativa acreana, mas um braço da filantropia em nível nacional e que teria, ali, sua representação local. A solenidade de posse da diretoria foi anunciada pelo jornal O Acre no dia 28/07/1935 e um representante do território do Acre foi convidado a participar dessa solenidade na capital do país, Rio de Janeiro. Por fim, o Desembargador Alberto Diniz foi designado para ser o delegado representante do território acreano nas reuniões que sucederam a criação deste Instituto. (O ACRE, 05/07/1936).

Ao todo, durante os anos de 1930 e 1940, foram encontradas 14 matérias publicadas no jornal O Acre, com assuntos referentes a algumas ações executadas pelo Instituto de Amparo Social, a maioria delas era troca de correspondência entre o representante da Comissão Nacional e o Delegado do Acre e versavam sobre: relatório dos serviços sociais realizados; participação de um representante na Amostra Internacional que visava a divulgar os serviços prestados pelo Instituto; justificativas pelo não comparecimento a alguns encontros nacionais da Comissão local, além de troca de cumprimentos e elogios pelos serviços realizados.

Tomando para análise cada item publicado separadamente e, depois, em conjunto, fica claro que a preocupação dos dirigentes do instituto era implantar uma cultura eugênica higienista na sociedade de cunho assistencial, com fortes bases ligadas ao nacionalismo, consoante com a política vigente à época.

Essa concepção de uma cultura eugênica higienista foi se constituindo ao longo do transcurso do século XIX para o XX, momento em que algumas cidades estavam tornando-se metrópoles. Um considerável contingente de pessoas (migrantes brasileiros, do meio rural para o urbano; migrantes estrangeiros) afluíram para as grandes cidades sem haver qualquer planejamento para seu acolhimento, ocasionando, em curto espaço de tempo, sérios problemas estruturais e administrativos.

O surgimento de casas do tipo cortiços, a proliferação de doenças infectocontagiosas, a ponto de se tornarem verdadeiras epidemias, tornaram-se objeto de grande preocupação. A promiscuidade, a degradação moral, o acúmulo de lixo, greves, brigas, roubos, foram situações que se tornaram bastante comuns. Tais circunstâncias

exigiram uma tomada de decisão urgente por parte do poder público (ROCHA, 2003). Neste contexto, a ideia de higienizar a população e conter certos comportamentos indesejáveis foi construída e compõem a pauta do discurso nacionalista, constituído na figura de Getúlio Vargas, representante oficial da política do Estado Novo.

Em vista disso, pode ser inferido que a intenção da criação do Instituto de Amparo Social (O ACRE, 19/01/1936, p. 5) fez parte do ideário reformador e moralizador, no sentido de estabelecer princípios para coordenar os serviços de assistência social existentes e prover outras ações a serem implantadas em cada município brasileiro. Essa coordenação apontava para a necessidade de proteção da população, visando a conservar a saúde através das ações de assistência, envolvendo as questões: material, moral e intelectual.

O Estatuto desse Instituto discrimina o que seria de competência de cada Estado ou Território, destacando que todas as medidas de assistência deveriam: "promover arrecadações de pecúnia que reputar serem úteis ao Instituto, e divulgar, em propaganda eficaz, os ensinamentos, as licções e os exemplos que forem salutares à assistência social". E acrescenta que deveria ser pleiteada a "creação de verbas de filantropia no orçamento estadual e nos orçamentos municipais" (O ACRE, 02/02/1936, p. 4).

Nota-se que o objetivo de padronizar ou instituir uma ordenação das ações de assistência social foi pensado envolvendo todas as esferas administrativas, devendo, cada uma delas, contribuir financeiramente para a consecução de seus fins. A partir dessas diretrizes, houve uma mobilização para se estabelecer instituições que atendessem à demanda local, tomando como base os princípios estabelecidos no Estatuto.

Quatro anos mais tarde, após a publicação da criação do Estatuto do Instituto de Amparo Social, o jornal O Acre anuncia a criação do *Centro de Assistência Social Darcy Vargas, nº 1* em Rio Branco. Esta instituição, nascida em território acreano, procurou pautar o sentido de sua essência na direção dos princípios estabelecidos no Regulamento do Instituto de Amparo Social, como será visto a seguir.

O Centro de Assistência Social Darcy Vargas N. 1: filantropia no feminino

A matéria publicada em 12/04/1940 apresenta "as senhoras da elite acreana" à frente do trabalho assistencial, anunciando ser esta uma atividade tanto médica quanto social. No

texto, é anunciada a instalação de uma "importantíssima instituição com sede nesta capital e centros em todos os municípios, iniciativa que se molda nas realizações que estão levando a efeito nos centros da população do país" (O ACRE, 12/04/1940, p. 1). Há, aqui, o destaque em relação ao "problema da assistência médico-social", que se apresenta com dimensões realmente "contristadoras". O jornal destaca, ainda, a importância do papel das mulheres acreanas no envolvimento com a causa dos desprovidos e trata com "pezar" a situação de pobreza na qual os bairros da capital se encontravam (O ACRE, 12/04/1940, p. 1).

O jornal também registra que o próprio governador entraria em contato, via telegrama, com os professores Osvaldo Barbosa e Clementino Fraga, chefe-secretário geral, respectivamente, do Departamento de Assistência Médico Social do Rio de Janeiro, a fim de requerer a "devida colaboração técnica desses grandes órgãos nacionais". O texto é finalizado com o seguinte registro: "A referida instituição [...] abrangerá todo o Território, tendo esta capital como sede, na qual funciona o centro de Assistência Médico-Social n. 1" (O ACRE, 12/04/1940, p. 1).

Esse registro marca a institucionalização do "Centro de Assistência Social Darcy Vargas N.1" [3]. (O ACRE, 03/05/1940, p. 8). A Instituição levou essa numeração pelo fato de ser o primeiro no Acre e, conforme as intenções dos que estavam à frente do trabalho, à época, outros Centros de Assistência seriam criados no interior do território, a fim de oferecer assistência a todos os municípios acreanos. É possível compreender, portanto, que o Centro de Assistência Social Darcy Vargas procurou acompanhar os objetivos/finalidades que haviam sido propostos no Estatuto do Instituto de Amparo Social.

A escolha pelo nome da então Primeira Dama do país para batizar a iniciativa filantrópica das mulheres acreanas certamente não foi aleatória. Como demonstrou Ivana Simili:

> Entre 1930 a 1945, ao mesmo tempo em que sua vida como mãe e esposa direciona-se para o privado, cuidando dos filhos, do marido e de suas questões, a primeira Dama se envolveria no espaço público com problemáticas sociais relacionadas à infância. Em 1938, ela criou a Fundação Darcy Vargas, uma entidade filantrópica com a finalidade de 'curar, amparar e educar a infância desvalida da cidade do Rio de Janeiro, como também promover a difusão do ensino profissionalizante de menores

[3] Esse Centro foi reconhecido como de utilidade pública através do Decreto nº 91 de 29/04/1940.

> de ambos os sexos, com o propósito de prepará-los moral e fisicamente para uma vida útil, modesta e feliz' (Ata de Reunião da Fundação Darcy Vargas, de 12.12.1939) (SIMILI, 2008, p. 81).

A instituição acreana, fundada dois anos depois, guardava semelhanças com a congênere carioca, já que teria a assistência aos mais pobres e à infância como sua frente de trabalho. Outro ponto em comum era o protagonismo que as mulheres assumiriam no trabalho social, característica das relações de gênero na filantropia que estava em relevo no período do Estado Novo. Conforme Simili:

> Ao participarem da fundação de entidades assistenciais destinadas à infância, as mulheres que se envolveram nos anos 1930 e 1940 com a filantropia, nas suas práticas, evidenciavam que compartilhavam as representações de que podiam cuidar, amparar e educar os filhos de outras mães, ocupando, assim, o lugar da família. Ao cuidar das crianças, cuidavam também das mães, por intermédio dos filhos (SIMILI, 2008, p. 94).

O Centro de Assistência Social Darcy Vargas foi presidido pela senhora Alaíde Martins, esposa do então governador do território do Acre, o senhor Epaminondas de Oliveira Martins. Em entrevista concedida ao jornal O Acre, D. Alaíde demonstrou que as indicações constantes no Estatuto do Instituto de Amparo Social estavam iniciadas ao angariar recursos a fim de custear as primeiras ações dessa instituição. Foi com a realização de um Arraial[4] que uma considerável importância foi arrecadada e, na sequência, afirma que,

> [...] enviamos esforços junto ao governo no sentido de ser contemplada a Instituição no próximo orçamento.
>
> O nosso apelo foi atendido, ficando assim patenteado de modo decisivo a boa vontade do governo a essa grande obra de benemerência.
>
> E graças a esses primeiros recursos podemos dar uma orientação eficiente a economia da instituição, sendo traçado um plano que nos permitirá maior ampliação de reservas monetárias. (O ACRE, 14/09/1940, s/p).

[4] O significado de Arraial, para o contexto apresentado, diz respeito a atividades de entretenimento: jogos, brincadeiras, venda de alimentos e bebidas, visando a angariar recursos para custear obras sociais.

Outra constatação de que os objetivos constantes no Estatuto do Instituto de Amparo Social estavam sendo implementados pelo Centro de Assistência Social Darcy Vargas diz respeito ao foco de atuação da instituição que, desde o princípio, se pautou

> [...] *em benefício da criança.* Para tanto, está organizando com a colaboração especializada do Departamento de Saúde do Território um modesto programa de assistência, que dentro em pouco será iniciado com a abertura e um ambulatório, onde atenderá com máxima solicitude a criança, mas também a gestante e a lactante. (O ACRE, 22/11/1942, s/p, *grifos nossos*).

As atividades do Centro de Assistência Social Darcy Vargas, apesar de terem focado sua atuação em atender à infância e à maternidade, não puderam deixar de seguir, também, o que determinava o Estatuto da instituição: criar Postos de Puericultura e higiene; prestar auxílio moral e material à população do Território; estabelecer cooperação com a Associação de Pais e Professores, a fim de garantir merenda aos escolares; prover educação dentária aos estudantes; encaminhar para atividades diversas os desassistidos socialmente, conforme suas aptidões; promover a evolução do nível moral; criar escolas para meninas pobres, cujo currículo privilegiará a educação doméstica; realizar conferências populares, para difundir, do ponto de vista cristão, a justiça social. (O ACRE, 03/05/1940, p.2).

Essa Instituição incentivou a doação de serviços e produtos como roupas, sapatos, medicamentos e alimentos. Recursos em dinheiro também foram angariados através da promoção de eventos: bailes, chás, festas e arraiás.

A verba obtida era revertida na aquisição dos gêneros de primeira necessidade e, em épocas natalinas, na compra de brinquedos, fazendas, dentre outros, distribuídos aos desfavorecidos social e materialmente. (O ACRE, 27/10/1940, p.5). Comerciantes locais, a exemplo dos Sr. José Chaar, Jorge Cecim e José Kairala, ao deixarem a região do Alto Acre[5], local de suas residências, passaram pela capital Rio Branco e doaram um "auxílio a essa benemérita organização". (O ACRE, 22/11/1942, s.p.)[6].

[5] Essa região compreende os municípios de Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil.

[6] Estima-se que essa informação tenha sido veiculada entre os anos de 1940 e 1942, visto que, em anos posteriores, não foi encontrada nenhuma atividade desempenhada por essa instituição.

O jornal O Acre dá visibilidade ao empenho do Centro de Assistência Social Darcy Vargas em atender as demandas assistenciais, momento em que estabelece parceria com a *Sociedade Plácido de Castro* para juntas, com apoio do governador, elaborarem um projeto de assistência, o que trataremos na sequência.

A parceria entre a Sociedade Plácido de Castro e o Centro de Assistência Social Darcy Vargas

Em 15 de dezembro de 1940, foi notícia nas páginas do jornal O Acre:

> A Instituição "Darcy Vargas". E o seu programa de assistência à população acreana.
>
> A Instituição Social *DARCY VARGAS*, cumprindo o seu programa de assistência à população acreana, vai organizar um amplo serviço de proteção à maternidade e à infância, no ano vindouro, para que conta com o apoio do Governador Epaminondas Martins, sempre empenhado na solução dos problemas que dizem respeito à melhoria do nosso padrão de vida.
>
> Para isso, de colaboração com a Sociedade *Plácido de Castro*, elaborou um projeto que está sendo cuidadosamente estudado, afim de ser executado em 1941.
>
> (O ACRE, 15/12/1940, p. 6).

A Sociedade Plácido de Castro – instituição de caráter educativo e filantrópico, cuja data de fundação não foi localizada, mas cujo nome e ações comparecem no recorte desta pesquisa – aderiu à campanha empreendida pela Instituição Darcy Vargas, quanto à proteção e amparo à infância e à maternidade, porém manteve seu maior objetivo, que era disseminar os preceitos nacionalistas. Difundia que o desenvolvimento do território se daria através da educação do povo acreano, da organização da indústria, do comércio e da colonização do território.

Na matéria publicada sobre a Sociedade Plácido de Castro, há um apelo para que a população a ajude em suas ações, tendo como meta: "Fazer propaganda do Acre", a fim de chamar a "atenção de nossos patrícios para as necessidades desta região, solicitar sua

colaboração em benefício desta longínqua terra brasileira" (O ACRE, 24/11/1940, p.4). Seguem alguns dos propósitos dessa Sociedade:

> [...] pugnar: pela organização de bibliotecas e museus populares; pela educação manual e técnica; pela educação sanitária; pela educação doméstica; pelo amor a natureza, promovendo o gôsto pelos jardins e plantio ou organização de bosques municipais; pelo desenvolvimento do artesanato e das indústrias domésticas; pelo desenvolvimento da economia agropecuária. Pelo cooperativismo e pela colonização, pela melhoria das condições de habitação, alimentação e de vida em geral das populações acreanas. (Idem, ibidem).

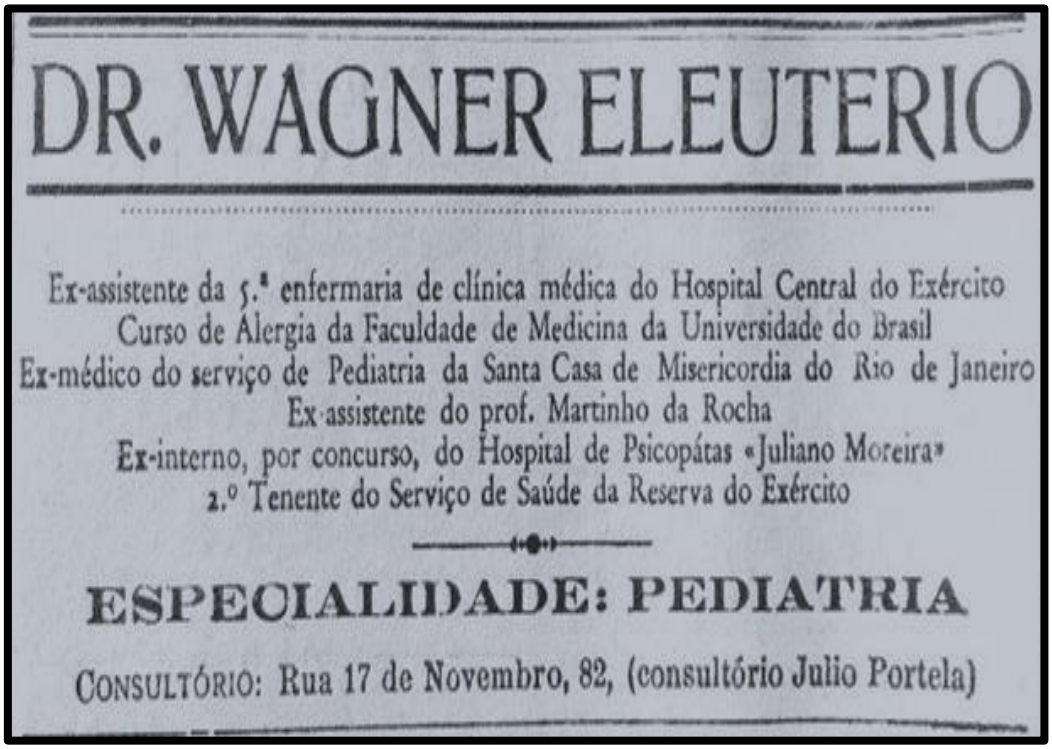
A união entre a Sociedade Plácido e Castro e a Instituição Darci Vargas, no intuito de concretizar o programa de assistência às crianças e às mães, fortaleceu o apelo diante do governador para que viabilizasse a contratação de um

> [...] *médico especialista em puericultura* para trabalhar nesta capital. Do Rio de Janeiro onde se encontrava, embarcou com destino a Belém, donde se transportará para Rio Branco, o *dr. Wagner Eleutério*, assistente do dr. Marinho da Rocha, notável pediatra carioca. Vem o jovem clínico servir no Departamento de Saúde do Território do Acre, dentro de sua especialidade, levando a efeito o programa traçado pela Instituição *Darcy Vargas* sob os auspícios do Govêrno. (O ACRE, 15/12/1940, p. 6, *grifos nossos*).

Diante disso, o Dr. Wagner Eleutério, carioca, residente naquele momento em Belém, foi contatado, de forma que aceitou o desafio de vir para o Acre e assumir o Posto de pediatra. Naquele período, era imprescindível para o cumprimento do projeto nacionalista "cuidar da raça, ou seja, da nação. E, segundo os médicos, caberia a eles o privilégio da execução de tal tarefa" (SCHWARCZ, 1993, p.235).

Abaixo, apresenta-se o currículo resumido do pediatra, quando de seu estabelecimento no território do Acre:

FIGURA 1: CURRÍCULO DO DR. WAGNER ELEUTÉRIO- PEDIATRA



FONTE: Jornal O Acre 29/06/1941, p. 9.

Essa divulgação, provavelmente, deve ter provocado uma reação impactante, pois até aquele momento não havia, no Acre, um especialista em pediatria com tais qualificações. Um médico formado no Rio de Janeiro representava muito, visto que, em décadas anteriores, especificamente naquela cidade, foram criados por Moncorvo Filho, no IPAI, os primeiros cursos para habilitar médicos nos cuidados com as crianças.

Sobre esse deslocamento de profissionais de um lugar para outro, como é o caso do médico Wagner Eleutério do Rio de Janeiro para o Acre, Marta Carvalho, em seu trabalho intitulado *Reformas da Instrução Pública,* apresenta uma discussão a respeito dos esforços em torno da organização de um ensino modelar na cidade de São Paulo, assegurando à escola paulista o "signo progresso". Para se garantir a modernização do ensino paulistano, a fim de dar "visibilidade das práticas escolares" foi utilizado o dispositivo de "empréstimo de técnicos", que saíram daquele local para difundir o modelo no interior do Estado e demais regiões do país. (CARVALHO, 2000, p.225-226). A partir disso, faz-se a analogia dessa prática com o que aconteceu no território acreano, quando do "empréstimo" do médico Dr. Wagner Eleutério.

Dias depois da notícia da vinda do Dr. Wagner Eleutério ao Acre, foi divulgada a informação de que um Posto de Puericultura havia sido instalado às custas da participação da sociedade que, através de donativos, garantiu o pagamento do aluguel da casa em que ele trabalharia. "Foram tomadas as providências para deixá-lo em condições de atender à população". (O ACRE, 22/09/1940, p. 4). O ambiente para receber o médico estava sendo cuidadosamente preparado, mesmo que a princípio tenha funcionado em instalações provisórias.

No mesmo dia, 22/09/1940, o jornal O Acre publica uma matéria com a manchete: a "Campanha do Departamento Nacional da Criança (DNCr) continua sendo esta uma campanha que durará tempo necessário a distribuir por todo o país tais instituições". A matéria se referia aos Postos de Puericultura, que tinham a finalidade de contribuir com "um decidido amparo às nossas populações infantis", devendo ser estabelecidos o quanto antes. Foram investidos, naquele momento, cerca de "sete mil contos na construção de Postos de Puericultura e também de Maternidades e outros estabelecimentos de socorro infantil". Na matéria, havia o apelo para que as demais instâncias, estadual, municipal e iniciativa privada se juntassem a este movimento e "Só assim terá a nacionalidade – como expressão de coesão nacional – demonstrado o seu interesse pelas nossas crianças." (O ACRE, 22/07/1940, p.4).

Ao instalar o Posto de Puericultura, o Acre apresenta estar *pari passu*, ou melhor, muito próximo do que de mais novo e moderno fora indicado pelos grandes centros quanto à assistência à mãe e à criança pobres. Após um curto período de atuação, a Instituição Social Darcy Vargas, em 1942, é absorvida pela LBA – Legião Brasileira de Assistência – , conforme atesta o artigo abaixo:

> (...) Embora ainda em fase embrionária, a Legião já se assinala, notavelmente, em nosso meio, pelas obras de assistência realizadas, que inúmeros benefícios tem proporcionado aos nossos desajustados sociais.
>
> Tendo a Comissão Estadual encampado a - Assistência Social Darci Vargas – que funcionava nesta capital chamou para si o trabalho e o acervo dessa instituição, cujos assistidos vêm agora recebendo o seu amparo e cuidados. (O ACRE, 22/11/1942, p. 1).

As instituições apresentadas, Sociedade Plácido de Castro e a Instituição Social Darci Vargas, não foram mais mencionadas nas fontes, imediatamente após o estabelecimento da Legião Brasileira de Assistência, o que sugere que esta substituiu aquelas. A LBA foi a instituição mais atuante no Acre, em termos de quantidade de ações sociais sob sua responsabilidade, como em termos de sua permanência ao longo dos anos. Mas esta já é outra página da história da assistência à infância no Território Acreano...

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo investigar os vestígios das primeiras iniciativas filantrópicas de assistência à infância na cidade de Rio Branco, capital do Território do Acre, ocorridas entre as décadas de 1930 e 1940.

Foi possível, na interrogação das evidências disponíveis, confirmar a hipótese de que, no período em tela, foi uma filantropia de caráter laico, com a participação feminina e com algum apoio do poder público, que caracterizou as primeiras iniciativas de assistência à infância levadas à cabo em Rio Branco.

Identificamos, nas páginas do jornal O Acre, três instituições, atuando ora isoladamente, ora em conjunto, buscando promover ações em prol da assistência à infância e da maternidade, ainda que, na maioria das vezes, esse não fosse seu campo exclusivo de ação. Na verdade, pode-se afirmar que as primeiras iniciativas de assistência à infância em Rio Branco eram pulverizadas, buscando apropriar-se de modelos em circulação no país, adaptando-os à realidade local. Ainda assim, foram iniciativas importantes e que viriam, posteriormente, a ser assumidas por um órgão de maior envergadura e alcance nacional, a Legião Brasileira de Assistência.

A partir dos dados aqui levantados, cabem estudos futuros sobre a atuação da LBA em Rio Branco bem como o mapeamento de outras iniciativas de assistência que possam ter sido encampadas no período posterior ao Estado Novo, expandindo o olhar, também, para outras cidades do antigo Território Federal do Acre. Espera-se, assim, que as interpretações aqui construídas possam provocar outros estudos sobre a história da assistência à infância nessa região, ainda pouco visitada pela pesquisa historiográfica sobre a temática.

Referências

BLOCH, Marc. **A apologia da História ou O Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora da UNESP, 2017.

CAMARA, Sônia. Inspeção sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho. **Rev. Bras. Hist. Educ**, Campinas , v. 13, n. 03, p. 60-61, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de *et al.* (org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-252.

DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: **Os dentes falsos de George Washington:** um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: companhia das Letras, 2005, p. 40-90.

DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) **Revolução impressa:** a imprensa na França 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15-20.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A saúde da criança na política social do primeiro governo Vargas. **Physis:** Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 97-116.

FREIRE, Maria Martha de Luna e LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **Revista Hist. Cienc. Saúde**. Manguinhos - Rio de Janeiro, vol.18, p.199-225, dez. 2011.

GINZBURG, Carlo. Ekphrasis e Citação. In: **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989, p. 215-232.

KUHLMANN, Moysés. A circulação de ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar; KULHMANN JR, Moysés (orgs.) **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 459-503.

LEVY, Ivete Cherem. **A trajetória de Moncorvo Filho**: puericultura e filantropia num projeto de assistência a infância. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

O ACRE. Rio Branco, 02 fev. 1936.

O ACRE. Rio Branco, 03 mai. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 03 mai. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 05 jul. 1936.

O ACRE. Rio Branco, 12 abr. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 14 set. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 15 dez. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 15 set. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 19 abr. 1936.

O ACRE. Rio Branco, 19 jan. 1936.

O ACRE. Rio Branco, 22 ago. 1935.

O ACRE. Rio Branco, 22 jul. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 22 nov. 1942.

O ACRE. Rio Branco, 22 nov. 1942.

O ACRE. Rio Branco, 22 set. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 24 nov. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 27 out. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 29 jun. 1941.

REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A Higienização dos Costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

SANGLARD, Gisele *et al*. Apresentação. In: SANGLARD, Gisele *et al.* (orgs.) **Filantropos da Nação:** sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015, p. 13-22.

SARTOR, Carla Daniel. Proteção e Assistência a Infância: Considerações sobre o 1º. Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. In: RIZZINI, Irma (org.). **Crianças Desvalidas, Indígenas e Negras no Brasil:** cenas da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000, p. 143-178.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo da Raças**: cientistas, instituições e questão racional no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política:** A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: EDUNESP, 2008.

WADSWORTH, James, E. Moncorvo Filho e o problema da Infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 19 n. 37, p. 1-13, set 1999.